



D

*Série*

**DIVERSIDADES**



# Por uma política de ações afirmativas

Problematizações do Programa  
Conexões de Saberes/UFRGS

Ana Lúcia Liberato Tettamanzy  
Maria Aparecida Bergamaschi  
Nair Iracema Silveira dos Santos  
Rafael Arenhaldt  
Susana Cardoso  
Organizadores



**UFRGS**  
EDITORA

# Por uma política de ações afirmativas

## Problematizações do programa conexões de saberes/ufrgs

Ana Lúcia Liberato Tettamanzy  
Maria Aparecida Bergamaschi  
Nair Iracema Silveira dos Santos  
Rafael Arenhaldt  
Susana Cardoso  
Organizadores

  
**UFRGS**  
EDITORA

**RESERVA TÉCNICA**  
Editora da UFRGS

© dos autores  
1ª edição: 2008

Direitos reservados desta edição  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisão final dos organizadores  
Capa: Ivan Vieira  
Editoração Eletrônica: Rafael Marczal de Lima

---

P832 Por uma política de ações afirmativas: problematizações do Programa Conexões de Saberes/UFRGS – organizado por Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, Maria Aparecida Bergamaschi, Nair Iracema Silveira dos Santos, Rafael Arenhaldt e Susana Cardoso. – Porto Alegre: UFRGS. Pró-Reitoria de Extensão/Editora da UFRGS, 2008.

152p. : il. ; 14X21cm.

Prefácio de Sara Viola Rodrigues, Pró-Reitoria de Extensão.

Apresentação de Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, Maria Aparecida Bergamaschi, Nair Iracema Silveira dos Santos, Rafael Arenhaldt e Susana Cardoso.

Introdução de Rafael Arenhaldt.

Inclui referências.

Inclui anexos.

Inclui tabelas.

I. Educação. 2. Sociologia. 3. Ensino superior. 4. Extensão universitária. 5. Políticas públicas. 6. Inclusão social – Política educacional – Brasil. 7. Programa Conexões e Saberes – Diálogos entre Universidade e as comunidades populares. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-Reitoria de Extensão. Departamento de Educação e Desenvolvimento Social. II. Tettamanzy, Ana Lúcia Liberato. III. Bergamaschi, Maria Aparecida. IV. Santos, Nair Iracema Silveira dos. V. Arenhaldt, Rafael. VI. Cardoso, Susana. VII Título.

CDU 378.I

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Ana Lucia Wagner – Bibliotecária responsável CRB10/1396)

ISBN 978-85-386-0005-3

Nº do registro: 2593

Nº de obra: 707  
11/11/2008

**P**or uma política de  
ações afirmativas  
Problematizações do programa  
conexões de saberes/ufrgs



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL**

---

Reitor

**José Carlos Ferraz Hennemann**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica  
**Pedro Cezar Dutra Fonseca**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Jusamara Vieira Souza**

Conselho Editorial

**Ana Lúgia Lia de Paula Ramos**

**Cassilda Golin Costa**

**Cornelia Eckert**

**Flávio A. de O. Camargo**

**Iara Conceição Bitencourt Neves**

**José Roberto Iglesias**

**Lúcia Sá Rebello**

**Mônica Zielinsky**

**Nalú Farenzena**

**Silvia Regina Ferraz Petersen**

**Tania Mara Galli Fonseca**

**Jusamara Vieira Souza, presidente**

## Prefácio

“Me movo como educador,  
porque primeiro me  
movo como gente”  
(Paulo Freire)

O Programa *Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares* na Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem constituído um dos expoentes das Ações Afirmativas desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão, a qual, desde sua criação, há mais de 30 anos, tem definido sua trajetória em fina sintonia com os desafios da sociedade contemporânea e, em especial, como não poderia deixar de ser, com as necessidades da sociedade brasileira. Nesse sentido, desde sempre, a Extensão universitária da UFRGS – através do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão – tem priorizado em seus projetos a meta da inclusão.

O Plano Nacional de Educação, transformado na Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, muito contribuiu para a concepção de uma Extensão universitária fortemente determinada ao desenvolvimento de um trabalho coletivo e emancipatório, sendo que, de outra parte, o tema da inclusão passou a ser um dos pontos altos da política educacional brasileira. A ênfase das políticas públicas para a Extensão no início do século passou a recair, então, sobre a inclusão social.

Nesse contexto, deu-se o acolhimento e implantação do Programa *Conexões de Saberes* na UFRGS. O Programa estruturou-se em duas bases metodológicas: o processo formativo de seus atores e o diálogo da universidade com os setores institucionais (MEC-UNESCO-Secretarias de Educação) e comunidades populares. O desenho dessa metodologia evidencia, no

desenrolar do Programa na UFRGS, atividades de extensão, pesquisa e ensino, em práticas interdisciplinares, culminando com produção bibliográfica.

O leitor encontrará, nas páginas deste livro, o caminho trilhado pela equipe do Programa *Conexões de Saberes* na UFRGS, caminho que retrata o próprio modo de construção da (nossa) história; descobrirá também a geração de outro produto, qual seja, o exercício da sistematização da experiência do desenvolvimento do Programa. Essa sistematização é um desafio e uma necessidade do olhar avaliativo sobre a experiência vivida, condição inescapável de avanço e construção de futuro.

A PROREXT expressa seu agradecimento ao MEC/SECAD, UNESCO e Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios do RS e a todos os demais parceiros institucionais envolvidos na realização do Programa *Conexões de Saberes* na UFRGS, como são o caso, por exemplo, do Centro de Computação da UFRGS, da Editora da UFRGS, da Secretaria de Assuntos Estudantis, da Pró-Reitoria de Graduação e ressalta a proatividade, empenho e grande capacidade de trabalho da equipe atual do Programa na UFRGS, dirigindo um agradecimento especial à Profa. Susana Cardoso, sua coordenadora, em nome de quem homenageia os demais coordenadores e parceiros de projetos associados ao Programa, seus membros, e os organizadores deste livro.

*Sara Viola Rodrigues*  
Pró-Reitora de Extensão

## Apresentação

A Universidade Pública brasileira tem experimentado novos desafios na última década, pressionada a rever suas políticas institucionais nos diversos âmbitos e exigida no que diz respeito à participação efetiva nos diversos processos de inclusão pautados nos cenários nacional e internacional. O compromisso com uma educação de qualidade, que se afirma na busca da excelência na produção de conhecimento, demanda ampliação, através de investimentos em experiências de convivência com as diferenças e diversidades, não só de pensamento, mas, sobretudo, de culturas e modos de vida.

Imbuídos deste desafio, situamos a organização desta publicação no contexto de implantação de um conjunto de ações afirmativas nos diversos níveis de ensino no país. Ações impulsionadas por movimentos que têm um marco histórico na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, no ano de 2001.

O *Programa Conexões de Saberes – diálogos entre a universidade e as comunidades populares*, inscreve-se neste cenário, também como uma política de Ação Afirmativa, coordenada e desenvolvida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com o *Observatório de Favelas* do Rio de Janeiro e com 33 Universidades Federais, visando à qualificação da formação e permanência de estudantes de origem popular na universidade.

Na UFRGS, o Programa é coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão, através do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), contando com a participação de estudantes e professores de várias Unidades acadêmicas, em uma experiência permeada pelo desafio do trabalho interdisciplinar, da afirmação das diferenças e do compromisso com as lutas sociais.

Esta publicação expressa posições e proposições do *Programa Conexões de Saberes/UFRGS*, na perspectiva de colaborar na elaboração e qualificação das políticas de permanência em nossa universidade e na elaboração de um documento nacional do Programa, propositivo de uma agenda de Ações Afirmativas para o ensino superior público. Foi construída no esforço coletivo, apresentando um mapeamento das ações na UFRGS e uma agenda de ações direcionadas para o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior público. A intenção é que a obra possa dar subsídios para novas discussões e constituir-se em um documento referência para a formulação e qualificação de propostas de Ações Afirmativas na Universidade. Desejamos uma boa leitura, na expectativa de que esta provoque outras conexões de práticas e saberes.

Agosto de 2008

*Ana Lúcia Liberato Tettamanzy*

*Maria Aparecida Bergamaschi*

*Nair Iracema Silveira dos Santos*

*Rafael Arenhaldt*

*Susana Cardoso*

## Introdução

Nos tempos atuais a Universidade Pública, particularmente a UFRGS, está passando por transformações profundas quanto a seu papel social, cabendo aos atores internos aprofundar a reflexão e o debate, subsidiados com diagnósticos e informações das políticas educacionais de ensino superior em andamento. É neste contexto que se situa esta publicação, tendo como foco a reflexão sobre as políticas de Ações Afirmativas no que tange a acesso e permanência de jovens de origem popular na Universidade Pública. Assim sendo, o texto que ora disponibilizamos para a comunidade acadêmica é, de certa forma, uma sistematização de parte do trabalho de extensão e pesquisa de quatro anos de existência do *Programa Conexões de Saberes* na UFRGS, que, desde sua implementação, tem estabelecido uma profícua relação de diálogo com os territórios populares mediados e com os estudantes oriundos de comunidades populares.

Cabe aqui ressaltar que, em agosto de 2007, a partir de uma solicitação da Coordenação Nacional do *Programa Conexões de Saberes*, visando à elaboração de um Documento Nacional propositivo de uma agenda de Ações Afirmativas para o ensino superior público, foi constituída uma Comissão Responsável pela elaboração do Documento junto à UFRGS. De agosto a dezembro de 2007, esta Comissão, composta por bolsistas, ex-bolsistas, técnicos-administrativos, estudantes de pós-graduação e professores do *Conexões de Saberes/UFRGS*, levou a cabo tal tarefa estabelecendo um cronograma de encontros semanais para sistematização, pesquisa e escrita coletiva do referido documento. Ao longo desse período, além dos encontros entre os componentes da Comissão, das sistematizações dos dados quantitativos e das entrevistas, tivemos a oportunidade de apresentar publicamente nossos “achados” de pesquisa e construir coletivamente com os diversos setores - de dentro e de fora - da universidade uma agenda propositiva de Ações Afirmativas

para a UFRGS. Entendemos, assim, que, somente com resultados de estudos e análises substancializadas, poderemos estabelecer uma pauta local e nacional de Ações Afirmativas no Ensino Superior. Embora se trate de um texto que é datado e situado, apresentando relevância significativa para o tempo presente e para a comunidade acadêmica da UFRGS, pode significar também o estabelecimento de uma agenda capaz de disputar espaço político e ser uma referência positiva na formulação de políticas públicas para o Sistema de Ensino Superior brasileiro.

Assim sendo, o texto que ora apresentamos está organizado em quatro partes: *Do Programa Conexões de Saberes na UFRGS: uma política de Ações Afirmativas; Das condições de ingresso na UFRGS; Das condições e das políticas de permanência dos estudantes na UFRGS e Do anúncio de uma agenda de Ações Afirmativas na UFRGS.*

Na primeira parte, *Do Programa Conexões de Saberes na UFRGS: uma política de Ações Afirmativas*, apresentamos o *Programa Conexões de Saberes* enquanto uma ação afirmativa de apoio à permanência de estudantes de origem popular na UFRGS. Trazemos também os dados obtidos a partir da pesquisa *(Re)Conhecendo as diferenças*, que foi realizada pelo *Programa Conexões de Saberes/UFRGS* em 2005 sobre o perfil dos estudantes da Universidade.

Na segunda parte, *Das condições de ingresso na UFRGS*, contextualizamos, desde uma perspectiva histórica da formação da Universidade brasileira, o sistema de ingresso na UFRGS e discutimos a “naturalização” do Vestibular como mecanismo de exclusão. Além disso, procuramos caracterizar o perfil dos vestibulandos da UFRGS, utilizando dados estatísticos e quantitativos obtidos junto à COPERSE-UFRGS. Apresentamos ainda fragmentos de trajetórias escolares relatadas por estudantes de origem popular no livro de memoriais *Caminhadas de Universitários de Origem Popular*, produzido com os bolsistas do *Programa Conexões de Saberes/UFRGS* no ano de 2005.

A terceira parte, *Das condições e das políticas de permanência dos estudantes na UFRGS*, tem por objetivo compreender a situação atual da UFRGS em relação à manutenção da vida acadêmica de seus estudantes, particularmente dos de origem popular. Para tal analisamos os dados extraídos da pesquisa *Perfil Sociocultural dos Bolsistas do Programa Conexões de Saberes/UFRGS*. Entendendo que a permanência qualificada dos estudantes na Universidade é um desafio para a instituição que se pretende cumpridora

de sua função social, apresentamos as ações de dois setores da UFRGS que têm projetos e políticas diretamente ligados ao apoio e à permanência de estudantes de origem popular: a Secretaria de Assuntos Estudantis – SAE e a Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT.

Por fim, na quarta e última parte, *Do anúncio de uma agenda de Ações Afirmativas na UFRGS*, iniciamos com uma contextualização do processo de implementação das Ações Afirmativas na UFRGS, seguida do relato do trabalho da *Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas*, bem como o relato da instauração da *Comissão de Ingresso Indígena*. E concluímos, submetendo à apreciação da comunidade acadêmica, com a Agenda propositiva de Ações Afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul produzida no diálogo coletivo com os diversos atores da comunidade acadêmica.

Este texto revela, sobretudo, um processo constituído no diálogo com o outro, elaborado no coletivo e gestado na diversidade, tão próprio das ações, reflexões e produções do *Programa Conexões de Saberes* empreendido em nossa Universidade. Revela, ainda, uma forma coletiva de produção de conhecimento no diálogo e no respeito ao outro e ao seu saber. É este o espírito do *Conexões de Saberes da UFRGS*, é este o jeito que nele pensamos, fazemos e produzimos Universidade e conhecimento.

*Rafael Arenhaldt*



# Sumário

## Parte I

### DO PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES/UFRGS: UMA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A história e a estrutura do *Programa Conexões de Saberes*  
na UFRGS ..... 17

*Maria Aparecida Bergamaschi, Nair Iracema Silveira dos Santos, Rafael Arenhaldt e Susana Cardoso*

Territórios de diálogo entre a Universidade e as comunidades  
populares ..... 31

*Maria Aparecida Bergamaschi, Nair Iracema Silveira dos Santos e Rafael Arenhaldt*

A articulação do *Programa Conexões de Saberes* com  
o *Programa Escola Aberta* ..... 40

*Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, Marilis Lemos de Almeida, Rita de Cássia dos Santos Camisolão e Susana Cardoso*

Pesquisa (Re)conhecendo as diferenças: um estudo preliminar .... 45

*Maria Aparecida Bergamaschi e Sara Viola Rodrigues*

## Parte 2

### DAS CONDIÇÕES DE INGRESSO NA UFRGS

O sistema de ingresso na UFRGS numa perspectiva histórica da  
formação da universidade brasileira ..... 61

*Thiago Ingrassia Pereira*

Vestibulandos da UFRGS: diferenças que produzem desigualdade . 69

*João Vicente Silva Souza*

A caminhada até o Ensino Superior: o vestibular na trajetória  
dos estudantes de origem popular ..... 81

*Maria Aparecida Bergamaschi e Rafael Arenhaldt*

Parte 3

DAS CONDIÇÕES E DAS POLÍTICAS DE  
PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA UFRGS

O perfil sociocultural dos bolsistas do *Programa Conexões de Saberes* da UFRGS ..... 93

*Leticia Gomes Farias, Lilhana Belardinelli e Thiago Ingrassia Pereira*

As políticas de apoio à permanência dos estudantes da UFRGS ..... 103

*Nair Silveira e Rafael Arenhardt*

Ações da Secretaria de Assuntos Estudantis – SAE ..... 105

*Angelo Ronaldo Pereira da Silva e Luciane Bello*

Ações da Pró-Reitora de Extensão - PROREXT ..... 110

*Sara Viola Rodrigues e Susana Cardoso*

Parte 4

DO ANÚNCIO DE UMA AGENDA DE AÇÕES  
AFIRMATIVAS NA UFRGS

O processo de implementação das Ações Afirmativas na UFRGS . 119

*Luanda Rejane Soares Sito, Junara Nascimento Ferreira e Tatiana do Prado Rodrigues*

A Comissão de Acompanhamento dos Alunos do *Programa de Ações Afirmativas* da UFRGS ..... 126

*Rita de Cássia dos Santos Camisolão, Ruth Francini Ramos Sabat e Tatiana do Prado Rodrigues*

A Comissão de Ingresso Indígena: a implantação da comissão na UFRGS, seus impasses e desafios ..... 128

*Juliana Matosinho de Oliveira e Maria Aparecida Bergamaschi*

Por uma agenda propositiva de ações afirmativas no Ensino Superior público ..... 134

Referências ..... 139

Anexos ..... 143

Os autores ..... 151

Parte 1

DO PROGRAMA CONEXÕES  
DE SABERES/UFRGS:  
UMA POLÍTICA  
DE AÇÕES AFIRMATIVAS



# A história e a estrutura do Programa Conexões de Saberes na UFRGS

*Maria Aparecida Bergamaschi  
Nair Iracema Silveira dos Santos  
Rafael Arenhaldt  
Susana Cardoso*

O Programa *Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares* é um programa nacional, coordenado e financiado pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, e desenvolve-se em parceria com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP denominada *Observatório de Favelas do Rio de Janeiro* e um grupo de Universidades Federais. Atua no contexto de implantação de Ações Afirmativas no ensino superior público.

A origem do Programa *Conexões de Saberes* encontra-se no projeto denominado *Rede de Universitários de Espaços Populares – RUEP*, uma ação formulada em 2003 pelo *Observatório de Favelas* e implementada em 2004 pela Universidade Federal Fluminense – UFF e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com financiamento do Programa de Extensão Universitária – Proext/SESu/MEC.

Em 2004, a SECAD foi constituída no Ministério da Educação, com o desafio de formular e desenvolver políticas de inclusão educacional, considerando as múltiplas dimensões das desigualdades na educação brasileira e valorizando a diversidade nos diversos planos: étnico-racial, cultural, de gênero, social, ambiental e regional. Tomando como referên-

cia a experiência do *Observatório de Favelas*, a SECAD propôs, no final de 2004, entre outras ações, o *Programa Conexões de Saberes*, que iniciou em cinco universidades, número ampliado nos anos posteriores até atingir 33 Universidades Federais<sup>1</sup> em 2007.

O *Programa Conexões de Saberes* prioriza em seus objetivos a qualificação da formação e a permanência de estudantes de origem popular na universidade, através de ações que articulam e fomentam diálogos entre a universidade e as comunidades de origem destes estudantes. A gestão é participativa, através de uma Coordenação Nacional, composta por representantes das IFES partícipes do Programa, da SECAD/MEC, do *Observatório de Favelas* e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, tendo as universidades autonomia para organização da proposta local, a partir dos princípios e metas definidos no Termo de Referência Nacional. Em cada universidade o Programa está diretamente vinculado às Pró-Reitorias de Extensão, na perspectiva de que ele possa constituir-se em referência para uma prática de extensão transformadora, articulada com ensino e pesquisa, fomentando a produção de conhecimento e relações que contemplem a diversidade das culturas locais.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o *Programa Conexões de Saberes* iniciou em agosto de 2005, tendo a configuração inicial de um Projeto, coordenado pela Faculdade de Educação e vinculado à Pró-Reitoria de Extensão. A partir de 2006, passou a ser estruturado como um Programa coordenado pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da Pró-Reitoria de Extensão, desenvolvido em parceria com unidades acadêmicas, que se alternam na coordenação executiva e pedagógica.

Em 2008, essas coordenações foram constituídas por docentes, técnico-administrativos, discentes da pós-graduação e representantes dos bolsistas. Foram, ao todo, doze profissionais envolvidos nas atividades, com a participação de sete unidades da UFRGS (Educação, Psicologia, Letras, Sociologia, Colégio de Aplicação, Veterinária, DEDS).

As atribuições da equipe de coordenação foram sendo desenhadas no desenrolar do Programa, a partir da própria atuação, planejando e desenvolvendo

---

<sup>1</sup> Universidades Federais participantes: UFAC, UNIR, UFRR, UFAM, UNIFAP, UFPA, UFT, UFMA, UFPI, UFC, UFRN, UFPE, UFRPE, UFAL, UFS, UFBA, UNIVASF, UFRB, UFMG, UFES, UFRJ, UFRRJ, UFF, UNIRIO, UFSCar, UFMT, UFMS, UFG, UnB, UFPR, UFSC e UFRGS.

as ações de ensino, pesquisa e extensão, acompanhando a formação dos estudantes bolsistas, promovendo a discussão institucional sobre o Programa e construindo com os bolsistas espaços de diálogo com as comunidades populares.

Foi estabelecida uma forma de gestão compartilhada, principalmente para qualificar a implantação do Programa na UFRGS através de uma maior participação de estudantes e professores. Até 2007 as reuniões da comissão coordenadora foram semanais, contando com a participação do conjunto de professores envolvidos e representantes dos estudantes. No mesmo período, a formação dos estudantes teve uma programação com encontros semanais do grupo, discutindo-se temas pontuais, como, por exemplo, Educação Popular, Ditadura Militar, Teatro do Oprimido, Ações Afirmativas, Raça e Etnia, Metodologia de Extensão e de Pesquisa, entre outros. Além das reuniões de formação, os estudantes tiveram reuniões semanais de orientação nos grupos dos territórios de que participavam.

Para qualificar a formação dos estudantes e dar visibilidade ao Programa na agenda institucional, foi estimulada a participação dos bolsistas, com a inscrição de trabalhos, no Salão de Extensão e no Salão de Iniciação Científica dos anos de 2006 e 2007. Em consonância com as solicitações da Coordenação Nacional, foi estabelecido um cronograma próprio de atividades, entre elas os Seminários Locais. Todas as atividades envolveram os bolsistas, desde a concepção, o planejamento, a execução e a avaliação, pois se acredita que o verdadeiro protagonismo é exercido na prática reflexiva e transformadora.

Em 2008 foi organizado um cronograma que alternou semanalmente reuniões de coordenação e reuniões de formação com os estudantes, considerando ainda que, em alguns momentos, foram necessárias reuniões extraordinárias, conforme o contexto das atividades no âmbito local e nacional.

As reuniões de coordenação e de formação constituíram momentos importantes de estudo e reflexão, de encontros e possibilidades efetivas e afetivas de trocas. A diversidade de áreas de conhecimento, tanto dos bolsistas como dos professores, contribuiu para superar uma forma disciplinar instituída na academia. Contudo, o desafio do trabalho interdisciplinar permanece, pois não é uma prática fácil. Pode-se observar que as diferenças produzem o que Maffesoli (1984, p.37) denomina *harmonia conflitual*, explicada como equilíbrio conflitivo, que repousa sobre a imperfeição, as diferenças e a complementaridade. Com certeza são espaços de muitas aprendizagens.

Destaca-se que o *Programa Conexões de Saberes* na UFRGS priorizou ações de apoio à permanência de estudantes de origem popular na Universidade, mesmo antes da aprovação da Decisão 134/2007 do CONSUN (decisão que institui o Programa de Ações Afirmativas na Universidade - ANEXO I). O número de bolsistas atendidos (133 bolsistas em 2007) correspondeu a 62% das Bolsas de Extensão da UFRGS distribuídas através de Edital (214 bolsas naquele ano). No contexto atual da Universidade, de adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), espera-se que sejam efetivamente viabilizados infra-estrutura, espaço físico e recursos humanos para a continuidade e expansão de projetos sociais como o *Programa Conexões de Saberes*.

## Da composição do grupo de bolsistas

Considerando as orientações nacionais, foram observados os seguintes critérios para a seleção dos bolsistas: ser oriundo ou morador de comunidades populares; ser a primeira geração com acesso ao ensino superior; a soma da renda mensal dos pais não ser superior a seis salários mínimos; ser proveniente de escola pública; ser negro ou indígena e ter histórico de engajamento em atividades coletivas cidadãs em suas comunidades de origem. O critério “engajamento” foi considerado na primeira seleção, no ano de 2005, tendo certa flexibilidade nos processos seletivos posteriores, enquanto que os critérios raça e etnia foram inseridos no ano de 2007, quando se intensificaram as discussões sobre Ações Afirmativas na Universidade e no *Programa Conexões de Saberes* na UFRGS.

Na primeira edição, em 2005 e 2006, o grupo foi constituído por 25 estudantes, conforme definições da coordenação nacional e repasses financeiros da SECAD. A maior parte destes estudantes permaneceu por dois anos no Programa, recebendo uma bolsa no valor de 300 reais. Em 2007 o grupo foi ampliado, integrando bolsistas para ações junto ao *Programa Escola Aberta*, sendo que, na última edição, chegou-se a 133 bolsistas (Ver ANEXO II - Edital 01/2007 de Seleção de Bolsistas). Ao longo da sua história na UFRGS, o Programa já contou com a participação de aproximadamente 280 bolsistas, considerando a mobilidade em alguns momentos.

Observaram-se, nas experiências desenvolvidas, que a mobilidade dos

bolsistas está relacionada a outras possibilidades que surgem no decorrer do Programa, tais como: Bolsa de Iniciação Científica; Bolsa de Extensão na área de formação; Estágios remunerados; Atividades profissionais em áreas relacionadas às áreas de formação; motivos pessoais. Credita-se essa mobilidade ao fato de que a atuação dos bolsistas no *Programa Conexões de Saberes* os valoriza e os potencializa para alçarem outras experiências que contribuirão na sua formação.

Em alguns aspectos, essa mobilidade de estudantes no Programa fragiliza as atividades de ensino-pesquisa-extensão, pois prejudica a continuidade das ações e coloca a todos o desafio de vários reinícios na formação. Por outro lado, isso colabora para maior comprometimento do trabalho dos bolsistas que permanecem no Programa, pois estes têm o papel de receber os colegas que estão chegando, repassar as informações e continuar as ações planejadas, cuja reflexão produzida para esse fim contribui na formação individual e coletiva. Para a equipe coordenadora também é colocado o desafio de fazer circular os conhecimentos produzidos na vivência do Programa. É notório que, em cada renovação de bolsista, há também uma renovação das propostas de ação, pois estes momentos se constituem em espaços de reflexão, de avaliação e de novos planejamentos.

Na experiência com os bolsistas do Programa, algumas questões permanecem como desafios e como problematizações: para além da definição dos já referidos critérios de seleção, sob os quais se incluem estudantes na categoria “estudante de origem popular”, a discussão desta concepção, que se constitui identitária, ainda é insuficiente e paradoxal. No primeiro grupo de bolsistas, que tinha marcadamente histórico de engajamento em movimentos sociais, essa identificação era defendida como necessidade da afirmação de um lugar do estudante de origem popular e da diferença de culturas na universidade. No entanto, essa posição também carregava certa ambigüidade, expressa por alguns estudantes no questionamento e incômodo com os riscos desta identificação, considerando que a inclusão, afirmando este lugar da diferença em uma lógica excludente, pode produzir mais exclusão. Por outro lado, a invisibilidade dos estudantes que têm o perfil dos bolsistas do *Programa Conexões de Saberes*, produzida nas diversas naturalizações das práticas na universidade, mais do que a individualização em um “corpo discente”, é expressa em vários níveis de exclusão, como por exemplo, no que diz respeito às possibilidades de inserção em projetos de iniciação científica

com bolsas e participação em congressos. Esse contexto que marca a experiência de muitos estudantes tem reforçado o movimento da afirmação pela inserção em um grupo de pessoas com trajetórias semelhantes, mas que, na sua diversidade, permite a construção de espaços de trocas, de participação e de produção de conhecimento. A vivência no Programa tem produzido para os bolsistas outras formas de inserção e circulação na universidade e também possibilitado parcerias entre professores, estudantes, comunidades e movimentos sociais, para a problematização de uma universidade que se quer “pública e democrática”.

## Da organização das Atividades

De acordo com as orientações nacionais, a estratégia de atuação na UFRGS vem sustentando-se nos três eixos de desenvolvimento do Programa:

- Eixo Institucional - contribuição na formulação e problematização das políticas de acesso e permanência de estudantes de origem popular na universidade;
- Eixo da Formação - qualificação da formação de estudantes de origem popular através de atividades de pesquisa e extensão, visando à preparação para intervenção em diferentes espaços sociais, na universidade e em seus territórios de origem;
- Eixo comunitário - promoção de espaços de diálogo entre saberes populares e acadêmicos. Para tanto, são realizadas, articuladamente, atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Na configuração mais recente, o Programa contou com dois grandes grupos, que se organizaram em duas modalidades de trabalho, sob coordenações pedagógicas distintas: uma ligada aos territórios de diálogo entre universidade e comunidades populares e outra dedicada à articulação do *Programa Conexões de Saberes* com o *Programa Escola Aberta*.

## Territórios de diálogo entre a universidade e as comunidades populares:

A noção de território é entendida para além da configuração de um lugar do ponto de vista geográfico. Inspirando-se na noção utilizada por Guattari e Rolnik (1986), o território diz respeito tanto ao espaço vivido quanto ao modo como os sujeitos circulam, se inserem e criam estratégias de relações e de vida nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos e afetivos. No *Programa Conexões de Saberes*, a definição de um território começa com a problematização de um eixo temático, a escolha de um local, de uma instituição, de um grupo, de uma comunidade, mas a configuração de territórios de diálogo é um processo sempre em construção, considerando que o diálogo, na perspectiva Freireana (1983), é sempre da ordem do encontro, não qualquer encontro, não uma simples troca de idéias e saberes, mas sim a invenção de espaços coletivos de reflexão e ação, espaços construídos nas “brechas” entre os saberes locais e os saberes acadêmicos.

A primeira modalidade de trabalho envolveu um grupo de até 35 bolsistas, que puderam permanecer no Programa por no máximo dois anos (em função de que o pagamento contínuo de uma bolsa para uma mesma pessoa por um período superior a 24 meses pode gerar a requisição de vínculo empregatício), inseridos em projetos de extensão e/ou pesquisa em sete territórios, com ações vinculadas aos cinco eixos de referência do Programa, que desde agosto de 2007 foram assim configurados:

- Eixo Acesso e Permanência: território Curso Pré-Vestibular Esperança Popular da Restinga;
- Eixo Práticas e Saberes e Populares: território ONG AFROSUL e território Fórum de Educação da Restinga e do Extremo Sul (FERES);
- Eixo Educação Indígena<sup>2</sup>: território Aldeia Guarani Anhetengué e território Aldeias Kaingang da territorialidade Lago Guaíba;
- Eixo Políticas Públicas de Juventude: território Pro-Jovem Urbano/Porto Alegre
- Eixo Ações Afirmativas: território Conexões Afirmativas

<sup>2</sup> O eixo Educação Indígena é uma proposta do Programa da UFRGS, visando enfatizar este segmento, considerando a história dos povos indígenas e as dificuldades de acesso à universidade e considerando experiências de pesquisa e extensão desenvolvidas por professora integrante do *Programa Conexões de Saberes* na UFRGS.

Desde 2005, incluindo o grupo atual destes territórios, participaram nesta modalidade 65 estudantes oriundos de 16 Cursos de Graduação, com predominância de Licenciaturas das Ciências Humanas. Na edição 2006-2007 teve-se a participação de estudantes de catorze cursos de graduação, com o respectivo número de bolsistas entre parênteses: Ciências Sociais (8); História (4); Pedagogia (4); Enfermagem (3); Biologia (2); Filosofia (2); Letras (2); Engenharia Elétrica (2); Comunicação Social, Direito, Física, Educação Física, Geografia e Psicologia (cada um com um bolsista).

Maior detalhamento das atividades desenvolvidas em cada território será desenvolvido no capítulo específico “Territórios de diálogo entre a universidade e as comunidades populares”.

## Articulação do Programa Conexões de Saberes com o Programa Escola Aberta:

A segunda modalidade de trabalho iniciou com a articulação do *Programa Conexões de Saberes* com o *Programa Escola Aberta: educação, cultura, esporte e trabalho para a juventude*, que veio a constituir mais um território do Programa. Até o momento, foram concluídas duas edições nesse formato, que, por sua natureza particular, possui uma dinâmica de trabalho diversa da dos demais territórios.

O *Programa Escola Aberta* foi criado em 2004 a partir de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e a UNESCO, com o propósito de favorecer a interação entre a escola e a comunidade com o uso do espaço escolar para atividades nos finais de semana, sobretudo em locais de vulnerabilidade socioeconômica. A base do trabalho concentra-se na promoção de oficinas em que os saberes locais interagem com os dosicineiros, que podem ser os próprios moradores do entorno das escolas, de modo que seja estimulada a construção de um projeto coletivo, cujos resultados retornam ao ambiente escolar na forma de autonomia, criticidade, enfim, de melhoria de condições de vida e de auto-estima. Em documento oficial que explicita a proposta pedagógica norteadora do Programa, é enfatizada a “desescolarização” da sociedade, “no sentido de se valorizar os saberes da comunidade e o reconhecimento de que a aprendizagem ocorre freqüentemente nas trocas sociais, de maneira informal,

assistemática, no tempo de lazer que é propício à criatividade” (TINOCO & SILVA, 2007, p.18-19). Ou seja, expande-se o papel pedagógico da escola para outros agentes, articulados no espaço escolar dirigido por uma outra lógica e uma outra temporalidade.

As Universidades participantes do *Programa Conexões de Saberes* passam a integrar o *Programa Escola Aberta* no sentido de criar propostas de oficinas dirigidas, num formato diferente das que mais regularmente vinham ocorrendo. Estas eram centradas, sobretudo, em atividades esportivas, recreativas ou de geração de renda. Para tal, a Coordenação Nacional do Programa propôs dois eixos como norteadores do trabalho das IFES: o eixo da Leituração e o eixo dos Direitos Humanos. A forma como o trabalho veio a ser desenvolvido na UFRGS será desenvolvida com mais detalhe no capítulo “A articulação do *Programa Conexões de Saberes* com o *Programa Escola Aberta*”.

## Das produções do Programa na UFRGS

Não é possível abordar as produções acadêmicas resultantes das atividades desenvolvidas no Programa sem problematizar a forma imperativa com que a lógica acadêmico-científica opera no registro das ações de ensino, pesquisa e extensão. Assim como também se faz necessário situar a relação de forças que tem colocado a extensão em um lugar marginal no contexto acadêmico, determinando para professores e estudantes extensionistas o desafio de dar visibilidade para a especificidade das suas produções em um contexto em que o tempo não pode ser cronológico, em que a cientificidade não se expressa nas verdades estabelecidas e em que as práticas não são prescritas.

Na perspectiva do Programa, a extensão universitária é compreendida como espaço de produção de conhecimento e como exercício de uma ética que busca resgatar o caráter público da universidade naquilo que é da ordem do coletivo, da diversidade e da publicização das suas práticas para além das dimensões de comunicação e informação. Trata-se, então, de uma universidade que se faz pública na coletivização e invenção de práticas, nas relações que se abrem para as diferentes culturas e estratégias de conhecimento; trata-se da extensão como potência para a pesquisa e o ensino e para práticas inovadoras e transformadoras que contemplem o fazer e o pensar com as comunidades; trata-se de uma posição política de compromisso com as

mudanças sociais; trata-se, enfim, da extensão como sendo simultaneamente produção de conhecimento e exercício ético.

As produções do *Programa Conexões de Saberes* na UFRGS são de várias ordens e podem ser registradas em diferentes planos, que se inscrevem nos três eixos do programa - institucional, comunitário e de formação:

**Formação dos estudantes:** todas as ações do Programa estão direcionadas para a qualificação da formação dos estudantes participantes. Pode-se avaliar positivamente essa meta, se for considerado que grande parte dos bolsistas, ao ingressarem no Programa, não tinha em seu histórico acadêmico experiências de pesquisa e extensão; não tinha em seu currículo registros de publicações, apresentação de trabalhos em congressos, elaboração de resumos, organização de seminários e outras atividades complementares. Tais experiências são propiciadas e contempladas no planejamento anual para todos os bolsistas.

É importante destacar que as ações de formação desenvolvidas durante o segundo semestre de 2005, envolvendo a produção escrita através de narrativas e memoriais, resultaram na publicação do livro *Caminhadas de universitários de origem popular* (Webber et al., 2006), que aborda a trajetória de cada estudante rumo à Universidade. O processo de escrita dos memoriais e a conseqüente formação, demandada para viabilizar e qualificar tal escrita, evidenciaram a possibilidade de afirmar, potencializar e fortalecer a presença e a visibilidade dos estudantes de origem popular, fazendo reverberar essa presença na UFRGS.

**Qualificação dos professores:** a organização do Programa na UFRGS tem permitido a aproximação de professores de diferentes áreas do conhecimento, constituindo uma equipe interdisciplinar, com experimentações que provocam reflexões, movimentos, tensões, parcerias, problematizações e produção de conhecimento<sup>3</sup>. A convivência com estudantes de origem popular tem produzido na equipe de professores algumas discussões que só ganharam visibilidade a partir desta experiência, como por exemplo, colocar em análise deter-

<sup>3</sup> Citamos aqui dois textos produzidos coletivamente por professores da equipe: Bergamaschi, Maria Aparecida; Arenhaldt, Rafael; Lazzarotto, Gislei D. Romanzini. *Conexões de saberes: a extensão pensando a universidade no diálogo com as comunidades populares*. *Revista Expressa Extensão* da Universidade Federal de Pelotas, 2006. Santos, Nair Iracema Silveira dos; Lazzarotto, Gislei D. Romanzini. *Educação e Cidadania: Desafios para a universidade na construção de diálogos com as comunidades populares – Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, SP, v. 33, n.1, p. 77-88, junho de 2007.

minadas naturalizações tais como: a concepção de que universidade pública atende uma elite que não apresenta problemas de permanência, o que vai de encontro aos dados que expressam um número cada vez maior de estudantes oriundos de grupos sociais que não fazem parte da chamada “elite”, do ponto de vista sócio-econômico; uma lógica acadêmica que opera com um ideal de estudante que deve responder às exigências de produção, sem que se considerem as diferenças de inserção e de relação dos estudantes com a universidade, com os cursos, com os saberes; a própria invisibilidade destes estudantes de origem popular na universidade. São questões que demandam aprofundamento de análise e instigam para formulação de novas propostas de estudos.

**Os movimentos na Universidade:** o compromisso do Programa com a formulação e avaliação de políticas para o ensino superior, tendo como foco prioritário as ações afirmativas, tem produzido implicações e participações de professores e estudantes em processos como: elaboração da política de ações afirmativas na UFRGS, fóruns de movimentos sociais, organização de eventos com temáticas problematizadoras das práticas na universidade, colaboração e acompanhamento da implantação do sistema de cotas para ingresso, entre outras.

**Os encontros com as comunidades:** as práticas nos territórios convocam a discussão, estudos e mudanças de posições, mas também produzem efeitos nas comunidades, trocas de saberes, enfim, outros olhares sobre a universidade. Esta interlocução será explicitada no capítulo seguinte “Territórios de diálogo entre a universidade e as comunidades populares”.

**Publicações na “Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes”:** além da elaboração de resumos científicos e apresentação de trabalhos em eventos, os estudantes elaboram um artigo anual, a partir de experiências de Extensão e/ou pesquisa, publicados em uma coleção nacional, disponível nas bibliotecas da UFRGS. Seguem os títulos dos primeiros artigos, como uma amostra dos temas que pautaram as reflexões e pesquisas: GT1 – “O Olhar da escassez: representações dos espaços populares na universidade e representações da universidade nos espaços populares” (SILVA; BARBOSA; SOUSA, 2006a, p. 116-127); GT2 – “Desigualdade e diferença:

gênero, raça/etnia e classes populares na universidade” (SILVA; BARBOSA; SOUSA, 2006b, p.45-50); GT3 – “Políticas públicas e modos de (des)governar a juventude” (SILVA; BARBOSA; SOUSA, 2006c, p.II8-II5); GT4 – “Lógica meritocrática e práticas pedagógicas na universidade: qual é a função do mérito nas nossas universidades?” (SILVA; BARBOSA; SOUSA, 2006d, p.II0-II9).

As produções científicas concluídas em 2007 foram encaminhadas para publicação em 2008. Versam sobre os seguintes temas, conforme os respectivos eixos: GT1 - Impacto dos pré-vestibulares populares nas universidades: “Estudo do problema da evasão no cursinho pré-vestibular Esperança Popular da Restinga”; GT2 - Práticas e saberes populares: “Tensionamento de culturas na representação das identidades populares”; GT3 - Políticas públicas e juventude: “Tensões acerca do protagonismo juvenil” e GT4 - Ações afirmativas, diversidade e desigualdade na universidade: “Ações Afirmativas e cotas étnico-raciais na UFRGS”.

**Seminários Local e Nacional do *Conexões de Saberes*:** Os Seminários Locais constituíram, ao longo dos últimos três anos, um marco para a presença de comunidades populares na UFRGS, realizando um diálogo respeitoso e frutífero, visto que alimentam o processo de implantação de políticas de acesso e permanência de estudantes de origem popular, negros e indígenas na universidade. O *I Seminário Local Conexões de Saberes*, realizado nos dias 10 e 11 de maio de 2006 na FACED, teve o papel principal de conferir visibilidade ao Programa na UFRGS, evidenciando seus principais objetivos. O *II Seminário Local Conexões de Saberes*, realizado em 17 e 18 de maio de 2007 no Auditório da Faculdade de Direito, teve por objetivo discutir as questões relacionadas às Ações Afirmativas na Universidade na perspectiva do acesso e da permanência de estudantes de origem popular, através da promoção de espaços de diálogo entre a comunidade acadêmica e as comunidades populares. E, por fim, o *III Seminário Local Conexões de Saberes* ocorreu nos dias 26 e 27 de março de 2008, no Salão de Atos da Universidade, e teve como tema central o desafio de pensar uma universidade pública e popular, continuando o diálogo com as comunidades parceiras do *Programa Conexões de Saberes*.

Além dos *Seminários Locais*, a UFRGS participou, com todos os bolsistas e parte da coordenação, do I e II *Seminários Nacionais*, sen-

do que o primeiro foi realizado na UFPE, em Recife, e o segundo na UFRJ, Rio de Janeiro, ambos nos primeiros dias de novembro de 2005 e 2006, respectivamente.

## Programa Conexões de Saberes: uma política de Ações Afirmativas

O *Programa Conexões de Saberes*, desde sua fase inicial, no âmbito nacional, tem como eixo transversal as Ações Afirmativas tanto no plano do ensino superior, quanto no plano das ações junto às comunidades. Esse eixo vem se constituindo em articulação com os eixos das políticas públicas e das práticas e saberes populares. Na história do Programa na UFRGS, os três eixos colocam-se como princípios metodológicos e epistemológicos para ações e proposições em experiências diversas de educação: de jovens universitários, indígenas, crianças e jovens das comunidades, lideranças nas comunidades parceiras. O desafio para que o Programa possa constituir-se como uma política de Ações Afirmativas<sup>4</sup>, para além de uma meta nacional, faz sentido para professores e estudantes conexonistas na UFRGS, sustentando vários movimentos que a equipe vem fazendo ao longo desta experiência.

O *Programa Conexões de Saberes* propõe olhar para dentro da Universidade, re-conhecendo sua estrutura, pensando em formas de democratizá-la, localizando os estudantes de origem popular e os saberes que trazem. No entanto, o *Programa Conexões de Saberes* também propõe olhar para fora da instituição, reconhecendo a necessidade de democratizar o acesso e dialogando tanto com jovens que almejam ingressar nesse espaço universitário, quanto com os saberes que estão alijados da academia. Trazê-los para o diálogo com os saberes científicos é também uma possibilidade de enriquecer a Universidade, superando o monólogo que aqui predomina.

Um dos objetivos principais do *Programa Conexões de Saberes* é apoiar a permanência de estudantes de origem popular na universidade, que, na

---

<sup>4</sup> O *Programa Conexões de Saberes* na UFRGS trabalha na perspectiva de que Ações Afirmativas configuram-se como políticas públicas que têm como objetivo corrigir distorções históricas responsáveis pelo sofrimento e exclusão de determinados grupos sociais ou étnico-raciais como, por exemplo, mulheres, pessoas portadoras de necessidades especiais, negros, indígenas. Na universidade, não se reduzem às políticas de cotas, contemplando ações que visam à promoção de igualdade de oportunidades e de diversidade cultural.

perspectiva das ações propostas pelo Programa, significa para os estudantes bolsistas não abrir mão dos laços de pertencimento ao seu grupo sócio-cultural, mas sim, dialogar com os saberes de seus territórios de origem, fazendo-os emergir como protagonistas também no contexto acadêmico. Conforme proposta nacional, a preocupação com a permanência destes estudantes na universidade não é função apenas de ações de natureza socioeconômica, como a proporcionada por uma bolsa de extensão, mas também de ações de natureza pedagógica, acadêmica e política que reconheçam e valorizem suas trajetórias, criando na Instituição um ambiente intelectual receptivo aos saberes que trazem em função de suas experiências escolares e existenciais.

Nessa perspectiva, as ações propostas pelo *Programa Conexões de Saberes* inserem-se num debate mais amplo acerca do papel da universidade na produção de saberes em sua relação com setores historicamente excluídos do ensino superior e do conhecimento que se diz científico-acadêmico, evidenciando e potencializando os saberes populares para constituir práticas e espaços em que a troca de saberes permita outras formas de produção de conhecimento e de relações entre universidade e comunidades populares. Esse processo se caracteriza por embates e desafios que não se esgotam, mas que explicitam contradições e naturalizações das práticas acadêmicas, exigindo algumas pausas para a escuta sensível, para o estranhamento e para a invenção de novas estratégias. A elaboração deste documento com uma agenda propositiva de Ações Afirmativas é uma grande pausa, para pensar *por onde* se anda e *o que* se quer afirmar.

# Territórios de diálogo entre a Universidade e as comunidades populares

*Maria Aparecida Bergamaschi  
Nair Iracema Silveira dos Santos  
Rafael Arenhaldt*

O *Programa Conexões de Saberes na UFRGS* desenvolve atividades de ensino-pesquisa-extensão, priorizando a inserção em comunidades populares e a potencialização de projetos já existentes, sempre na perspectiva de fortalecer os vínculos entre estudantes/comunidade/universidade. No primeiro ano, o investimento foi na constituição do grupo e na definição das estratégias de trabalho. O marco deste período foi um programa de formação para a escrita de memoriais dos estudantes, assentado no reconhecimento da ancestralidade e das memórias familiares e comunitárias, o que contribuiu para que o grupo também vislumbrasse territórios de atuação a partir das sugestões dos bolsistas.

A organização das ações segue os objetivos nacionais do Programa, que visam a apoiar a permanência dos estudantes de origem popular, através de um diálogo efetivo dos saberes constituintes desses estudantes e a universidade, bem como do incentivo ao protagonismo desta parcela de alunos, verdadeiros elos entre a academia e as comunidades populares. Na fase inicial do Programa na UFRGS, foram muitas discussões e experimentações em relação aos territórios populares: era viável atuar com os movimentos sociais com lutas evidentes, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras - MST, o Núcleo Fome Zero, o Movimento Hip Hop Organizado Brasileiro

– MHHOB, os catadores de resíduos sólidos urbanos ou nos territórios de origem de cada um dos bolsistas? Era possível efetivar uma prática de respeito e parceria que os estudantes diziam não existir na Universidade?

Institucionalmente a UFRGS havia apontado algumas possibilidades para o Programa atuar em projetos sociais já em andamento, como o Programa de Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar, as Aldeias Indígenas, entre outros. Porém, a vontade de protagonizar uma ação definida pelo grupo buscou outros caminhos e, aos poucos, apontou possibilidades de atuação. As discussões acerca do que poderia constituir diálogo efetivo com as comunidades populares foram aprofundadas até o final de 2005, período em que as ações prioritárias do Programa começaram a se definir, aparecendo o desenho dos territórios populares: Aldeia Guarani, já constituída e com atividades de um pequeno grupo desde novembro de 2005; Bairro Restinga, com a possibilidade de criação de um curso Pré-Vestibular Popular e realização de oficinas de comunicação para jovens no Comitê de Resistência Popular; Bairro Rubem Berta, com a formação de uma parceria para reforçar um curso pré-vestibular já existente e a atuação em uma cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos, e, por fim, aproximando-se das ações anti-racistas, uma atuação conjunta com a ONG AFROSUL.

Além dos territórios que se desenhavam com maior nitidez, à medida em que era planejada a atuação do *Conexões*, parcerias foram sendo efetivadas com o GT Ações Afirmativas, grupo de trabalho criado na UFRGS no final de 2005, com o objetivo de aprofundar as discussões acerca das políticas afirmativas de ingresso e permanência de afro-descendentes e indígenas na universidade.

Essa configuração inicial de parcerias foi reconstituída em 2007, concluindo-se as ações no Comitê de Resistência Popular e no Bairro Rubem Berta, e inserindo-se dois novos territórios: FERES (Fórum de Educação da Restinga e do Extremo Sul) e ProJovem Urbano. Esta reorganização não se deu apenas no nível de parcerias, mas também no que diz respeito à sistematização das atividades, procurando-se uma maior articulação das propostas de extensão e pesquisa e inserção dos bolsistas em um grupo de orientação, considerando certa dispersão na primeira fase, quando alguns estudantes participavam em dois grupos com atividades divididas entre extensão e pesquisa.

Na descrição que segue, são apresentados os territórios constituídos na relação com várias comunidades, desde o início das atividades do *Programa*

*Conexões de Saberes* na UFRGS. São territórios vinculados aos eixos de referência do Programa Nacional, conforme referido no capítulo anterior.

## Territórios de diálogo com as comunidade populares

### • Curso pré-vestibular Esperança Popular da Restinga

O Curso Pré-Vestibular Esperança Popular da Restinga é uma atividade inscrita na proposta de construir formas de democratização do acesso à Universidade Pública. Iniciou suas atividades no ano de 2006, no Bairro Restinga, em Porto Alegre, em parceria da Associação de Moradores do Núcleo Esperança I com um grupo de estudantes bolsistas do *Programa Conexões de Saberes*, além de contar com bolsistas voluntários. A partir de 2008 as atividades do Curso passaram a ser realizadas nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Alberto Pasqualini, do Bairro Restinga.

Diferentemente de um curso pré-vestibular de caráter privado de ensino e de uma visão mercadológica de educação, um curso pré-vestibular popular busca outras premissas na construção e execução do seu Projeto Político-Pedagógico. Além de preparar e revisar os conteúdos exigidos nas provas do vestibular, o cursinho popular se constitui num importante espaço de reflexão das relações sociais, procurando operar numa dimensão crítica de educação. Desta forma, busca uma adequação pedagógica diante da realidade do próprio aluno, na perspectiva da Educação Popular, destacando-se a existência da disciplina de Cultura e Cidadania, muito comum em programas curriculares de cursinhos populares.

Em termos de formação, o território se constitui como uma *oficina* de formação de professores, pois muitos alunos têm no cursinho a sua primeira experiência docente. Os bolsistas ligados ao cursinho também são autores de artigos científicos que os iniciam na sistemática da produção do conhecimento no campo das ciências sociais e educação.

### • Aldeias indígenas

Esse território constitui-se por atividades relacionadas à Educação Indígena, desenvolvidas nas seguintes comunidades: Aldeia Guarani Anhetenguá, da Lomba do Pinheiro, e Aldeias Kaingang da territorialidade Lago Guaíba,

com atuação principal na aldeia Topê Pan, do Morro do Osso, todas localizadas no município de Porto Alegre.

Nos anos de 2005 e 2006 foram realizadas, por solicitação da comunidade, oficinas de português, escrita e leitura na Aldeia Guarani. No ano seguinte, investiu-se na participação do projeto “Educação Escolar Indígena e produção de materiais didáticos” junto às aldeias Kaingang. Semanalmente, um grupo de estudantes visitava às aldeias e realizava um trabalho conjunto, mediando saberes, intermediando a interação entre as sociedades indígenas e não-indígenas, envolvendo mais de 100 pessoas nessa ação.

A partir desta proximidade com as aldeias, a equipe é demandada para outras atividades que visam à interlocução da universidade com as comunidades indígenas, como, por exemplo, no processo de discussão da implantação das cotas e, mais recentemente, na organização de encontro para ouvir as comunidades indígenas em relação a acesso e permanência dos estudantes indígenas na UFRGS. Outra atividade apoiada pelo *Programa Conexões de Saberes*, através desse território, são as aulas de Guarani na UFRGS, que ocorrem semanalmente em duas turmas, atingindo 20 estudantes não-indígenas que têm a oportunidade de dialogar e aprender a língua com um professor Guarani da aldeia Jataíty – Cantagalo, do município de Viamão.

Tais atividades, que envolvem pesquisa e extensão, colaboram para fazer circular na Universidade os saberes indígenas e para construir um diálogo qualificado com as aldeias, visto que o respeito às diferenças está assentado também no esforço efetivo para conhecer e compreender o outro, a partir do seu modo de vida.

#### • ONG AFROSUL - Odomodê

A ONG AFROSUL é uma instituição cultural de Porto Alegre, que atua na valorização das culturas afrodescentes. Atende, diariamente, aproximadamente 50 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com atividades no horário inverso ao turno escolar. As ações neste território se vinculam ao eixo Práticas e Saberes Populares.

A parceria do *Programa Conexões* com a ONG AFROSUL iniciou em 2006 com uma atividade junto à Vila Sossego, localizada no Bairro Ipiranga, em Porto Alegre, na comunidade que vive no entorno da ONG, que poderia compartilhar o convívio com e no AFROSUL, desde que os bolsistas “atravessassem a ponte”. Esse foi o primeiro movimento do grupo

de bolsistas que atuou nesse território: aproximar territórios que não faziam contatos. Mais tarde, outras ações foram desenvolvidas, como o trabalho com crianças afrodescendentes e de famílias de baixa renda; o incentivo à participação das mulheres da Vila Sossego, integrando-as às atividades desenvolvidas pela ONG; as oficinas visando produzir reflexões sobre “negritude”, saúde e direitos humanos com mulheres negras.

Em 2008, o trabalho centrou-se novamente em atividades com crianças e jovens. Através do método de pesquisa-ação e da observação participante, desenvolveram-se oficinas de esporte, a fim de observar e analisar as formas de interação e individuação dos jovens na prática esportiva; oficinas de leitura com temas referentes à presença do negro na mídia; construção de blogs em páginas gratuitas na Internet; criação e produção de fanzines. O grupo também assistiu a filmes com a temática da diversidade dentro de um Ciclo de Cinema proposto pelo Programa de Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico realizado na Sala Redenção, sala de cinema universitário da UFRGS. Após a exibição dos filmes havia discussão e reflexão sobre a diversidade étnico-racial, a identidade e a cultura negra.

#### • Fórum de educação da Restinga e do Extremo Sul – FERES

Esse território, vinculado ao eixo Práticas e Saberes Populares, é mais recente, constituído no final de 2007, apesar de aproximações anteriores, desde o início do Programa Conexões na UFRGS. O Fórum tem hoje uma sede no Bairro Restinga, contando com seis núcleos de trabalho, tais como: economia solidária, comunicação, etnias, direitos humanos, meio ambiente e produção cultural. As atividades do Fórum envolvem educadores populares, lideranças comunitárias, estudantes, escolas da região e diferentes movimentos sociais. Os núcleos de atuação dos educadores perpassam três eixos: educação infantil, educação especial e educação de jovens e adultos.

O diálogo entre o *Programa Conexões* e o FERES visa criar uma interface entre as narrativas orais e visuais produzidas por diferentes atores sociais, moradores da Restinga. Deseja-se interferir no território por meio de oficinas, onde o fazer pedagógico, oriundo da universidade, dialoga com os saberes populares. Acredita-se que a discussão do passado individual e coletivo é elemento importante na constituição das identidades e na constituição dos grupos sociais no tempo presente e em suas perspectivas de futuro.

No período inicial o grupo se preparou teoricamente, lendo e discutindo textos referentes à memória, à história local, à cultura visual, à oralidade. Tendo em vista que uma das metodologias utilizadas nas oficinas baseia-se nas narrativas fotográficas dos membros da comunidade do bairro, o grupo também tomou contato com informações referentes à fotografia. Foi realizada leitura sobre a história da fotografia e uma oficina de formação, na qual todos conheceram o engenho da Câmara Obscura e aprenderam a confeccioná-la.

Em um segundo momento, bolsistas e orientadores participaram da organização e desenvolvimento de um curso para educadores populares, coordenado pelo FERES. A observação participante durante toda a programação do curso teve como objetivo, além da própria formação para os bolsistas, compor dados para análise do processo de formação na experiência desenvolvida, focando nas noções expressas de educação popular e nos modos como os participantes se percebem como educadores populares.

#### • Políticas públicas e juventude: PROJOVEM Urbano

Esse território foi organizado a partir do projeto de pesquisa “Políticas Públicas e Juventude: a micropolítica em experiências de educação e trabalho”, que tem como foco algumas experiências do ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) no município de Porto Alegre no período de 2006-2008.

As ações de extensão, articuladas com a pesquisa, constituíram-se, nos últimos meses, através de experiências com jovens participantes do ProJovem Urbano, no contexto de um Núcleo localizado na zona norte do município de Porto Alegre. Este programa atende jovens de 18 a 29 anos, que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho. As atividades de extensão do *Programa Conexões*, configuradas na proposta de pesquisa participativa, tiveram como objetivo construir espaços coletivos de análise com educadores e jovens. Após um período de acompanhamento das atividades do núcleo, propôs-se o debate sobre a “Primeira Conferência de Políticas Públicas para a Juventude”, através de oficinas de rádio e da elaboração de vídeos, culminando na concretização de uma Conferência Livre, processo inserido no Plano de Ação Comunitária, uma das atividades previstas no Projeto Pedagógico do ProJovem.

O conjunto de ações de extensão resultou na produção de um relatório-base, documento onde foram registradas as discussões e propostas dos

jovens participantes, elaborado com estes e enviado à Secretaria Nacional da Juventude para compor os relatos na Conferência Nacional realizada em Brasília no mês de abril de 2008.

Todos os materiais produzidos através desta proposta de extensão compõem hoje um portfólio que constitui o “corpus de análise” para estudos que estão em desenvolvimento, conforme o projeto de pesquisa, visando à problematização de uma política pública em execução.

#### • Conexões afirmativas

O eixo Ações Afirmativas é um dos principais operadores do *Programa Conexões de Saberes*, aparecendo desde seu início como um eixo que deveria ser constitutivo de todas as atividades. Com esta orientação nacional, na primeira fase do Programa na UFRGS, optou-se por não criar um território específico, mas sim por trabalhar com a perspectiva da transversalidade, isto é, considerar as ações afirmativas como um princípio a potencializar as ações propostas. Em 2005 e 2006 este movimento se organizou em torno da parceria com o GT Ações Afirmativas (GTAA) da UFRGS, um grupo constituído em 2005, por estudantes e professores interessados e comprometidos com a defesa da implantação de ações afirmativas na universidade. Este grupo colaborou em vários momentos na formação de bolsistas do Programa, inserindo e acolhendo alguns em suas atividades.

Com a aprovação do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS em 2007, avaliou-se que era o momento de criar-se um território específico, denominado *Conexões Afirmativas*, tendo como objetivo pesquisar e problematizar as questões de acesso e permanência dos alunos oriundos de comunidades populares, considerando que as cotas no processo vestibular são necessárias, mas temporárias e não abarcam todas as demandas de inserção e permanência dos estudantes na universidade pública.

As atividades do território Conexões Afirmativas iniciaram em novembro de 2007 por meio da elaboração e distribuição de fôlderes e cartazes, distribuídos aos vestibulandos e posteriormente aos calouros que ingressaram na UFRGS em 2008. O grupo de bolsistas e orientadores foi responsável pela organização das atividades que resultaram na agenda propositiva apresentada na última parte desta publicação.

Neste ano as ações do território desdobraram-se no projeto de extensão e de pesquisa “Quero Entrar na UFRGS”, com atividades voltadas aos alu-

nos e professores de Escolas Públicas de Ensino Médio, visando ao diálogo e à divulgação das possibilidades de preparo, acesso e permanência nos Cursos Técnicos e de Graduação, a partir das políticas de Ações Afirmativas aprovadas na UFRGS em 2007. O grupo mantém um *Blog* informativo (<http://queroentrarnaufrgs.blogspot.com>) e realiza também pesquisa com dados levantados nos encontros com estudantes de escolas públicas.

#### • Cooperativa Ecológica Rubem Berta

As ações foram desenvolvidas até junho de 2007, no Bairro Rubem Berta, em Porto Alegre, junto a uma Cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos, constituída por mulheres, para geração de renda. A atuação de um grupo de bolsistas visou a ampliar as suas possibilidades e fomentar a interação com outros projetos e organizações em atividade no local. A atuação dos bolsistas neste território foi participativa, incluindo-se experimentação da arte de reciclar junto às recicladoras. A metodologia de trabalho foi etnográfica, de convivência. Este (com)viver foi alicerçado nas vivências e nos pensares da história de vida de cada uma das mulheres recicladoras. Para além dos objetivos inicialmente definidos, somaram-se outros, como o de informatizar o Galpão (na lógica da geração de renda), processo que enfrentou dificuldades na obtenção de recursos, sendo possível apenas a doação de um microcomputador para auxiliar na administração do Galpão. Também pôde-se contar com a participação das trabalhadoras do Galpão no *II Seminário Local do Programa Conexões de Saberes*, onde elas ministraram oficinas sobre o ato de reciclar e participaram na mesa de discussões sobre os territórios populares.

#### • Comunicação Popular com jovens da Restinga

O Comitê de Resistência Popular é considerado por seus integrantes “um movimento social que se organiza através da luta por reforma urbana”, juntamente com outros movimentos e organizações do Bairro Restinga. Atua no bairro desde 2002, desenvolvendo atividades de educação popular, comunicação comunitária e produção de áudio e vídeo. Constituiu um território do *Programa Conexões de Saberes* no período de 2005 a 2007, a partir do interesse de estudantes que já participavam de suas atividades. No primeiro ano, os bolsistas realizaram, em parceria com o Comitê, oficinas de comunicação com jovens do Ponto de Cultura “Na Quebrada”, bem como oficinas

de aprendizagem para crianças e jovens moradores vizinhos à sede do Comitê. Participaram também de um trabalho de comunicação chamado de “Rádio Corneta”, desenvolvido pelo Comitê na feira modelo da Restinga, aos sábados. Nessa rádio os estudantes, juntamente com os moradores do bairro, faziam uma programação que visava a abrir espaços para as vozes de “fregueses”, de “feirantes” e de pessoas que por lá circulavam.

No ano de 2007, as oficinas de comunicação com jovens no Comitê produziram outro movimento, a gravação de um programa “Juventude em Foco”, a fim de abordar problemas que os jovens enfrentam e desmistificar a imagem que as pessoas têm dos jovens do bairro, vistos como “vagabundos e marginais”, como sugeriu um dos jovens participantes do programa. Além dessas atividades, os estudantes participaram de vários encontros organizados por movimentos sociais, sendo que, no segundo semestre de 2007, acompanharam reuniões e audiências públicas sobre a implantação de uma Escola Técnica Federal no bairro.

O diálogo entre a Universidade e o Comitê de Resistência Popular talvez tenha sido o mais tenso naquele período, pois vários atravessamentos fizeram-se presentes. Para os bolsistas, atuar de forma militante no Comitê, respeitando sua história de relação com os movimentos sociais, significava não se deixar capturar pelo discurso acadêmico, mas, ao mesmo tempo, percebiam-se representando e assumindo um determinado lugar de saber que os identificava com discursos da universidade. Esta tensão fez com que circulassem muito, sem dar continuidade às propostas construídas.

# A articulação do Programa Conexões de Saberes com o Programa Escola Aberta

*Ana Lúcia Liberato Tettamanzy  
Marilís Lemos de Almeida  
Rita de Cássia dos Santos Camisolão  
Susana Cardoso*

O *Programa Escola Aberta: educação, cultura, esporte e trabalho para a juventude*, é um programa nacional iniciado em outubro de 2004, como uma ação governamental coordenada e financiada pelo Ministério da Educação, por intermédio das Secretarias de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Criado a partir de um acordo de cooperação técnica entre o MEC e a UNESCO, o Programa Escola Aberta estrutura-se a partir da abertura, aos finais de semana, de escolas públicas de ensino fundamental e médio, localizadas em regiões urbanas de risco e vulnerabilidade social, para apropriação pelas comunidades locais. São parceiras do Programa 82 secretarias de educação municipais, seis estaduais e a Secretaria de Educação do Distrito Federal (FNDE, 2008).

O *Programa Escola Aberta* atua oferecendo oficinas de educação, lazer, cultura, esporte e formação inicial para a comunidade em geral e particularmente para os jovens. Nessa perspectiva, as oficinas são organizadas a partir de demandas da comunidade e conduzidas por seus integrantes no intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação, para a

inclusão social e para a construção de uma cultura de paz. A inserção das IFES nesse Programa tem como proposta a intervenção no sentido de exercer um papel formativo tanto para os estudantes como para as comunidades que se soma às construções locais na demanda por políticas públicas.

A articulação do *Programa Conexões de Saberes/UFRGS* com o *Programa Escola Aberta* apresentou-se como uma possibilidade concreta de construção de uma nova relação entre os estudantes universitários oriundos de espaços populares e os estudantes da educação básica, matriculados na rede pública de ensino, cujas escolas estão cadastradas junto ao *Programa Escola Aberta*. De acordo com os critérios estabelecidos, foram selecionados, no final de 2006, 93 bolsistas para atuar em 186 escolas das redes públicas municipal e estadual de 24 municípios do Rio Grande do Sul, por um período total de seis meses. Em 2007, o número de escolas atendidas no RS amplia-se para 196, o que alterou o número de bolsistas para 98 estudantes e o tempo de atuação para sete meses. A fim de cumprir as expectativas expressas nacionalmente, assim como nos demais territórios, houve um planejamento de atividades realizado pela equipe coordenadora a partir de três eixos: articulação com parceiros externos, formação e monitoramento e avaliação. Como interlocutores estiveram presentes representantes do MEC, da UNESCO, coordenadores do *Programa Escola Aberta* nas redes públicas municipal e estadual de ensino dos 24 municípios vinculados. Sobretudo na segunda edição do Programa, tal articulação possibilitou uma maior eficácia tanto na concepção das oficinas como na sua realização.

Os bolsistas participaram de um intenso processo de formação em que foram articuladas as dimensões de ensino-extensão-pesquisa a fim de habilitar os alunos a serem criativos e propositivos nas oficinas de Leituração e Direitos Humanos que deveriam realizar em cada escola. Organizados em duplas conforme formato da coordenação nacional, os bolsistas atuaram em quatro escolas, desenvolvendo em cada uma delas duas oficinas, uma de cada modalidade.

A proposta de formação colocada em prática com os bolsistas foi estruturada nos eixos ensino-pesquisa-extensão e dividida nos módulos a seguir descritos:

**Módulo I – Formação Geral dos Bolsistas** – o objetivo desse módulo foi proporcionar aos alunos uma visão geral acerca do Programa e dos parceiros envolvidos, sensibilizando-os para a importância e relevância das atividades a serem realizadas.

**Módulo 2 – Pesquisa em comunidades populares e Elaboração de Diagnóstico** – a proposição desse módulo pretendeu garantir aos bolsistas um espaço de observação e de diálogo com as escolas e comunidades num momento anterior à realização das oficinas. O instrumental da pesquisa social e a discussão teórica e metodológica proporcionada habilitaram aos bolsistas a fazer um diagnóstico que lhes permitisse conhecer as necessidades, potencialidades e saberes locais, mas também sensibilizar os estudantes para a experiência da alteridade.

**Módulo 3 – Formação em leituração e elaboração de oficinas** – esta etapa forneceu elementos para que os estudantes refletissem sobre o conceito de Leitura e, ao mesmo tempo, explorassem um repertório de possibilidades de abordagem do eixo, estimulando a criatividade e a imaginação de cada um dos participantes, na criação de oficinas lúdicas e interativas.

**Módulo 4 – Formação em Direitos Humanos** – módulo que proporcionou aos estudantes a reflexão sobre a temática direitos humanos, levando-os a questionar suas próprias pré-concepções e seus valores sociais e morais e estimulando-os a olhar e escutar o outro, respeitando as diferenças existentes.

**Módulo 5 – Elaboração de relatório e avaliação** – orientou os bolsistas para a elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas, destacando a importância da avaliação das mesmas tendo em vista os objetivos do *Programa Conexões de Saberes/Escola Aberta* e seus próprios objetivos ao planejarem determinada oficina temática.

As ações de Monitoramento e Avaliação contaram com a participação de articuladores estaduais e municipais do *Programa Escola Aberta*, do grupo de trabalho do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social - DEDS/PROEXT e da coordenação pedagógica deste território. Neste processo a equipe de trabalho do DEDS fez o acompanhamento de todas as formações, monitoramento da entrega de documentos e relatórios parciais, e a sistematização dos dados de avaliação produzidos pelos bolsistas, ou seja, proporcionou as condições para que a gestão pedagógica transcorresse da melhor forma possível. A Coordenação Pedagógica da UFRGS, numa ação

conjunta com os articuladores do *Programa Escola Aberta*, discutiu permanentemente o processo de formação para que ele fosse o mais adequado possível aos objetivos do Programa e acompanhou as várias etapas de diálogo entre escola e bolsistas, com o objetivo de visualizar rapidamente as eventuais dificuldades encontradas neste processo para facilitar sua superação. Além disso, essa Coordenação realizou a leitura de todos os relatórios finais de atividade e orientou os estudantes na elaboração de trabalhos apresentados durante o III Seminário Local do *Programa Conexões de Saberes* em março de 2008. As duplas de bolsistas apresentaram os trabalhos em forma de textos, pôsteres e vídeo-documentários.

Encerradas as ações desenvolvidas pela articulação dos *Programas Conexões de Saberes e Escola Aberta*, nos anos de 2006 e 2007, é possível fazer uma leitura dos avanços alcançados nesta experiência: em 2006, a tarefa de coordenar administrativa e pedagogicamente um universo de 93 bolsistas de extensão em uma única ação de conexão universidade/comunidade foi um processo completamente novo para o DEDS, o que o caracterizou esta experiência como uma “escola” para o pequeno grupo de coordenação do território Conexões Escola Aberta naquele momento. Para exemplificar a complexidade das tarefas da coordenação, o primeiro processo de seleção de bolsistas contou com 284 estudantes inscritos, de 31 diferentes cursos de graduação da UFRGS, que deveria selecionar 93 estudantes pelos critérios nacionais do Programa, já explicitados anteriormente. Naquela ocasião, elaborou-se um banco de dados dos inscritos e cada um dos critérios exigidos foi verificado para fazer uma triagem daqueles que se enquadravam no perfil de estudante universitário de origem popular. Após a verificação no banco de dados daqueles alunos que se enquadravam no perfil, realizou-se uma entrevista coletiva onde foram apresentados aos mesmos os fundamentos e forma de atuação do *Programa Conexões de Saberes* articulado com o *Programa Escola Aberta*.

A preocupação que norteou a proposta pedagógica naquele momento centrou-se prioritariamente em atender as necessidades dos estudantes para a realização das oficinas nas escolas. Assim, as atividades de formação enfocaram recursos para planejamento, registro e relatórios de oficinas, dinâmicas de Leituração e uma abordagem geral em Direitos Humanos.

Algumas fragilidades do processo logo se tornaram evidentes: havia a necessidade de se conhecer o universo das 186 escolas credenciadas no Escola

Aberta em 2006, sua localização, distância de Porto Alegre (aquelas que se situavam nos outros 23 municípios do RS), forma de transporte para deslocamento para realização das oficinas (ônibus municipal, intermunicipal, trem, etc), compra de passagens, agendamento de espaços (salas de aula, auditórios, cinemas) que comportassem os 93 bolsistas para as formações, agendamento de locais e pagamentos das refeições dos bolsistas e ministrantes nos finais de semana (era impossível a realização de encontros de formação durante a semana pela diversidade de horário dos bolsistas dos 31 cursos; optou-se pelos encontros nas férias de janeiro de 2007 e em finais de semana; deve-se lembrar que os Restaurantes Universitários – RUs não abrem nesses dias). Enfim, era imperiosa a necessidade de uma estrutura maior de coordenação para atender tão grande universo de bolsistas em termos de logística e também de intensificar o processo formativo, especificamente na área de Direitos Humanos. Além disso, considerando a tarefa a ser cumprida junto às escolas vinculadas ao *Programa Escola Aberta*, era fundamental uma melhor articulação com a coordenação desse Programa nas redes de ensino municipal e estadual às quais as Escolas a serem atendidas estavam vinculadas.

A avaliação de todas as ações da primeira edição foi o ponto de partida para a atuação em 2007/2008. A melhor articulação com os parceiros, uma coordenação pedagógica específica, alterações no processo formativo a fim de dar uma melhor sustentação teórica aos bolsistas e a intensificação no processo de entrosamento entre os estudantes proporcionaram bons resultados.

Outra grande fragilidade encontrada foi o tempo reduzido (máximo de sete meses) para viabilizar um processo tão rico, tanto do ponto de vista da universidade quanto das comunidades envolvidas. Além desta, percebemos a necessidade de oferecer mais espaços que permitissem aos bolsistas a reflexão sobre o acesso e permanência de alunos oriundos de espaços populares na Universidade, qualificando seu desempenho acadêmico, tanto quanto potencializando seu desempenho político neste espaço e nas comunidades populares.

Está prevista a continuidade da articulação do *Programa Conexões de Saberes* com o *Programa Escola Aberta*, a ser realizada a partir de setembro de 2008, com uma atuação dos bolsistas por um período de dez meses. Com certeza o acúmulo do grupo de coordenação e dos integrantes do DEDS/PROEXT com as experiências vivenciadas nas duas primeiras edições serão fundamentais para o planejamento e a execução, com maior sucesso ainda, das edições subseqüentes.

# Pesquisa (Re)conhecendo as diferenças: um estudo preliminar

Maria Aparecida Bergamaschi  
Sara Viola Rodrigues

## Apresentação

O presente capítulo apresenta a análise dos dados da pesquisa *(Re)Conhecendo as Diferenças na Universidade Pública – UFRGS*<sup>1</sup>, ação inserida no *Programa Conexões de Saberes* que pretende localizar, na universidade, estudantes de origem popular. A implementação da pesquisa foi iniciada em julho de 2005 e, como iniciativa institucional, o primeiro contato foi o Centro de Processamento de Dados - CPD da Universidade. Através de diálogos da equipe coordenadora do *Programa Conexões de Saberes* com a direção e técnicos desse setor, adequou-se o questionário sugerido pela coordenação nacional do Programa às singularidades da UFRGS<sup>2</sup>.

A opção pela implementação do questionário eletrônico foi orientada por vários fatores, mas principalmente pelo fato de a UFRGS realizar a matrícula pela Internet há sete semestres, o que torna esse meio mais familiar aos

<sup>1</sup> Esta pesquisa contou com a assessoria técnica da Engenheira Jussara Musse, Coordenadora do CPD/UFRGS, da Analista de Sistemas Elianara Corsini Lima, CPD/UFRGS, da Professora e Estatística Elsa Mundstock, do Instituto de Matemática da UFRGS, e da Cientista Social Morgana Camargo da Fontoura, UFRGS.

<sup>2</sup> Um dos primeiros produtos solicitados ao *Programa Conexões de Saberes* pela Coordenação Nacional foi a Pesquisa (Re)Conhecendo as Diferenças, ação aprimorada no decorrer do processo e que resultou na pesquisa O Perfil do Calouros, relatada na próxima seção.

estudantes de nossa universidade. Aproveitando o processo de matrícula para o segundo semestre letivo de 2005, que ocorreu no período de 02 a 09 de agosto, em que os estudantes de graduação acessariam o seu portal, no *site* da UFRGS, foi instalado o questionário, franqueado através de um *link* que identificava a pesquisa, na mesma página de acesso ao formulário de matrícula.

Dos 20.887 estudantes de graduação habilitados para realizar a matrícula não presencial na *internet*, 18.356 a efetivaram através deste meio. Desse, 3.582 responderam ao questionário proposto pelo *Programa Conexões de Saberes*, resultado positivo, considerando que a adesão foi voluntária e suscitada pela divulgação de um projeto novo e com pouco tempo de existência na UFRGS. Esse número representa 19,5% do total de estudantes matriculados nos cursos de Graduação da UFRGS.

Outro aspecto ponderado na escolha pelo meio eletrônico para a implementação do questionário foi a considerável quantidade e qualidade de informações constantes no banco de dados do CPD da UFRGS, dados facilmente agregáveis às demandas da pesquisa do *Programa Conexões de Saberes*. Esse foi um aspecto relevante, pois considerou situações anteriores em que os estudantes já haviam sido indagados e respondido detalhadamente muitos dos itens sugeridos no questionário do Programa. Alguns dados, que se avaliou necessário atualizar, foram mantidos, como por exemplo, a renda familiar.

Conforme sugestão da diretora do CPD/UFRGS, perguntar o já sabido pode produzir uma rejeição por parte dos estudantes e, em decorrência, indisposição para responder. É importante que a Universidade considere a história de cada estudante em seu meio, evidenciado o tempo de convivência e a interação com e na instituição, reconhecendo os diálogos já estabelecidos, desde o momento em que o estudante preenche uma ficha com muitos dados, por ocasião de sua inscrição no concurso vestibular. Nesse sentido, salienta-se que existe esse banco de dados na Comissão Permanente de Seleção (COPERSE) da UFRGS.

Cumpra advertir que os questionários respondidos não podem ser considerados uma amostra representativa dos estudantes da UFRGS, visto que não foram obtidos de uma amostra cientificamente planejada e, embora constituam um número satisfatório de respostas para esse método de coleta, os resultados não serão generalizáveis. Por isso, a escolha de editar e analisar detalhadamente os dados referentes aos 3.582 estudantes que responderam ao

questionário, identificando neste grupo os estudantes de origem popular e buscando formas de compreender melhor os dados referentes a este universo, fazendo os números “falar”.

Além de se adequar ao panorama nacional em relação aos dados básicos que deveriam constar, o questionário procurou considerar as peculiaridades locais, como, por exemplo, as palavras que são usuais em nossa região. Foi incluído o termo “vila” numa das categorias que define o local de moradia da família, aproximando do modo como é usualmente denominado “comunidade/favela/morro”, facilitando a comunicação própria do Rio Grande do Sul. Agregaram-se perguntas que auxiliam na identificação de um perfil “popular” dos estudantes da UFRGS, como por exemplo, o meio de transporte usado habitualmente para frequentar a Universidade, bem como a utilização do Restaurante Universitário.

O formulário foi disponibilizado no *site* da UFRGS no período de 30 de julho até 05 de setembro de 2005. Durante o período de matrícula, o número de questionários respondidos e enviados aproximou-se de mil, quantidade considerada insuficiente para os fins almejados. Naquele momento entraram em cena os bolsistas do projeto, já selecionados e no início de suas atividades. Foi organizado um cronograma de divulgação da pesquisa em todos os cursos da UFRGS, ação realizada no período de 22 a 26 de agosto e cujo resultado se expressa na ampliação dos participantes da pesquisa que, de mil, passaram para mais de três mil e quinhentos.

Foi grande o envolvimento dos estudantes bolsistas do *Conexões*: organizados em duplas, cada uma ficou responsável pela divulgação em alguns dos quase cinquenta cursos de Graduação. Além de divulgarem o projeto e solicitarem a adesão à pesquisa, conversando com os alunos nas salas de aula, usaram de outros meios de comunicação, como cartazes, panfletos e mensagens via *e-mail*, mostrando formas criativas e concretas para atingir um número maior de estudantes. Também sugeriram outras formas de divulgação que a Universidade implementou através de seus meios de comunicação.

A atividade possibilitou o contato com a amplitude a as diferentes características de cada curso ou área de conhecimento da Universidade: os turnos de maior concentração de estudantes, as peculiaridades de salas de aula, laboratórios, aulas práticas; as perguntas a eles dirigidas; o entusiasmo ou a desconfiança dos demais estudantes e até a resistência diante das justificativas do projeto foram algumas questões destacadas pelo grupo de bolsistas,

na avaliação da atividade. Ao divulgarem o projeto, respondendo perguntas e argumentando acerca das características e objetivos da pesquisa, também foram apropriando-se do *Programa Conexões de Saberes - UFRGS* e constituindo para si maior entendimento da amplitude do mesmo.

Em relação ao processo de realização da pesquisa, destacamos o apoio institucional da UFRGS, expresso na adesão de setores e na generosidade de professores e especialistas que, mesmo diante de tempos escassos e agendas repletas, dedicaram atenção para a efetivação de diferentes etapas da pesquisa. O Centro de Processamento de Dados assumiu como sua a atividade, orientando e atuando de forma a efetivar a coleta de dados. O tratamento dos dados, realizado por professora do Instituto de Matemática, foi traduzindo a linguagem dos números para uma maior compreensão, dispondo-os para a análise. Igualmente a colaboração de uma cientista social na apreciação dos dados foi fundamental na realização da pesquisa.

Além da disposição ético-política das pessoas que coordenam e atuam nos diferentes setores da UFRGS e que cooperaram na realização dessa pesquisa, contribuíram para a fluência do processo as experiências em pesquisas similares, especialmente a realizada em 2003<sup>3</sup>, que poderá servir de parâmetro comparativo com a que ora se divulga.

## Análise dos dados

### Parte I – Perfil dos estudantes que responderam ao questionário

O grupo de estudantes que respondeu ao questionário da pesquisa do *Programa Conexões de Saberes* pertence a todos os cursos de Graduação da UFRGS. Organizaram-se os dados referentes aos cursos desses estudantes de acordo com a Área de Conhecimento<sup>4</sup> a que se encontra vinculado o departamento do seu curso.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-Reitoria de Ensino. Pró-Reitoria de Graduação. Perfil e representações dos estudantes de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: relatório final. José Carlos Ferraz Hennemann e Andrea Benites (Orgs.). Porto Alegre: Pró-Reitoria Adjunta de Graduação/UFRGS, 2003.

<sup>4</sup> Utilizamos, para as Áreas de Conhecimento e os cursos a elas vinculados, a classificação do CNPq.

Tabela I: Distribuição por áreas do conhecimento

Área do conhecimento	freq.	%
Ciências Exatas e da Terra	572	16,0
Ciências Biológicas	210	7,0
Engenharias	641	17,9
Ciências da Saúde	385	11,7
Ciências Agrárias	124	3,4
Ciências Sociais Aplicadas	827	23,0
Ciências Humanas	449	12,5
Letras e Artes	374	10,4
Total	3.582	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

Os dados mostram que, dos 3.582 estudantes de graduação que responderam ao questionário, 49,9% pertencem ao sexo feminino, e 50,1% ao masculino, evidenciando um equilíbrio quanto a este quesito. Os alunos que integraram o grupo da pesquisa estudam, majoritariamente, durante o período diurno, e apenas 18,5% declararam estudar exclusivamente à noite, dado que confirma a própria organização dos horários da Universidade. Considerando a fase do curso em que se localizam, 74,1% dos entrevistados que responderam estão no início e no meio do curso.

Perguntados acerca de possíveis dificuldades em acompanhar o curso, 65,9% dos entrevistados que responderam a essa questão declararam não sentir dificuldades. Entre os 33,3% que responderam afirmativamente, as justificativas apresentadas referem-se, em sua maioria, aos horários das aulas, que impedem de conciliar estudo e trabalho. Poucas respostas evidenciam dificuldades em acompanhar os processos pedagógicos, alguns apenas referem falta de tempo para dar conta das demandas intensas de cada disciplina. A tônica das repostas sugere que se construa uma flexibilização de horários e, especialmente, maior oferta noturna de disciplinas.

O meio de transporte utilizado para deslocamento até a Universidade que aparece com maior frequência é o público, como mostram os dados da tabela abaixo, em que 78,1% dos estudantes declararam utilizar trem, ônibus ou lotação. Um número significativo, representando 10% do grupo pesquisado, declarou ir para a Universidade caminhando ou usando bicicleta.

Tabela 2: Forma de deslocamento até a Universidade

Deslocamento	freq.	%
Trem	20	0,6
Trem/ônibus	262	7,3
Ônibus	2.475	69,1
Lotação	41	1,1
Veículo próprio	358	10,0
Motocicleta	51	1,4
Bicicleta	19	0,5
Caminhando	340	9,5
NR	18	0,5
Total	3.582	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005.

Indagados acerca da cor/etnia, os números revelam que 9,1% dos estudantes da UFRGS que participaram dessa pesquisa declararam-se negros ou pardos, percentual aquém dos 13,5% de pretos e pardos que compõem a população do Rio Grande do Sul.<sup>5</sup>

Tabela 3: Cor/etnia do aluno (auto-identificação)

Cor/etnia	freq.	%
Amarela	21	0,6
Branca	3.189	89,0
Indígena	15	0,4
Parda	228	6,4
Negra	97	2,7
NR	32	0,9
Total	3.582	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

Dos 3.582 alunos entrevistados, 58,4% declararam exercer atividade remunerada e o local de moradia foi assim definido:

Tabela 4: Definição do local de moradia

Local de Moradia	freq.	%
Comunidade/favela/morro/vila	117	3,3
Loteamento popular	50	1,4
Bairro de classe média alta	287	8,0
Conjunto habitacional	131	3,7
Bairro de classe média	1.856	51,8
Bairro popular	933	26,0
Zona rural	136	3,8
NR	72	2,0
Total	3.582	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

<sup>5</sup> De acordo com IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dados de 2002.

Perguntados acerca da escolaridade dos pais, as respostas revelam que 72,8% das mães e 71,1% dos pais dos 3.582 estudantes da UFRGS que responderam ao questionário têm escolaridade equivalente ao Ensino Médio ou Ensino Superior.

## Parte II – Perfil dos estudantes de origem popular

Num universo de 3.582 questionários respondidos<sup>6</sup>, nem todos apresentaram informações suficientes para constituir o perfil “aluno de origem popular”. Dentre os informantes que apresentaram dados suficientes, 241 estudantes, ou seja, 6,7% do grupo que integrou a pesquisa, pertencem a famílias cuja renda média dos pais é de até três salários mínimos, são moradores de territórios populares e a escolaridade dos pais não ultrapassa o Ensino Fundamental.

O primeiro dado que salta aos olhos é a presença de estudantes de origem popular na UFRGS, mesmo considerando apenas o grupo dos que participaram da pesquisa. Estão representados em todos os cursos e foram detectados em meio ao silêncio e à invisibilidade que os cercam, predominantemente, até então. Para que essa presença popular exista e se torne evidente na UFRGS, embora ainda numericamente pequena, é necessário um “mostrar-se”, a fim de que seu significado e sua importância apareçam. De alguma forma, os números aqui apresentados cumprem essa função de mostrar, de fazer aparecer e impulsionar outros movimentos no interior da Universidade, tornando essa presença mais significativa, tanto em quantidade quanto no reconhecimento dos saberes que esses estudantes trazem desde seus territórios.

Agrupando os cursos em Áreas de Conhecimento, tem-se assim distribuídos os estudantes de origem popular na UFRGS, sempre ressaltando que esses dados estão restritos ao grupo que participou da pesquisa do *Programa Conexões de Saberes*.

<sup>6</sup> No período de coleta de dados, foram recebidas inúmeras mensagens de estudantes que tiveram dificuldade para responder o questionário ou que “sem querer apertaram uma tecla” e enviaram o formulário antes de finalizar seu preenchimento, fato que contribuiu para explicar os dados incompletos de alguns questionários. Especificamente em relação à renda, muitos não mais relacionam seu sustento ou o da sua família à renda dos pais e sim ao seu próprio trabalho, como exemplifica o depoimento que segue: “faltou perguntar quem é o responsável pelo sustento do aluno, se são seus pais ou o próprio aluno e se este aluno é responsável pelo sustento da família dele. No caso, eu sou o responsável pelo meu sustento e de minha família” (mensagem recebida pela coordenação do projeto durante o processo de coleta dos dados).

Tabela 5: Presença de estudantes de origem popular nos cursos da UFRGS, agrupados em áreas do conhecimento

Área do conhecimento	freq.	%
Ciências Exatas e da Terra	86	35,7
Ciências Biológicas	8	3,3
Engenharias	11	4,6
Ciências da Saúde	19	7,9
Ciências Agrárias	14	5,8
Ciências Sociais Aplicadas	44	18,3
Ciências Humanas	36	14,9
Letras e Artes	23	9,5
Total	241	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

Apesar da maioria dos cursos da UFRGS funcionarem durante o dia, o número de estudantes de origem popular que estuda à noite é significativo: 22,4% do grupo frequenta cursos noturnos, superado pelos 27,4% que declararam estudar em horários que abrangem períodos da manhã e da tarde. O percentual dos que frequentam as aulas só no turno da manhã é 17% dos alunos e, somente no turno da tarde, 5,4% deles. Os demais estudantes, representando 27,8%, estão distribuídos em turnos diurnos e o noturno.

Um índice bastante expressivo dos 241 estudantes de origem popular, representando 66,4% do grupo, exerce atividade remunerada, presumidamente para se manterem na universidade e custearem transporte, alimentação e materiais de estudo básicos. A maioria desses estudantes de origem popular utiliza transporte coletivo para deslocarem-se até a Universidade, conforme a tabela que segue:

Tabela 6: Forma de deslocamento até a Universidade

Deslocamento	freq.	%
Trem/ônibus	31	12,9
Ônibus	178	73,9
Lotação	1	0,4
Veículo próprio	2	0,8
Motocicleta	4	1,7
Bicicleta	3	1,2
Caminhando	22	9,1
Total	241	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

A média da renda dos pais apresenta uma maior frequência entre um e dois salários mínimos nacionais. No item número de pessoas que dependem

da renda familiar, 17,1% declararam até duas pessoas, 29,9% três, 26,1 quatro, 15,8% cinco e 9,5% declararam que são mais de cinco pessoas que dependem da renda familiar declarada.

O percentual é equilibrado ao consideramos o sexo, evidenciando uma leve vantagem para a presença masculina, com 51,0% sobre o total.

Considerando a auto-identificação acerca da cor/etnia, os dados evidenciam uma predominância de estudantes que se declararam brancos, atingindo um percentual de 80,1% no universo considerado, como pode ser observado na tabela que segue:

Tabela 7: Distribuição dos estudantes em relação a cor/etnia

Cor/etnia	freq.	%
Branca	193	80,1
Indígena	3	1,2
Parda	29	12,0
Negra	16	6,6
Total	241	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

Observando a distribuição dos estudantes nas áreas de conhecimento, considerando o dado cor/etnia, temos as seguintes incidências:

Tabela 8: Distribuição por áreas do conhecimento considerando cor/etnia (auto-identificação)

Área do conhecimento	Branca		Indígena		Parda		Preta	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Ciências Exatas e da Terra	70	36,3%	-	-	13	44,8%	3	18,8%
Ciências Biológicas	6	3,1%	1	33,3%	-	-	1	6,3%
Engenharias	7	3,6%	-	-	1	3,4%	3	18,8%
Ciências da Saúde	16	8,3%	-	-	-	-	3	18,8%
Ciências Agrárias	13	6,7%	-	-	1	3,4%	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	31	16,1%	1	33,3%	8	27,6%	4	25,0%
Ciências Humanas	28	14,5%	1	33,3%	5	17,2%	2	12,5%
Letras e Artes	22	11,4%	-	-	1	3,4%	-	-
Total	193	100,0%	3	100,0%	29	100,0%	16	100,0%

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

Perguntados acerca de possíveis dificuldades em acompanhar o curso, 47,3% dos estudantes responderam afirmativamente. A quase totalidade das justificativas indica como maior dificuldade conciliar trabalho e estudo, sendo que alguns lamentam esse fato, como exemplifica essa resposta: “gostaria de me dedicar mais ativamente para a faculdade, projetos de pesquisa, etc. Participar mais de assuntos acadêmicos, palestras, seminários, no entanto trabalhar o dia inteiro dificulta essa dedicação”. A não regularidade de horários num mesmo turno e o não oferecimento de disciplinas à noite aparecem como dificuldades para os que trabalham e estudam. Dificuldade financeira é uma justificativa que aparece repetidas vezes entre os que evidenciam obstáculos em acompanhar o curso ao qual estão vinculados. Poucas respostas revelam incompreensões nos processos pedagógicos, alguns apenas referem falta de base para o que está sendo demandado em algumas disciplinas ou a falta de didática e ou distanciamento da realidade dos alunos por parte de alguns professores, sendo que uma das justificativas aponta para o estranhamento da linguagem científica implementada na Universidade. Contudo, a tônica das respostas sugere uma flexibilização de horários e, especialmente, uma maior oferta noturna de disciplinas.

Outro dado que conforma o perfil dos estudantes da UFRGS de origem popular que responderam ao questionário refere-se à idade, sendo que a maioria deles encontra-se na faixa etária de 18 a 27 anos. Comparando esse dado com a frequência de idades do grupo que não foi identificado como de origem popular, percebe-se uma maior incidência de estudantes na faixa etária de 17 a 25 anos, configurando uma diferença no que tange à idade de ingresso.

No item escolaridade dos pais, um dos fatores de identificação da origem popular dos estudantes, 68,1% deles declararam que seus pais não têm o Ensino Fundamental completo ou nenhum tipo de instrução. Comparando os dados que revelam a escolaridade do pai e da mãe, separadamente, há um maior número de mulheres com o Ensino Fundamental completo: 43,2% declararam que as mães concluíram o Ensino Fundamental em relação aos 30,7% dos que declararam que os pais têm essa escolaridade.

Tabela 9: Grau de escolaridade do pai

Escolaridade	Freq.	%
Não teve pai ou pessoa que exerceu tal papel na criação	13	5,4
Sem instrução	13	5,4
Até 4ª série do ensino fundamental	138	57,2
Até 8ª série do ensino fundamental	74	30,7
NR	3	1,2
Total	241	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

Tabela 10: Grau de escolaridade da mãe

Escolaridade	Freq.	%
Não teve mãe ou pessoa que exerceu tal papel na criação	3	1,2
Sem instrução	13	5,4
Até 4ª série do ensino fundamental	118	49,0
Até 8ª série do ensino fundamental	104	43,2
NR	3	1,2
Total	241	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

Os números que revelam o local de moradia da família mostram uma significativa expressão de bairros populares:

Tabela 11: Definição do local de moradia

Local de Moradia	freq.	%
Comunidade/favela/morro/vila	34	14,1
Loteamento popular	17	7,1
Bairro popular	145	60,2
Zona rural	45	18,7
Total	241	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

Se, comparativamente, observarmos os dados que mostram o perfil geral de todo o grupo que respondeu ao questionário e o grupo considerado de origem popular, e o outro grupo de origem, observamos similaridades e equivalências, como os números da tabela que apresenta a distribuição por áreas de conhecimento:

Tabela 12: Distribuição por áreas do conhecimento

Área do conhecimento	Geral		Outro grupo de origem		Popular	
	freq.	%	freq.	%	freq.	%
Ciências Exatas e da Terra	572	16,0	486	14,5	86	35,7
Ciências Biológicas	210	7,0	202	6,0	8	3,3
Engenharias	641	17,9	630	18,9	11	4,6
Ciências da Saúde	385	11,7	366	11,0	19	7,9
Ciências Agrárias	124	3,4	110	3,3	14	5,8
Ciências Sociais Aplicadas	827	23,0	783	23,4	44	18,3
Ciências Humanas	449	12,5	413	12,4	36	14,9
Letras e Artes	374	10,4	351	10,5	23	9,5
Total	3.582	100,0	3.341	100,0	241	100,0

Fonte: Pesquisa Conexão de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

Outros dados comparados também revelaram semelhança nos perfis dos estudantes, como em relação à fase do curso em que se localizam, ou ao sexo que compõe o grupo de origem popular e o outro grupo dos que participaram da pesquisa. Observam-se diferenças no que se refere à incidência de estudantes nos cursos noturnos: 24,6% do grupo de estudantes de origem popular em relação a 18,8% de estudantes nos cursos noturnos do outro grupo de origem. No item que perguntou ao aluno se sente dificuldade em acompanhar o curso ao qual está vinculado, as respostas comparadas também apontam diferenças:

Tabela 13: O aluno sente dificuldades em acompanhar o curso ao qual está vinculado

Dificuldades	Geral		Outro grupo de origem		Popular	
	freq.	%	freq.	%	freq.	%
Sim	1.191	33,3	1077	32,2	114	47,3
Não	2.360	65,8	2237	67	123	51,0
NR	31	0,9	27	0,8	4	1,7
Total	3.582	100,0	3341	100,0	241	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

Comparando os dados em relação a cor/etnia com que se auto-identificaram os estudantes que participaram da pesquisa, também observamos diferenças entre o grupo de origem popular e o outro grupo de origem:

Tabela I4: Cor/etnia do aluno (auto-identificação)

Cor/etnia	Geral		Outro grupo de origem		Popular	
	freq.	%	freq.	%	freq.	%
Amarela	21	0,6	21	0,6	-	-
Branca	3.189	89,0	2.996	89,6	193	80,1
Indígena	15	0,4	12	0,4	3	1,2
Parda	228	6,4	199	6,0	29	12,0
Negra	97	2,7	81	2,4	16	6,6
NR	32	0,9	32	1,0	-	-
Total	3.582	100,0	3.341	100,0	241	100,0

Fonte: Pesquisa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares/UFRGS, 2005

A pesquisa aqui apresentada evidencia a relevância do Programa, pois há de fato um importante universo de estudantes de origem popular na UFRGS que aqui estão para serem protagonistas e alvos de ações de apoio a permanência, como as propostas pelo *Programa Conexões de Saberes*. Evidentemente, essa pesquisa serve, ainda que parcialmente, como elemento esclarecedor da realidade acadêmica da UFRGS, sendo, portanto, ferramenta útil para alterações de paradigmas e planejamento político-pedagógico que se fizerem necessários.



Parte 2

**DAS CONDIÇÕES  
DE INGRESSO NA UFRGS**



# O sistema de ingresso na UFRGS numa perspectiva histórica da formação da universidade brasileira

*Thiago Ingrassia Pereira*

O problema da seleção para a entrada na universidade faz parte de um conjunto sintomático de problemas entre os quais a retenção dos alunos e a qualidade do ensino, a carência de recursos, a avaliação da atuação dos docentes e de sua produção acadêmica e, principalmente, a autonomia da universidade no desempenho de suas ações (FRANCO, 1989, p. 115).

A etimologia da palavra vestibular indica que ela vem do latim *vestibulu*, designando um local entre a rua e a entrada do prédio, o espaço entre a porta principal de uma edificação e sua principal escadaria, ou, ainda, o local destinado à troca de vestes dentro dos lugares públicos (ROCHA, 1995). Assim, “a idéia de vestíbulo, lugar pequeno, estreito, onde se troca de indumentária, com a significação também que lhe é conexas de ante-sala, de lugar de passagem” (AZEVEDO; MORGADO; PASSOS, 2005, p. 35) remete a algo restrito e de troca, ou seja, o vestibular representa um evento, um rito de passagem que reserva a poucos o sucesso de ser aprovado e dar seqüência aos estudos.

Dentro do espírito da colonização portuguesa, as primeiras faculdades brasileiras surgem apenas em 1808, coincidindo com a elevação do status da colônia com a chegada da corte portuguesa. Até aquele momento, a elite colonial mandava seus filhos estudarem na Europa, e o nível de escolaridade médio da população era extremamente baixo. O grau de escolaridade serve historicamente como um traço distintivo da elite brasileira, sendo que, nos

períodos colonial e imperial, isso era mais evidente devido ao sistema escravista em voga. Tínhamos uma elite de letrados em meio a um mar de analfabetos que se alocava em postos de comando estatal, fato que impôs o Estado antes da formação da sociedade (CARVALHO, 1995).

Nesse sentido, o ensino superior constituiu-se no Brasil como um espaço de formação das elites. Os bacharéis eram reconhecidos como “doutores”<sup>1</sup>, pois sobressaíam em meio aos analfabetos e ao povo mais humilde em geral. A expansão progressiva das faculdades e a formação das primeiras universidades no país seguem a demanda das classes mais abastadas e de profissionais para ocupar postos no Estado. A mentalidade positivista que influenciou a república preconizava alto investimento em educação para a formação de quadros aptos a desenvolverem a modernização do Brasil.

Assim, o acesso ao ensino superior, até 1824, ficava a cargo dos exames preparatórios, que variavam conforme o curso pretendido pelo candidato. A estrutura de ensino era completamente diferente da verificada na atualidade, tanto que, para ser aprovado no exame preparatório, o candidato poderia ter estudado somente com professores particulares, fato que dispensava a sua presença em uma instituição formal de ensino. Até mesmo o acesso direto era possível para os bacharéis em Letras que se formavam pelo Colégio Pedro II.

Somente em 1911, durante o governo Hermes da Fonseca, o vestibular aparece pela primeira vez designando o processo de seleção ao nível superior dos estudos. É com o Decreto 8.659, de 5 de abril, conhecido como Reforma Rivadávia Correa, que o Estado legisla sobre o acesso ao Ensino Superior (ES). Também, segundo Lima e França (2002), a adoção dessa legislação e nomenclatura marca o final do primeiro período que caracterizou um conjunto de procedimentos de acesso ao ES, ainda num estágio menos formal e com menor oferta de Instituições de Ensino Superior (IES), já que, a partir de 1911, tem-se o início, ainda que tímido, dado o contexto da República Velha (1889-1930), do processo de modernização do país. Os outros períodos seriam: 1911-1925; 1925-1960; 1960 em diante.

Esta divisão cronológica em quatro períodos é acompanhada, em linhas gerais, pela literatura que trata do vestibular no Brasil. Os estudos (GUI-

---

<sup>1</sup> É interessante observar como o título de doutor ficou popularizado em algumas profissões de nível superior, notadamente entre médicos e advogados. Além disso, é comum ver entre as pessoas mais pobres o tratamento de doutor dispensado aos mais ricos e/ou a seus patrões.

MARÃES, 1984; SANTOS, 1988) apontam que, a partir da década de 1920, começa o fenômeno da discrepância entre o número de vagas nas IES e o número de candidatos que se apresenta ao ES. Santos (1988) aponta o ano de 1925 como o marco da formação de “excedentes” ao ES, fato que transforma a característica do vestibular de exame de seleção em si para um concurso de preenchimento de vagas. Também é nesse ano que entra em vigor o pré-requisito de realização do secundário para a entrada no ES.

Além disso, conforme matéria do *Jornal Extra Classe*<sup>2</sup>, entre 1911 e 1925, no segundo período do vestibular na história nacional, começa a vigorar, junto com os exames preparatórios, o chamado Exame de Madureza, que é similar ao atual Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizada após a conclusão do ensino secundário. Assim, uma questão pertinente que se coloca é se o vestibular se constitui um exame de saída (Ensino Médio – EM) ou de entrada (no ES).

Entendido como exame de saída, o foco do vestibular seria a aferição dos conhecimentos trabalhados ao longo do ensino secundário, o que podia ser claramente verificado quando o número de candidatos não tinha ultrapassado o número de vagas nas IES, submetendo os candidatos, inclusive, à realização de testes orais (LIMA; FRANÇA, 2002). Todavia, conforme já destacado, o aumento pela procura de vagas nas IES fez com que a oferta de vagas ficasse aquém da demanda de candidatos, levando o vestibular a ser um exame de ingresso (FRANCO, 1989). Em outras palavras: mais do que aferir os conhecimentos do EM, o vestibular passava a se configurar como um instrumento voltado à seleção dos candidatos ao ES.

Foi com o Decreto 16.789, de 13 de janeiro de 1925, conhecido como a Lei Rocha Vaz, que o vestibular passa a ser legalmente reconhecido como um exame de ingresso ao ES. Nesse sentido, a própria quantidade de vagas já passava a ser um aspecto de pré-seleção ao ES. Segundo Lima e França (2002), com base no artigo 239 do referido Decreto,

as taxas de exame de ingresso, de matrícula, de freqüências (anuais e de cadeira), de exames e de transferência também se traduziam numa pré-seleção ao nível superior, atenuada pelo oferecimento de apenas cinco vagas gratuitas (p. 128).

<sup>2</sup> *Extra Classe* é uma publicação mensal do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINPRO/RS). A referida reportagem é “O Vestibular em Xequê”, da jornalista Clarinha Glock, e consta nas páginas 8 e 9 da edição número 110, ano 12, de janeiro de 2007.

Dessa forma, pode-se notar como o concurso vestibular vai assumindo legitimidade como processo de seleção aos estudos universitários, sendo modificado de acordo com o contexto político e a correlação de forças presentes na sociedade. Assim, a necessidade de comprovar qualificações em termos de erudição para a passagem ao ES é uma marca do processo seletivo e um dos objetivos do vestibular. Ou seja, o vestibular, como “a porta de entrada” para a formação de profissionais de nível superior, visa escolher os *melhores*, aqueles que têm condições de apresentar excelência acadêmica e desenvolver o ramo acadêmico/profissional que escolheram. Essa lógica de seleção dos *melhores* permeará a noção de meritocracia aqui utilizada para a análise do vestibular. Por hora, é importante destacar como o ES é um espaço historicamente voltado para as elites, ainda que, ocasionalmente, “conceda” espaços de forma pública e gratuita, conforme o Decreto 16.789.

Dando continuidade ao processo histórico que legitimou o vestibular como acesso ao ES no Brasil, a partir do governo Getúlio Vargas (1930-1945), a educação assume um papel central dentro do projeto modernizante colocado em prática pelo Estado brasileiro, inaugurando a terceira fase do vestibular no país. Assim, já em 1932, tem-se a Reforma Francisco Campos (Decreto 21.241, de 4 de abril), que se preocupa com a qualidade do ensino secundário, pois, já naquele momento, ele se encontrava subordinado à sistemática do vestibular. Ainda, esta reforma vai consagrar, do ponto de vista legal, o nome vestibular para o exame de ingresso (LIMA; FRANÇA, 2002). Além disso, esta reforma consolidou o padrão universitário no Brasil (Decreto 19.851/31) e dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto 19.852/31).

Dentro do projeto modernizante do governo Vargas, a educação conheceu uma dicotomia: educação técnica X educação intelectual. Esta destinada à elite e aquela às massas proletárias e das periferias urbanas formadas pelo projeto de industrialização do país. Nada mais lógico do que o aspecto intelectual ser voltado ao ES e, portanto, praticamente inacessível aos segmentos populares. Contudo, as Leis e Portarias expedidas pelo governo equipararam o ensino técnico (profissional) ao EM o que, em tese, não excluiria os populares. Além disso, com a Reforma Capanema, em 1942, o Estado brasileiro estabelece uma íntima ligação com a Igreja Católica no que concerne à legislação e às práticas educativas. O ensino religioso, por exemplo, é ratificado nas escolas do país e as escolas privadas de confissão religiosa assu-

mem destaque na preparação de estudantes aos níveis mais elevados de ensino, focando seus currículos nas provas do vestibular.

Assim, fechando o terceiro período, que marca a sistemática de acesso ao ES no Brasil, tem-se, a partir do início da década de 1960, a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A Lei 4.024/61 vai reformar novamente o ensino brasileiro, tornando o vestibular um concurso de habilitação. Com isso, segundo Lima e França (2002),

apresentavam-se como pano de fundo dessa formulação as tendências e concepções de educação que demarcaram as reformas do ensino: até 1961, apresentando caráter nitidamente tradicionalista e, após 1961, observando-se desenvolvimento de correntes diversificadas (p. 145).

Nesse sentido, na década de 1960, começam a ganhar notoriedade os testes objetivos, as provas de múltipla escolha. Especificamente, a partir de 1968, as provas objetivas passam a preponderar no contexto do concurso vestibular (SANTOS, 1988), mais uma vez em resposta ao descompasso entre o número de candidatos e o número de vagas disponíveis nas IES. Vai ser por intermédio da Lei 5.540/68, portanto, já durante o Regime Militar (1964-1985), que o vestibular vai ser unificado, ou seja, vai passar a ser constituído por todas as matérias que formam o núcleo comum do EM e será aplicado a quaisquer opções de cursos (GATTI, 1992), fazendo com que as universidades percam sua autonomia na definição das regras para o ingresso de estudantes (FRANCO, 1989). Assim, mais do que habilitar para o ES, o vestibular passa a se constituir como um instrumento classificatório e, portanto, mais seletivo. Muitos candidatos habilitados não serão classificados, resolvendo, em parte, o problema dos “excedentes”, fato que é normatizado pelo Decreto 68.908/71 (FRANCO, 1989).

A base desta nova concepção do concurso vestibular é o acordo do Ministério da Educação com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (United States Aid International Development – USAID), que explicita o alinhamento da ditadura militar com os Estados Unidos, ainda mais no contexto da Guerra Fria<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Disputa militar-política-ideológica entre as duas principais potências do mundo pós-segunda Guerra Mundial: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pelo bloco socialista/comunista e Estados Unidos da América (EUA) pelo bloco liberal/capitalista. A queda do Muro de Berlim (1989), que dividia a Alemanha nas esferas de influência desses países, representou simbolicamente o fim da Guerra Fria.

Dessa forma, dentro do espírito tecnocrático<sup>4</sup> que orientou os governos militares, o vestibular unificado e com questões objetivas de múltipla escolha tornaria o processo seletivo ao ES mais “técnico”, além de baratear os custos e agilizar a correção das provas. Assim, pode-se perceber que o modelo de provas do vestibular que se tem hoje no país é oriundo da legislação da década de 1960 e do início dos anos 1970 e que surge para “bloquear” o acesso de expressivos segmentos habilitados a prosseguirem seus estudos, dando ênfase na seleção objetiva dos mais *aptos*. Por isso, Santos (1988) argumenta que a técnica do aparato que configura o vestibular encobre seu caráter injusto.

Diante desses pressupostos que legaram a atual forma do vestibular durante o período ditatorial, a partir de 1971, o vestibular torna-se uma enorme “dor de cabeça” para os estudantes que pretendem seguir seus estudos. Devido ao caráter estritamente seletivo da prova e à dinâmica de questões objetivas, a própria preparação dos estudantes para o ingresso nas IES alterou-se, pois, desde então, muito mais do que demonstrar os conhecimentos que os habilitaram em nível médio, os estudantes precisariam saber também os meandros de uma prova objetiva, bem como seus macetes e “técnicas de chute”. É nesse contexto que surgem os cursos preparatórios ao vestibular, denominados popularmente de cursinhos pré-vestibular.

Assim, a retomada do processo histórico que configura o acesso à universidade e o entendimento da própria estrutura universitária brasileira anuncia o campo de atuação dos cursinhos populares. Como visto, o ES brasileiro e o gaúcho seguem essa tendência, são de elite e desenvolveram-se de forma concentrada e em direção privada, por mais que o Estado tenha investido na formação de um considerável conjunto de IES públicas, a maioria de qualidade e com excelência acadêmica. Porém, elas não são historicamente acessíveis a grande parte da população, principalmente a mais pobre, negra, indígena e habitante do interior rural. Com isso, a universidade fica inacessível e distante dos anseios de parcelas significativas da população que também contribuem, no caso das IES públicas, com o fundo público que as mantém. Dessa forma, em síntese, tem-se que

---

<sup>4</sup> “É isso que se costuma batizar de ‘tecnocracia’, isto é, aquela prática que julga ser possível dirigir a universidade segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora de automóveis ou uma rede de supermercados” (CHAUÍ, 1999, p. 218).

iniciada no regime colonial, consolidada em um país dividido e dependente, a educação brasileira nunca teve oportunidade de educar-se a ela própria. Não teve objetivos que visassem a educação como meta de seu povo, e instrumento da construção de uma modernidade que significasse ampliação do horizonte de liberdade. Não contemplou objetivos sociais, como na Europa, no Japão e na Coréia, e mesmo outros países latino-americanos. Usou instrumentos, objetivos e métodos de uma sociedade dependente e a serviço de uma minoria. A educação foi relegada e confundida como simples instrumento de promoção de indivíduos em sua busca de ascender socialmente. Ensinando a elite a ver o Brasil com olhos de estrangeiro e a defender-se cada um egoisticamente na luta de uma sociedade não solidária. E oferecendo a alguns jovens das massas pobres o uso da instrução como forma de mudar de lado, saltando a barreira da apartação social, com a mesma visão de descompromisso e egoísmo (BUARQUE, 1991, p. 54-5).

Diante disso, ou até mesmo refletindo e/ou confirmando a elitização do ES, o vestibular apresenta-se como um obstáculo a ser vencido para a entrada na faculdade. Conforme discutido nessa parte do trabalho, percebe-se como o vestibular deixa de ser um exame de competência e passa a ser um teste eliminatório, pois o descompasso entre o número de candidatos e o número de vagas faz o concurso caminhar em direção à “objetividade”, entendida como uma técnica de aferição de conhecimentos (questões de múltipla escolha) e, sobretudo, de eliminação de candidatas.

Esta eliminação e/ou seleção do vestibular enseja debates no meio educacional do país, encontrando críticos e defensores dessa forma de recrutamento ao ES. Entretanto, não entrando nessa discussão, o concreto é que ainda o vestibular composto de provas objetivas e redação dissertativa é a forma preponderante para o ingresso no ES. No caso da UFRGS, adaptando-se ao contexto reformista de 1971, desde 1972, são aplicadas provas objetivas para o recrutamento e seleção aos cursos oferecidos pela instituição (BUCHWEITZ, 1986).

Assim, os cursos pré-vestibulares aparecem como uma alternativa de preparação ao concurso vestibular e legitimam-se com todo um instrumental voltado para os “acertos que levam à universidade”, cobrando um alto preço por isso. Por outro lado, os cursinhos populares são uma resposta a uma demanda concreta para o enfrentamento de uma realidade objetiva, ou seja: o vestibular, pela sua dinâmica, principalmente nas IES públicas, apresenta-se como uma barreira para a continuidade dos estudos dos segmentos populares que, mesmo diante de inúmeras dificuldades, conseguiram chegar

ao fim do EM. Por isso, “o vestibular é mais um dos mecanismos de seleção numa sociedade que se caracteriza pela marca da exclusão” (BIANCHETTI, 1997, p. 76).

Com base nesse histórico, impõe-se a necessidade de refletir sobre possibilidades de desnaturalizar o vestibular no Brasil. O vestibular é o principal mecanismo de acesso, mas não o único. Outras formas podem ser inclusive mais justas do ponto de vista social, mais democráticas do ponto de vista político e afirmativas do ponto de vista cultural e racial.

Se, de um lado, o mecanismo do vestibular nas Universidades Públicas é um mecanismo de seleção e de barreira ao acesso, por outro, é um constructo social situado cultural, geográfica e historicamente. Nesse sentido, o vestibular pode ser considerado um mecanismo com duas faces de uma mesma moeda: a exclusão sustentada por uma lógica meritocrática.

A universidade pública, ao sustentar o vestibular como único mecanismo para seleção, sob o argumento de que *não há vaga para todos*, deixa de considerar que através deste mecanismo faz uma reserva de vagas para uma determinada parcela de jovens (por exemplo, estudantes de escolas privadas) e exclui no mesmo processo a maioria daqueles que estudam em escola pública e não têm condições de pagar uma universidade privada. O mérito considerado na avaliação das provas do vestibular também pode ser problematizado, pois o desempenho acima da média em todas as áreas tem permitido o ingresso de estudantes em cursos mais concorridos, mas este é um processo que não garante que estes estudantes serão melhores profissionais do que outros que ficaram de fora.

Problematizações como essas abriram discussões na UFRGS sobre outras formas de ingresso. As propostas de Ações Afirmativas surgem nesse contexto de complexificação da sociedade, que passa a demandar alternativas de ensino (como os cursos técnicos) e a expansão das vagas no Ensino Superior, bem como a democratização do seu acesso.

# Vestibulandos da UFRGS: diferenças que produzem desigualdade

*João Vicente Silva Souza*

A discussão aberta à sociedade sobre o caráter elitista ou extremamente seletivo do Vestibular das IES públicas em geral e da UFRGS em particular, diante da sempre importante demanda pelo Ensino Superior Público, não é recente. Pretende-se a seguir trazer alguns elementos concretos relativos ao contexto específico da UFRGS, com o intuito de apresentar alguns dados e considerações a respeito das desigualdades de acesso à Universidade através do seu concurso vestibular.

A preocupação sobre as diferenças e desigualdades de acesso à UFRGS já foi evidenciada em alguns momentos por parte de alguns setores da Instituição. A partir de 1978, alguns estudos sobre os perfis socioeconômicos dos vestibulandos da UFRGS foram realizados, sendo que a maioria destes tinha o objetivo de, entre outros, conhecer as possíveis diferenças e desigualdades dos vestibulandos em relação à classificação, visando possíveis correções na forma de acesso ou preparo da Universidade para acolher a crescente diversidade de alunos que a procuravam<sup>1</sup>. Embora estes estudos apontassem para resultados semelhantes que justificavam constantes reformulações nas for-

---

<sup>1</sup> É o caso dos estudos publicados em: UFRGS/Comissão Permanente de Seleção e Orientação, 1978 e UFRGS/Pró-Reitoria de Planejamento, 1986, 1990, 1995. Tem-se também os relatórios dos concursos vestibular que trouxeram importantes informações, embora não pretendessem ser estudos de perfis sócio-econômicos ou estatísticos: (UFRGS/Coperso, 1985, 1988, 1991 e UFRGS/Comissão Permanente de Seleção 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008).

mas de ingresso aos cursos superiores da UFRGS<sup>2</sup>, as mudanças no vestibular realizadas nas últimas três décadas não causaram tanto impacto na redução das desigualdades de acesso a esta Universidade como as que foram concretizadas no último Concurso Vestibular (2008), através da implementação da Decisão Nº 134/2007 do Conselho Universitário (ANEXO I).

A fim de avaliar com objetividade as “forças” de determinadas situações socioeconômicas dos candidatos sobre a classificação ou não no vestibular, comparando-as atualmente com determinados períodos (a partir do vestibular de 1975<sup>3</sup>) e ao mesmo tempo reconhecer as gradativas mudanças nos perfis dos vestibulandos inscritos e classificados até chegar ao momento de busca de equilíbrio destas “forças” (o Vestibular de 2008, que altera consideravelmente alguns aspectos do perfil socioeconômico dos candidatos classificados). Serão ilustrados os subitens que seguem com dados construídos a partir dos resultados fornecidos pelos estudos acima citados. É importante ressaltar que os estudos e relatórios publicados basearam-se nas informações prestadas pelos candidatos através de questionários socioeconômicos preenchidos nos períodos de inscrição dos concursos vestibular (correspondendo, portanto, ao universo dos inscritos e classificados e não dos matriculados), sendo que em determinados períodos não houve publicações sobre o tema e, em outros, certas variáveis não foram utilizadas pelos pesquisadores.

Faz-se necessário acrescentar que os dados quantitativos que serão apresentados caracterizam *diferenças* entre os candidatos sob determinados aspectos (cor, raça, renda familiar e dependência administrativa da escola em que estudou), os quais, por si só, não são determinantes das assimetrias na escolarização ou acesso ao Ensino Superior. Entretanto, sendo aqueles aspectos relativamente condicionantes e presentes nas relações construídas durante as trajetórias escolares de cada pessoa em particular (fato que inviabiliza as predições estatísticas por ser “cada caso, um caso”), encontra-se, observando o conjunto, a força e a

<sup>2</sup> Os estudos e relatórios sobre as respostas dos questionários sócio-econômicos dos candidatos revelaram a constante presença da associação de variáveis à classificação tais como: renda familiar, dependência administrativa da escola em que estudou o Ensino Médio, escolaridade dos pais, turno em que cursou Ensino Médio e frequência a curso pré-vestibular.

<sup>3</sup> O ano de 1975 foi o primeiro em que foram utilizados os dados dos candidatos para estudo de perfil sócio-econômico desde a criação do Concurso Unificado (mesma prova para todos os cursos), em 1971. Ver em: UFRGS/Coperso, 1978.

constância das *desigualdades* que distanciam claramente, através dos números apresentados, diferentes grupos da população. Assim o é no Brasil<sup>4</sup>, assim também estava sendo em relação ao acesso a esta Universidade.

## Da Procura pela UFRGS

Segundo a Comissão Permanente de Seleção – Coperse<sup>5</sup>, a inscrição no Vestibular da UFRGS no ano de 2008 foi realizada por 34.999 candidatos de 27 Estados do Brasil, sendo que as maiores participações são do Rio Grande do Sul (32.298 candidatos – 92,28% do total), Santa Catarina (910 – 2,60%), Paraná (669 – 1,91%) e São Paulo (649 – 1,85%).

Em relação aos candidatos do Rio Grande do Sul, os maiores índices de inscrições são das cidades de Porto Alegre (18.962 – 58,71%), Canoas (1.535 – 4,75%), Viamão (1.031 – 3,19%), Caxias do Sul (842 – 2,61%) e Gravataí (699 – 2,16%).

Em 2008 a UFRGS ofereceu 4.312 vagas para os 34.999 candidatos inscritos, distribuídas em 69 Cursos de Graduação, sendo que os dez cursos com maior procura em número total de candidatos foram: Medicina (4.685 candidatos), Administração – Noturno (1.553 candidatos), Ciências Jurídicas e Sociais/Direito – Noturno (1.330 candidatos), Ciências Jurídicas e Sociais/Direito – Diurno (1.281 candidatos), Arquitetura e Urbanismo (1.089 candidatos), Ciência da Computação (1.089 candidatos), Odontologia (1.048 candidatos), Medicina Veterinária (958 candidatos), Ciências Biológicas (891 candidatos), Enfermagem (851 candidatos) e Administração Noturno (830 candidatos)<sup>6</sup>.

Ao longo dos anos houve algumas variações no número de candidatos inscritos por número de vagas oferecidas, sendo que a densidade média (número total de candidatos dividido pelo número total de vagas de todos os cursos) para 2008 (8,1 candidatos/vagas) é similar à de 1978 (8,4 candidatos/vagas) e que a maior densidade foi registrada em 2001 (11,3 candidatos/vagas)<sup>7</sup>. Aín-

<sup>4</sup> As conhecidas desigualdades educacionais no Brasil estão à disposição do público em geral através do conjunto das pesquisas publicadas pelo INEPE (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais), em sua página eletrônica: <[www.inepe.gov.br](http://www.inepe.gov.br)>, assim como na contundente obra organizada por HENRIQUES, 2000.

<sup>5</sup> Fonte: UFRGS/Coperse, 2008.

<sup>6</sup> Fonte: UFRGS/Coperse, 2008, p. 30.

<sup>7</sup> Fontes: UFRGS/Coperse, 1978; UFRGS/Coperse 2005 e A UFRGS em Números (documento eletrônico), Disponível em: <[www.ufrgs.br/anoario/index.htm](http://www.ufrgs.br/anoario/index.htm)>.

da que encontremos índices de densidade similares aos de três décadas atrás, é importante ressaltar que os mesmos não acompanham o crescimento do número de egressos do Ensino Médio do mesmo período: de 1990 a 2005 o número de egressos do Ensino Médio no Rio Grande do Sul aumentou 3,1 vezes, passando de 37.352 para 116.748, respectivamente<sup>8</sup>, sendo que o número de vagas para os cursos de graduação na UFRGS no mesmo período aumentou somente 1,3 vezes, ou seja, de 3.156 em 1990 para 4.283 em 2005<sup>9</sup>.

Embora se saiba que nem todos os alunos egressos do Ensino Médio buscam o Ensino Superior, estas diferenças de proporcionalidade podem indicar o distanciamento do Ensino Superior Público de boa parte dos egressos do Ensino Médio, dada a conhecida dificuldade de ingresso através dos concorridos concursos vestibular. Dessa forma, chega a ser surpreendente o fato de que no Vestibular de 2008, ano em que se inaugurou a aplicação do Sistema de Reserva de Vagas (e que portanto esperava-se um acréscimo nos inscritos egressos de escolas públicas), a UFRGS teve quase três mil candidatos a menos do que em 2007.

Convém ressaltar que o número de candidatos ao vestibular da UFRGS vem caindo ano após ano, chegando ao número máximo de 47.501 inscritos em 2001 e mínimo de 34.999 em 2008. Há muitos fatores que, em coexistência, podem explicar este fenômeno. Se, por um lado, a UFRGS promoveu nos últimos anos facilidades para as inscrições e a realização das provas, que poderiam possibilitar o crescimento do número de inscritos (reserva de vagas, possibilidade de isenção ou desconto na taxa de inscrição, menor número de dias de provas, menos questões por prova, redução na exigência de número mínimo de acertos nas provas, provas realizadas em diversos municípios do Rio Grande do Sul, entre outras), por outro lado outras questões podem ter contribuído para a diminuição do número de inscritos, (custo elevado da taxa de inscrição no Vestibular, aumento das vagas nas IES Públicas do Rio Grande do Sul, possibilidades de ingresso nas instituições privadas através do aumento da oferta de cursos e de bolsas ou financiamentos federais [PROUNI e FIES], desconhecimento do Sistema de Reserva de Vagas adotado pela UFRGS, entre outras).

<sup>8</sup> Fonte: INEPE - Sinopses Estatísticas da Educação Básica (documento eletrônico) Disponível em: <[www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp](http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp)> Acesso em: 15 jun. 2008.

<sup>9</sup> Fontes: UFRGS/Coperso, 1978 e UFRGS/Coperso 2005.

## Dos Alunos Egressos de Escolas Públicas, da Renda Familiar e da Cor/Raça/Etnia dos Vestibulandos da UFRGS até 2007<sup>10</sup>

O distanciamento de parte dos egressos de Ensino Médio de nosso Estado da UFRGS reflete-se nos dados comparados entre os números de inscritos egressos de escolas públicas e particulares<sup>11</sup>: embora os alunos egressos de escolas públicas sejam uma grande maioria no Estado do Rio Grande do Sul<sup>12</sup>, os mesmos nos últimos anos tornaram-se minoria no Vestibular (49,9% dos inscritos no triênio 84/85/86, 44,4% em 1991, 43,8% em 2007)<sup>13</sup>. O mesmo se poderia dizer dos alunos aprovados: encontram-se registros<sup>14</sup> que mostravam constantemente a vantagem proporcional, dentre os classificados, dos candidatos egressos de escolas particulares.

Esta comparação requer, naturalmente, análises mais abrangentes a respeito: da diminuição da qualidade da Educação Pública no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil; do maior preparo, concorrência, orientação e incentivo ao Ensino Superior e ao Vestibular que muitas escolas (principalmente as particulares) proporcionam; das possíveis dissonâncias entre as exigências ao acesso ao Ensino Superior e as exigências da Educação Básica (principalmente da Pública); das diferenças e desigualdades materiais e simbólicas entre boa parte das populações desses segmentos (alunos de escolas públicas e privadas)<sup>15</sup>; dentre outras.

Em relação aos dados publicados referentes à renda familiar dos candidatos, aqueles mostram que quanto maior a renda, maiores são as taxas de classificação<sup>16</sup>. Levando em conta a distribuição proporcional dos candidatos

<sup>10</sup> Dados obtidos através dos Relatórios da COPERSE/UFRGS, referentes aos anos de 1985, 1988, 1991, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

<sup>11</sup> Consideraremos os dados referentes aos candidatos que cursaram todo ou a maior parte do Ensino Médio em escola pública ou particular. Não foram considerados os percentuais dos que não responderam.

<sup>12</sup> Fonte: INEPE, op. cit. (documento eletrônico). Acesso em: 15 jun. 2008.

<sup>13</sup> Cfme.: UFRGS/Proplan, 1990; UFRGS/Coperse 2007 e A UFRGS em Números (documento eletrônico), Disponível em: <[www.ufrgs.br/anuario/index.htm](http://www.ufrgs.br/anuario/index.htm)>.

<sup>14</sup> Ver em: UFRGS/Coperse (1991, 2004, 2005, 2006, 2007); UFRGS/Proplan (1990, 1995).

<sup>15</sup> Embora se saiba que essas diferenças e desigualdades não se reduzem e tampouco se justificam colocando simplesmente em oposição Rede Pública e Rede Privada de Ensino.

<sup>16</sup> Ver em: UFRGS/Proplan (1986); UFRGS/Coperse (2004, 2005, 2006, 2007).

classificados de acordo com a faixa de renda familiar<sup>17</sup>, saltam aos olhos os dados dos anos 1975, 1978 e 1982 (período em que foi publicado o primeiro estudo sobre renda familiar e vestibular na UFRGS) que mostram uma altíssima taxa de aprovação dos alunos cuja renda familiar pertencia à faixa mais alta (igual ou superior a 17 salários mínimos). Naquele período, 49,6% dos alunos que pertenciam a esta faixa de renda familiar eram classificados no vestibular, ou seja, praticamente 50 de cada 100 candidatos desta faixa de renda se classificavam. Já em 2007, observando os classificados que pertencem às duas faixas mais altas de renda familiar (de 20 a 30 e mais de 30 salários mínimos), este percentual proporcional atingiu, na média, 16,0% de classificação, ou seja, 16 a cada 100 candidatos deste grupo classificaram-se<sup>18</sup>.

Quanto à participação de cada faixa salarial no total de classificados, observa-se que nos anos de 1975, 1978 e 1982 mais de um terço dos classificados (3.163 classificados de um total de 8.726, ou seja, 36,24%) pertencia à mais alta faixa de renda, enquanto que, nos últimos anos (2004 a 2008), as duas faixas mais altas (de 20 a 30 e mais de 30 salários mínimos), juntas, não atingiram 1/8 do total de classificados (11,68% do total de classificados em 2007). Já nas faixas mais baixas de renda familiar (até 5 salários mínimos), os vestibulandos classificados aumentavam em proporção: 4,2% nos anos 75/78/82, 22,9% em 2004 e 30,6% em 2007<sup>19</sup>.

Embora estas diferenças ao longo dos anos mostrassem também um aumento dos índices de inscritos e classificados das faixas de renda familiar mais baixas (até I e de I a 5 salários mínimos)<sup>20</sup>, o peso das desigualdades sociais,

<sup>17</sup> O percentual de distribuição proporcional reflete a proporção de classificados de cada categoria de variável observada (faixas de renda, tipos de escola, cor/raça dos candidatos, etc.). De acordo com os estudos realizados publicados por UFRGS/Proplan (1986, 1990 e 1995), a distribuição proporcional é um método simples e de fácil compreensão para examinar separadamente o peso proporcional (expresso em percentagem) das categorias de uma variável dependente em relação a uma variável independente (no caso, a classificação dos candidatos). Assim, vê-se que não basta observar o número e o percentual de inscritos e classificados de cada categoria. O que expressa a diferença entre elas é a distribuição proporcional de cada uma. Esta será a metodologia empregada nas análises subsequentes.

<sup>18</sup> Encontra-se dados sobre a renda familiar dos candidatos somente nos anos de 1975, 1978 e 1982 (em UFRGS/Proplan, 1986) e de 2004 a 2007 (em UFRGS/Coperse, 2004, 2005, 2006, 2007), sendo estes últimos similares.

<sup>19</sup> Fontes: Idem, *ibidem*.

<sup>20</sup> Nos anos de 1975, 1978 e 1982 estas duas faixas mais baixas de renda somaram 26,2% do total de inscritos e 4,1% dos classificados, sendo que em 2007 somaram 45,2% e 12,2%, respectivamente.

étnicas, econômicas e escolares, sob o ponto-de-vista das análises estatísticas simplificadas<sup>21</sup>, continuaram justificando uma necessidade de mudança radical nas políticas de acesso à UFRGS. Como ilustração, mostra-se abaixo uma tabela da distribuição proporcional dos candidatos classificados segundo a dependência administrativa e a renda familiar, referente ao ano de 2007.

Tabela I - Distribuição proporcional dos candidatos classificados segundo a Renda Familiar e Dependência Administrativa (Pública ou Particular) da(s) escola(s) em que cursou todo ou maior parte do Ensino Médio – Vestibular UFRGS 2007

Renda Familiar (salários mínimos)	Escola Pública		Escola Particular	
	C/I	P(%)	C/I	P(%)
Até I	42/987	4,2	14/305	4,5
I a 5	706/9889	7,1	528/5594	9,4
5 a 10	490/4076	12,0	978/7224	13,5
10 a 20	189/1255	15,0	719/4952	14,5
20 a 30	34/200	17,0	282/1677	16,8
Mais de 30	14/79	17,7	162/1118	14,5
Total	1475/16486	8,9	2683/19870	13,5

Fonte: Banco de dados fornecidos pela Comissão Permanente de Seleção – Coperse/UFRGS. Cruzamentos de dados e respectivos percentuais calculados pelo autor.

Legendas: C = Classificados, I = Inscritos, P = Proporção de classificados

Obs.: Não foram considerados os casos em que não houve resposta para uma ou ambas as variáveis, ou seja, 372 candidatos.

Na Tabela I pode-se comparar as diferenças proporcionais de classificação conforme a renda familiar e o tipo de escola dos candidatos. Vê-se claramente a vantagem de percentuais de classificação dos alunos de maior renda e de escolas particulares, excetuando-se os das faixas de maior renda (acima de 10 salários

<sup>21</sup> Não se pode deixar de considerar as relações intrínsecas entre as posições econômicas, escolhas escolares e os inúmeros desdobramentos objetivos e subjetivos que estas combinações permitem. Como efeito, estas relações proporcionam às análises estatísticas um grau muito grande de complexidade, impedindo qualquer previsibilidade segura de resultado em relação a percursos individuais, a exemplo do que foi mostrado nos estudos mais sofisticados publicados em UFRGS/Coperso, 1978 e UFRGS/Prograd, 1998, cujas metodologias privilegiam as diferenças individuais dos candidatos. No entanto, ao levar-se em consideração o conjunto de candidatos, percebe-se com clareza as tendências das desigualdades sobre determinadas variáveis.

mínimos), cujas proporções de aprovação são maiores devido à presença dos melhores índices dos egressos das escolas federais, que também pertencem ao grupo de escolas públicas (os dados são similares nos anos de 2004 a 2007). Convém destacar também que o número de inscritos de escolas públicas das faixas de renda familiar acima de dez salários mínimos é reduzido, comparado aos outros grupos. Ao mesmo tempo, vê-se que quantitativamente é maior o número de inscritos de escolas públicas nas faixas de renda mais baixas do que os de escolas particulares e que, no total dos grupos, o percentual de classificação dos alunos de escolas particulares é significativamente maior do que o percentual dos de escolas públicas (13,5% contra 8,9%). Estas diferenças de proporção de classificação, dando ampla vantagem aos alunos de escola particular no cômputo geral dos candidatos, repetem-se em todos os estudos e relatórios encontrados sobre o tema<sup>22</sup>.

Em relação aos candidatos auto-declarados negros e indígenas, as diferenças também são evidentes. Apenas a partir de 2004 encontram-se dados publicados sobre a cor ou raça dos candidatos<sup>23</sup>, mas que mostram que as desvantagens de acesso também eram evidentes para estes grupos em relação aos candidatos auto-declarados brancos.

A Tabela 2, referente ao ano de 2007, ilustra o exposto acima, ao observar-se o percentual de classificação de cada grupo:

Tabela 2 - Distribuição proporcional dos candidatos classificados segundo a Cor/Raça – Vestibular UFRGS 2007

Cor/Raça	Classificados	Inscritos	P(%)
Branca	3.878	33.554	11,5
Preta	63	1.291	4,8
Amarela	27	304	8,8
Parda	202	2.239	9,0
Indígena	7	133	5,2
Não responderam	35	326	10,7
Total	4.212	37.847	

Fonte: UFRGS/Coperse, 2007. Percentuais calculados pelo autor.

Legendas: P = Proporção de classificados

Obs.: Os dados de 2007 utilizados como exemplo são similares aos de 2004, 2005 e 2006.

<sup>22</sup> Fontes: UFRGS/Coperse, 1991, 2004, 2005, 2006, 2007; UFRGS/Proplan, 1990, 1995.

<sup>23</sup> Fontes: UFRGS/Coperse, 2004, 2005, 2006, 2007.

## O Vestibular 2008 e as cotas: os números da diversidade

Com a aplicação da reserva de vagas para alunos de escolas públicas e alunos auto-declarados negros de escolas públicas, e com a criação de vagas específicas para alunos indígenas no Concurso Vestibular da UFRGS em 2008, algumas mudanças tornaram-se evidentes.

Comparando com o ano de 2007, vemos a diferença na presença de alunos inscritos e classificados que cursaram todo ou maior parte do Ensino Médio em escola pública, tanto em números absolutos como relativos, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 - Distribuição proporcional dos candidatos classificados segundo a Dependência Administrativa (Pública ou Particular) da(s) escola(s) em que cursou todo ou maior parte do Ensino Médio – Vestibular UFRGS 2007-2008

Ensino Médio	2007 (sem cotas)		2008 (com cotas)	
	C/I	P (%)	C/I	P(%)
Pública	1.482/16.583	8,9	2.262/15.669	14,4
Particular	2.710/20.999	12,9	2.027/19.145	10,5
Não responderam	20/265	7,5	23/185	12,4
Total	4.212/37.847		4.312/34.999	

Fontes: UFRGS/Coparse 2007, 2008. Percentuais calculados pelo autor

Legendas: C = Classificados I = Inscritos P = Proporção de classificados

Dos dados apresentados na Tabela 3 destaca-se o crescimento de um ano para outro do número de alunos classificados egressos de escolas públicas em relação ao das escolas particulares, tanto em números absolutos (número de classificados) como relativos (proporção de classificados). Curiosamente, apesar do sistema de reserva de vagas adotado em 2008, os alunos egressos de escolas públicas continuaram sendo minoria entre os inscritos.

Na tabela 4 tem-se a comparação entre 2007 e 2008, segundo a cor/raça dos candidatos:

Tabela 4 - Distribuição proporcional dos candidatos classificados segundo a Cor/Raça – Vestibular UFRGS 2007 e 2008

Cor ou Raça	2007 (sem cotas)		2008 (com cotas)	
	C/I	P (%)	C/I	P(%)
Branca	3.878/33.554	11,5	3.626/30.539	11,8
Preta	63/1.291	4,8	316/1.592	19,8
Amarela	27/304	8,8	27/267	10,1
Parda	202/2.239	9,0	299/2.270	13,1
Indígena	7/133	5,2	9/109	8,2
Não responderam	35/326	10,7	35/222	15,7
Total	4.212/37.847		4.312/34.999	

Fontes: UFRGS/Coperse 2007, 2008. Percentuais calculados pelo autor

Legendas: C = Classificados, I = Inscritos, P = Proporção de classificados

Pode-se observar, conforme a Tabela 4, que os índices de aprovação dos candidatos auto-declarados negros e pardos aumentaram significativamente em relação aos auto-declarados brancos de 2007 para 2008. Há de se considerar que os percentuais de classificação subiram para todos os grupos em 2008 pelo fato de haver mais vagas disponíveis e menos candidatos inscritos do que no ano anterior. Nota-se uma grande elevação no percentual de classificados auto-declarados negros e pardos, caracterizando um avanço no que se refere à adoção de políticas de Ações Afirmativas voltadas para a população negra, visando uma recuperação das desvantagens históricas destes grupos. Em relação aos candidatos indígenas, por tratar-se de uma forma de acesso em condições especiais, remete-se a discussão sobre o tema para o capítulo “Da Comissão de Ingresso Indígena: a implantação da Comissão na UFRGS, seus impasses e desafios”, mais adiante.

Quanto à renda familiar dos candidatos, pode-se notar também uma evolução no que se refere à redução das desigualdades de acesso, conforme a Tabela 5:

Tabela 5 - Distribuição proporcional dos candidatos classificados segundo a Renda Familiar – Vestibular UFRGS 2007 e 2008

Renda Familiar (salários mínimos)	2007 (sem cotas)		2008 (com cotas)	
	C/I	P (%)	C/I	P(%)
Até 1	56/1.292	4,3	71/868	8,1
I a 5	1.234/15.483	7,9	1.959/17.480	11,2
5 a 10	1.468/11.300	12,9	1.137/8.420	13,5
10 a 20	908/6.207	14,6	726/5.128	14,1
20 a 30	316/1.877	16,8	228/1.687	13,5
Mais de 30	176/1.197	14,7	139/1.047	13,2
Não responderam	54/491	10,9	52/369	14,0
Total	4212/37847		4.312/34.999	

Fontes: UFRGS/Coparse 2007, 2008. Percentuais calculados pelo autor

Legendas: C = Classificados, I = Inscritos, P = Proporção de classificados

Obs.: As faixas de renda referentes ao ano de 2008 foram agrupadas conforme as divisões realizadas em 2007, para efeitos de comparação<sup>24</sup>.

A Tabela 5 mostra que, dentre outras possibilidades de análise, houve um aumento nos percentuais de classificação dos candidatos das faixas mais baixas de renda familiar (de menos de 1 até 10 salários mínimos) e uma diminuição nos percentuais de classificação dos pertencentes às faixas mais altas (acima de 10 salários mínimos). Em números absolutos, o acréscimo de classificados nas duas menores faixas de renda familiar somadas (até 5 salários mínimos) foi importante: de 1.290 classificados em 2007 para 2.030 classificados em 2008. A participação dos mesmos em relação ao total de classificados subiu de 30,6% em 2007 para 47,1% em 2008. Além disso, observa-se também uma importante redução nas assimetrias dos percentuais de aprovação entre as faixas de renda: mínimo de 4,3% e máximo de 16,8% em 2007 e mínimo de 8,1% e máximo de 14,1% em 2008, tornando assim as diferenças de renda familiar um pouco menores, comparadas com 2007 e anos anteriores.

Embora a renda familiar não seja critério para a reserva de vagas em nossa Universidade, julgou-se interessante colocá-la em evidência, mostrando que a opção de reserva de vagas para alunos de escolas públicas e alunos negros de escolas

<sup>24</sup> Em 2008 foram criadas novas faixas de renda nos Questionários Socioeconômicos: Até 1 s.m., Mais de 1 até 2, Mais de 2 até 3, Mais de 4 até 5. As demais faixas permaneceram iguais às de 2007.

públicas através da Decisão Nº 134/2007 do Conselho Universitário é justificável, em conformidade com as expectativas da Comissão Especial de Ações Afirmativas CEPE-CONSUN, a qual propôs este sistema, de acordo com o que será historiado adiante, na Parte IV: *Do Anúncio de Uma Agenda de Ações Afirmativas na UFRGS*.

Ainda que as análises estatísticas possíveis para as questões sobre o tipo de escola, renda familiar e cor/raça dos vestibulandos adquiram maior complexidade ao se realizar correspondências com outras variáveis (ligadas a outros itens sobre escolarização, questões culturais, trabalho, etc.), as diferenças de índices nos grupos utilizados neste capítulo não deixam de ser evidentes, mesmo em uma apresentação simplificada dos dados. É muito importante levar em consideração que estas diferenças se acentuam ou não conforme a escolha do curso pelos candidatos, por exemplo. Os cursos de maior prestígio, densidade ou argumento de concorrência geralmente são os que mais evidenciam estas desigualdades, representadas neste capítulo em números e percentuais. Basta considerar-se o caso dos cursos cujas notas de corte foram muito altas (Medicina, Direito Diurno, Administração Diurno, Biomedicina, Publicidade/Propaganda, Design Produto, Design Visual e Relações Internacionais), o que não permitiu que nenhum dos candidatos auto-declarados negros de escola pública obtivesse classificação em 2008, mesmo com a adoção do sistema de reserva de vagas. Por outro lado, a totalidade das vagas reservadas em cada curso aos alunos de escolas públicas em geral (30%) foi preenchida em 2008, com exceção dos cursos de Artes Visuais, Design Produto e Música, de acordo com os dados da Coperse (UFRGS/Coperse, 2008).

A adoção do Sistema de Reserva de Vagas no Concurso Vestibular da UFRGS em 2008 resultou, portanto, dentre os classificados, na presença de praticamente a metade de alunos egressos de escolas públicas. Permitiu também que quase a metade dos possíveis calouros dos cursos de graduação fosse de famílias cuja renda não passa de 5 salários mínimos, assim como resultou em um crescimento significativo do número de candidatos classificados auto-declarados negros e indígenas.

Tais dados apresentados neste capítulo, embora objetivos e quantitativos, prenunciam as mudanças e desafios subjetivos e simbólicos pelas quais a Universidade passará. Mais do que números, boa parte das Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiras há algum tempo, e a UFRGS recentemente, deparam-se agora com mais um aspecto a ser considerado na busca da sua excelência: a diversidade da sociedade da qual fazem parte, representada e acolhida desde o seu interior.

# A caminhada até o Ensino Superior: o vestibular na trajetória dos estudantes de origem popular

*Maria Aparecida Bergamaschi  
Rafael Arenhaldt*

Neste capítulo, são observados e analisados os números que expressam a quantidade de pessoas, em geral jovens, que almejam ingressar na universidade. Esses números revelam disparidades, dificuldades e deixam subentendido o drama que essa barreira reinterpreta na história de vida desses milhares: dos que conseguem a vaga e ingressam e dos que ficam de fora. Buscou-se a história de alguns jovens de origem popular que inauguraram o *Programa Conexões de Saberes* na UFRGS e que relataram suas caminhadas rumo à universidade (WEBBER, 2006). Das trajetórias desses vinte estudantes constatou-se que o vestibular é uma barreira difícil, muito mais difícil para os jovens de origem popular, que conjugam trabalho com a preparação para as provas, que estudam à noite, que freqüentaram pré-vestibulares populares e que repetem muitas vezes o vestibular, fazendo um grande esforço para manter acesa a chama da esperança. Dois anos, três anos, ...cinco anos! Os trechos que seguem conferem vida aos números, mostrando a dramaticidade que às vezes uma tabela ou um gráfico podem camuflar.

Janeiro de 2003. Tarde de um sábado quente, barulho de uma furadeira, eu meio sonolenta... acordando às três da tarde! Levanto, caminho pela casa e tento saber de onde vem aquele zunido todo. Chego até a área e está lá meu pai furando a parede e pendurando uma faixa, onde se lê: Valeu Bianca, Ciências Sociais – UFRGS 2003. É, depois de três tentativas, ingressei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mesmo sendo um curso com uma média para ingresso relativamente baixa, foi na segunda tentativa que passei. Antes disso, tinha feito vestibular para jornalismo. Quando entrei na Universidade, tinha 20 anos. Já trabalhava há quatro. Já tinha

sufrido a experiência do desemprego, da falta de perspectivas... Sou da primeira geração de universitários da minha família, ou seja, antes de mim e meus primos, ninguém de nossa família teve formação superior. (Bianca de Oliveira Ruskowski)

Nesse ano, 2003, fui às aulas [Curso Pré-Vestibular Popular Resgate], dei mais atenção à professora de português e redação, me comportei muito bem nas aulas, contudo, nesse ano eu caí mais na gandaia. Saía com os colegas e professores toda a sexta-feira para tomar uma ceva. Essas saídas com professores foram essenciais para conhecer o trabalho deles e entender o que eu queria para mim. Para acabar logo com essa história, a maioria dos que saíam para beber passou. Eu passei em primeiro lugar no meu curso: biologia da UFRGS. A escolha do curso ficou clara quando lembrei do meu professor da 5ª série e depois quando tive contato com os professores do Resgate (Bruno Cerpa)

Fiz o vestibular 2003 no colégio Nossa Senhora da Glória, era perto de casa e meu irmão me levou todos os cinco dias. Foi ali que encontrei essa pessoa que julgava especial, o nome dele é Luís. Ele passou em medicina e tem uma história parecida com a minha de muitas dificuldades, mas também de muitas lutas e vitórias. Eu rodei, me senti muito mal, pensei em desistir de tudo e trabalhar. Fiz o vestibular 2004. Não passei; chorei muito, pois aquele foi o ano em que mais me dediquei. Eu estava tão estressada que não conseguiria mais estudar como havia estudado. Entrei em depressão por não passar, pelo Luís, mas graças a Deus tive minha mãe e meus amigos para me apoiar. Minha mãe e eu conversamos muito e eu decidi que desistiria de fazer medicina, pois era muito difícil e tinha que me formar logo para poder ajudar minha mãe e me sustentar. ... Mone e eu voltamos ao cursinho, chatas como sempre, mais revoltadas com os professores que não davam aula. Estudamos bastante e no vestibular de 2005 passamos na federal: ela em Nutrição e eu em Enfermagem. (Junara Nascimento Ferreira)

A reprovação no vestibular era previsível, pois sabia que não estava estudando tanto quanto precisava, mas de forma alguma era esperada. No entanto, após a reprovação e um período de desilusão com o mundo, me senti melhor e comeci a programar quanto deveria estudar para passar, me matriculei no mesmo cursinho e fui demitido do emprego em maio de 2003. Recebi a indenização e apliquei quase todo o dinheiro em um módulo por matérias, passando a estudar mais as matérias mais difíceis para mim. Isso seria o tudo ou nada. Dessa forma, bem estruturado, recebendo seguro desemprego e com o cursinho e professores à disposição, consegui manter uma média de mais de oito horas por dia de estudo até novembro, mês em que voltei a trabalhar, pois me sentia preparado para enfrentar o vestibular. Quando chegou o vestibular me sentia bem diferente do ano anterior, mais confiante, mas já pensando que se não fosse dessa vez não sei quando seria. Fui bem em todas as matérias que tinha estudado e fiquei na média em duas matérias em que me achava entendido. Até nessas horas temos lições de vida, nunca podemos nos achar conhecedores de algo por completo. Como dizia Platão, 'Só sei que nada sei', o que traduz um pensamento não só humilde,

mas de uma reflexão enorme. Enfim, fui aprovado no vestibular de 2004 em 16º lugar para o curso de Geografia, rompendo as minhas barreiras, os meus pré-conceitos em relação a esse bicho de sete cabeças que era a UFRGS para mim (e que continua sendo para muitos). Não acredito ser melhor do que alguém ou que tenha merecido a vaga que ocupo, só acho que tive bastante apoio e astúcia para utilizar tudo que estava à minha volta... (Tiago Manassi)

Durante cinco anos seguidos somente me dediquei a trabalhar na rua, mas sempre acalentava a vontade de voltar a estudar. Minha mãe insistia em que prestasse o vestibular, mas minha insegurança e baixa auto-estima, somadas ao meu confuso segundo grau, não me permitiam pensar em semelhante façanha. Por diversas vezes procurei uma forma de voltar a estudar para poder concorrer a uma vaga na universidade. Recorri à prefeitura e a políticos que me fizeram perder tempo à espera do cumprimento de suas promessas de bolsas de estudo. Até que um dia um jornal popular que anunciava vagas em um cursinho preparatório direcionado para pessoas carentes veio parar em minhas mãos. No primeiro ano, por irônico que pareça, eu não fui selecionada para o curso, mas no ano seguinte eu e Bruno frequentamos juntos o curso e conseguimos uma vaga na universidade pública. Não só eu e Bruno, como também o Milton [seus irmãos] (Yara Paulina Cerpa Aranda)

Comecei e terminei meu segundo grau numa ótima escola pública, a escola Florinda Tubino Sampaio, uma excelente instituição de ensino. [...] meus pais nunca me deixaram trabalhar e sempre me incentivaram com a idéia de entrar numa universidade, mais especificamente na UFRGS. Realizei um ano de cursinho, trabalhei dando aulas de música nesse mesmo ano e me dediquei inteiramente ao vestibular da UFRGS. Com a maior felicidade, em 2004, recebi a notícia da minha aprovação. Comemorei com uma bebedeira espetacular, que não poderia deixar de colocar no meu memorial (Geraldo Magela Campani de Castro Figueiredo)

1º vestibular: nessa primeira experiência prestei vestibular para Nutrição, pois achava que esse curso estava totalmente relacionado com os meus objetivos. (...) 2º vestibular: prestei para Farmácia, pela minha facilidade com química, pois sempre gostei desta matéria. Hoje vejo que foi uma sorte não ter passado, pois realmente não iria me satisfazer. (...) Quanto ao vestibular, as minhas maiores dificuldades foram de permanência no curso, pois era caro e tinha épocas do mês que não tinha mais dinheiro para passagem. Curso técnico e 3º vestibular, iniciei o ano fazendo curso técnico de enfermagem com a intenção de seguir a carreira da minha mãe, já que estava difícil de conseguir emprego. Mas logo comecei a me deparar um grande número de pessoas fazendo o mesmo curso e sem nenhuma expectativa de emprego no futuro. Quis continuar o curso, mas achei melhor fazer mais uma vez cursinho, pois talvez dessa vez pudesse passar. Como não tinha dinheiro para fazer os dois cursos, abandonei o curso técnico. (...) Foi um ano em que eu não estudei muito, estava completamente desanimada e sem expectativa para ser aprovada no vestibular.

lar. Mas ocorreu um milagre e finalmente consegui ingressar na faculdade. (Marina Gabriela Prado Silvestre)

Em 1996 me formo no 2º Grau ou Ensino Médio, como queiram, e começo outra jornada... afinal, o que vou ser? Enquanto não me achava nos estudos, passei a trabalhar como autônomo como meu pai, e aprendi alguns truques de vendedor. Cada início de ano era uma tentativa de entrar para uma faculdade ou para a Escola Técnica. Em 1998 (deste ano em diante, todo ano passei a me preocupar em ampliar meu currículo e fazer um curso de aperfeiçoamento por ano de acordo com as condições financeiras) comecei a fazer alguns cursos, começando pelo de informática no SENAC, o que aumentou meu interesse pela área. Até que em 2000 consigo verba para pagar um cursinho intensivo de pré-vestibular (nem sabia da existência dos cursos populares, se é que naquela época existiam...) e no vestibular de 2001 consigo ser classificado e aprovado para ingressar na Faculdade de Educação (Alexsander Lourense Webber)

1º ano de cursinho: 2001 - Como sempre fui uma boa aluna, achava que o vestibular não era tão difícil. Fiz um cursinho durante o ano todo, graças à meia-bolsa que consegui com um deputado. Tentei vestibular para Medicina, e não cheguei nem perto da classificação. Isso me fez constatar que o meu 2º grau foi muito fraco e que tinha que estudar muito mais do que eu imaginava. 2º ano de cursinho: 2002 - Nesse ano mudei de cursinho, pois minha mãe conseguiu, com uma colega dela, uma bolsa para mim. Por achar que não ia conseguir passar novamente no vestibular e por achar que queria a área ambiental, resolvi mudar de opção: tentei Biologia e curso técnico em Biotecnologia na UFRGS e Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia na UERGS. Passei na UERGS e no curso técnico. 3º ano de cursinho e faculdade na UERGS: 2003 - Felizmente consegui entrar na faculdade. Fiquei muito feliz pela minha vitória e fui à luta. Minhas aulas eram no turno da tarde, e como o meu curso era na cidade de Novo Hamburgo, ia de Van. (...) Resolvi tentar Enfermagem na UFRGS, algo que nunca tinha passado antes pela minha cabeça. Fiz vestibular na UFRGS para Enfermagem e tinha praticamente certeza de que não tinha passado, pois tinha ido muito mal em Biologia, que era peso 3 para o curso. Porém, no dia em que saiu o listão, para minha surpresa, meu nome estava lá: era BIXO 2004 em Enfermagem. Fiquei muito feliz e minha mãe muito orgulhosa por mim. (Luciana Longui Ferreira)

Aos dezoito anos, em 1998, concluí o Ensino Médio e prestei o vestibular de 1999 para Educação Física sem obter sucesso. Em 2000 tentei para Ciências Contábeis e também não consegui. No mesmo ano, entrei na FAPA para o curso de Licenciatura em História. Este caminho tão diversificado é um exemplo da falta de orientação de boa parte dos jovens que concluem o Ensino Médio e não sabem o que fazer de suas vidas. Hoje, pensando como futuro Educador, acho uma lástima que nossas escolas não se empenhem em dar conta de construir condições mínimas para

que os seus estudantes possam seguir seus caminhos de forma consciente e autônoma. Tenho passado por experiências de trabalho que ainda alimentam em mim muitas expectativas, sobretudo nas escolas do MST, onde atuo como educador em duas turmas de Jovens e Adultos. Penso que temos muito a realizar na educação brasileira, e a única alternativa que vejo hoje são os Movimentos Sociais, pois estão construindo experiências pedagógicas fabulosas que deveriam ser vistas com um olhar mais atento por escolas e professores. Minha formação na FAPA foi boa, apesar – ou em decorrência – das condições desfavoráveis de que já todos foram avisados à alguma altura destes escritos. Devido à inadimplência, tive minha matrícula cancelada e prestei vestibular para a UFRGS em 2005 para o curso de Ciências Sociais, tendo sido finalmente aprovado. Hoje, estou tentando a transferência para o curso de História, tendo em vista que o tenho quase todo concluído e pretendo mesmo ser professor. (Vagner Medeiros Corrêa)

No começo de 2002, fiquei sabendo que era possível pagar com trabalho um renomado cursinho de Porto Alegre. Dependendo do trabalho, poderia ter até uma bolsa integral, fiz a entrevista sabendo que só poderia fazer o cursinho com gratuidade total e consegui uma das vagas. (...) O grande dia chegou, o tempo passou rápido, eu estava ansiosa, mas sem medo nem expectativa. Eu fiquei tranqüila, já era o meu quarto vestibular para Enfermagem, estava tomando até um floral e só fiquei nervosa no dia da redação. (...) Depois fiquei sabendo que tinha me classificado em 48º lugar, ou seja, eu seria a primeira a ser chamada caso houvesse desistência de qualquer um dos candidatos que foram chamados para o primeiro semestre. (Gláucia Nascimento da Silva)

Vem chegando o vestibular e pela terceira vez ele vai tentar ingressar na UFRGS... Desde os 17 anos ele queria cursar História... Sempre adorou História antiga, ler coisas sobre os egípcios, os gregos e os romanos, mas talvez isso não fosse o suficiente para ele estar certo do que queria fazer. Nesse mesmo tempo havia conhecido algumas pessoas que foram muito influentes em sua vida, já havia também lido alguns textos do maldito Friedrich Nietzsche, no entanto, não tinha a mínima idéia do que era estudar Filosofia. (...) não levava fé que iria passar no vestibular, pois fazia quase cinco anos que ele havia concluído o seu Ensino Médio e, como não tinha grana para pagar um cursinho, achava que as suas chances eram mínimas. Estudou em casa durante três meses e deu sorte, passou na UFRGS! Os primeiros dias de aula foram loucos, era um mundo muito novo... Tomou muito pau no primeiro semestre, pois a cobrança do curso era grande: muitos livros para ler em pouco tempo, mas aos poucos ele foi “amaciano o cérebro” e se acostumando com aquele rigor. (Marcos Vinicius da Silva Goulart)

O sonho de entrar na UFRGS era tão grande para mim que, quando eu via as pessoas com a pastinha da universidade na rua, eu ficava pensando como deveria ser bom estudar lá e como aquilo parecia ser inatingível para mim. Por isso, resolvi

tentar mais uma vez; me dedicava ao cursinho durante o dia... Quando ela disse que eu havia passado, eu não acreditei, me deu uma sensação de alegria e estranhamento ao mesmo tempo. Fiquei chocada! Saí abraçando todo mundo, foi aquela gritaria, eu não cabia em mim de tanta felicidade. Todos me ligavam, e eu também ligava pra todos os meus parentes, a cobrar, mas com a desculpa de que era por uma ótima causa. Meu pai estava mais deslumbrado do que eu, repetindo várias vezes que eu tinha passado! Quando cheguei em casa, tinha uma faixa linda, e os vizinhos foram me atirar lentilha para dar sorte. Finalmente eu estava dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e estava, sim, muito orgulhosa de mim mesma. Minha mãe ligou para tanta gente que a conta do telefone veio o dobro naquele mês. (Gabriela Silione)

Eu sempre quis continuar os estudos. Parar de estudar incutia em mim uma sensação de estagnação. Também pensava que, tendo um curso superior, poderia conseguir um trabalho melhor e assim ajudar mais a minha família. A única alternativa era a UFRGS. Uma universidade paga estava totalmente fora de cogitação, ainda que eu continuasse trabalhando para pagar os estudos. Em casa o dinheiro era contado para manter as condições básicas de vida da família. Se podíamos ter algum supérfluo, era porque comprávamos em mutirão e em várias prestações. Até hoje é assim. Porém, uma faculdade seria pesada demais, financeiramente inviável. Alguém me disse que a grande maioria que conseguia passar na UFRGS era os “filhinhos de papai”, mas eu estava na minoria que encarava o desafio. Tive que fazer quatro anos de curso pré-vestibular para suprir a lacuna de conhecimento deixada pelo ensino público. Sempre fazia o intensivo, que era o mais barato. Assim pagava o cursinho sem prejudicar a ajuda em casa. Também não estava decidida quanto ao que cursar, então tentei vestibular para vários cursos diferentes até decidir pela Biologia. Com a certeza do que queria, consegui passar. Contava vinte e um anos. Quando soube que passei, estava no trabalho. Os colegas festejaram comigo e em casa foi aquela euforia. Todos ficaram muito contentes, eu era a primeira pessoa da família a entrar na universidade. (Tatiana do Prado Rodrigues)

Daqui não tem mais volta, pra frente é sem saber, pequenos paraísos e riscos a correr”. Vamos para a UFRGS, ou nem pensar em faculdade! Aqueles foram anos tumultuados. Sentia o mundo sobre os meus ombros, era muita coisa, casa, família, trabalho, namorado, vestibular, religião, parecia impossível passar na UFRGS, pois pouco era o tempo que sobrava para estudar. O fato é que consegui sobreviver à crueldade do vestibular, levei algum tempo para conseguir acreditar, já que seria a primeira de muitas gerações a conseguir concluir a Educação Básica, quem diria cursar o ensino Superior na famosa Universidade Pública, gratuita e de qualidade do Rio Grande do Sul. Quanta ingenuidade! Pensava que meus desafios estariam resolvidos, o pior tinha passado... ou.... estava por vir... (Vanessa Karine Ribeiro Seibel)

Meu ingresso na universidade foi um pouco difícil, mas valeu muito a pena. Na época em que decidi voltar a estudar, então com 24 anos, estava desempregada e por esse motivo não podia pagar um cursinho. Então, comecei a estudar em casa com os livros de cursinho da minha irmã. Logo depois, pedi a isenção da inscrição para o vestibular e consegui que o pedido fosse aceito. Durante toda essa minha luta, uma pessoa muito especial esteve comigo me apoiando e lutando junto, foi meu namorado, o Lucas. Foi ele que soube que a própria UFRGS oferecia um cursinho pré-vestibular a alunos carentes. Nos inscrevemos no final do mês de agosto, sendo que o vestibular já era em janeiro, e começamos a aula no cursinho no mesmo dia. Foi dedicação integral aos estudos, pois já estávamos na reta final e não poderíamos perder essa chance. E não perdemos. Tudo deu certo, passamos: eu para Pedagogia, a profissão já estava no sangue, e Lucas para Geografia, alegria em dobro. Foi um dos dias mais felizes da minha vida, sensação de tarefa cumprida e ao mesmo tempo de alívio. Sentia, porém, medo. Medo de um mundo totalmente novo e “quase” impenetrável para quem vem da classe popular mas é só quase. (Tamara Carneiro Superti)

Fazer o vestibular foi horrível, eu olhava para todos e ficava imaginando onde tinham estudado. Achava que eles eram melhores do que eu, que eles conseguiriam e eu rodaria, como quase sempre. Mas não, consegui passar no primeiro vestibular para Ciências Sociais. Não foi fácil. Aliás, o vestibular é feito para excluir e não para incluir. Quando eu vi meu nome no listão, fiquei muda, o telefone tocava e eu fiquei ali olhando para aquele nome, pensando naquilo. Nem lembro quem ligou. Entrar na universidade também não foi fácil, eu gostava muito de ler, mas era acostumada a ler livros que eu chamaria de fáceis de ler, foi grande o impacto com o número de leituras, com as palavras difíceis, chegava em casa e ia direto para o dicionário. (Ana Paula Arosi)

Em 2004, abandonei um emprego e passei a dedicar-me em tempo integral aos estudos para prestar o vestibular de 2005 aqui na Universidade. (...)No entanto, houve a ala dos que me deram força do início ao fim de 2004, pois sempre acreditaram que eu passaria e que isso somente não acontecera antes porque eu tinha que conciliar os estudos com o trabalho. E essas mesmas pessoas estavam certíssimas: esforcei-me, passei várias noites em claro, rezei para todos os santos, acendi todas as velas, chorei de desespero, mas passei em 45º lugar. A semana na qual eu aguardei pelo resultado foi a pior de minha vida, porque comecei a lembrar de todo o esforço para estudar, de todos os sacrifícios para pagar as aulas. Até hoje eu lembro que liguei várias vezes ao dia -durante aquela fatídica semana na qual o resultado estava por sair- para os amigos que tinham acesso à Internet, perguntando pelo listão. Exatamente às 17 horas do dia 20 de janeiro de 2005, uma das minhas melhores amigas ligou para mim avisando que meu nome estava no listão. Finalmente! Tive que pedir que ela me confirmasse o número de inscrição, porque eu não estava

acreditando que havia passado. Minha mãe comprou uma faixa enorme, na qual estava escrito “Márcia, bixo UFRGS Direito 2005”, que ela pagou em várias parcelas, e meus amigos a colocaram em frente da nossa humilde casa. A tal faixa ficou lá estendida durante vários meses, e somente foi retirada no meio do inverno porque a tinta estava começando a desgastar-se devido às chuvas constantes. (Márcia Regina Zok da Silva)

Neste período, outra pessoa teve grande destaque, meu avô materno, Ruben. Ele já acompanhava o meu desempenho escolar há muito tempo e quando soube do meu interesse em ingressar na universidade, me deu total apoio. Ele me matriculou num dos melhores cursinhos pré-vestibulares da cidade. Agora só dependia de mim, além do último ano do Ensino Médio, também estudava no cursinho. Meu objetivo era estudar Engenharia Elétrica na UFRGS, era uma escolha ousada e, como havia estudado em escolas públicas, depus toda minha esperança no pré-vestibular. Chegou o vestibular, havia estudado de maneira contínua e acreditava que obteria bons resultados, a minha confiança era surpreendente. No primeiro dia de prova fiquei um pouco nervoso. Ainda lembro o tema da redação: esperança. Nada melhor que escrever sobre o tema mais constante na minha vida. Os dias que sucederam o vestibular pareciam intermináveis, como os gabaritos das provas já haviam sido anunciados, eu sabia a quantidade de acertos que tive em cada prova, esses resultados foram todos acima da média geral. O que aliviou minha ansiedade neste período foi a formatura do Ensino Médio: rever grandes amigos e saber que todos estavam torcendo pela minha aprovação foi gratificante.(...) Numa tarde vi na televisão a notícia que a UFRGS havia liberado o listão com antecedência. Já estava pronto para ir até a universidade, quando o telefone tocou. Era um amigo da escola, eufórico, dando a notícia pela qual eu esperava: havia passado no vestibular. A alegria era incomensurável. (Palmo Celestino Ribeiro Franco)

Como se pôde observar a partir dos depoimentos do livro *Caminhas de Universitários de Origem Popular*, de autoria dos bolsistas do *Programa Conexões de Saberes/UFRGS*, esses estudantes tiveram muitas dificuldades para ingressar na Universidade. As diferenças e a desigualdade presentes na vida desses bolsistas desde a sua infância os acompanham na sua entrada e durante a permanência num curso superior. A grande maioria estudou em escolas públicas e isso, de certa forma, já retrata a desigualdade, devido a essas escolas serem, geralmente, de baixa qualidade. A bagagem escolar é a mais valorizada no vestibular, desmerecendo o saber popular. Somam-se a isso o fato de muitos trabalharem e estudarem, o que dificulta o desenvolvimento escolar desses alunos em comparação a alunos que tiveram um melhor ensino e que nunca necessitaram trabalhar para se manter e ajudar no orçamento doméstico.

Observa-se também que para muitos a possibilidade de ingresso no Ensino Superior Público é considerada como improvável e inatingível, parecendo impossível passar no vestibular. Os depoimentos demonstram ainda que muitos tentam várias vezes até conseguir aprovação no vestibular, por vezes quase desistindo, mas evidenciando a necessidade de se dedicar e investir no sonho de entrar e estar na Universidade e romper as “barreiras e preconceitos em relação ao bicho de sete cabeças que era a UFRGS”. Além da presença marcante dos Pré-Vestibulares Populares, de amigos e familiares como alavancas fundamentais de apoio ao ingresso no Ensino Superior, muitos são da primeira geração da família a entrar na Universidade. Se, por um lado, a escolha do curso e da área profissional, bem como o desejo de continuação dos estudos, passava pela referência de algum professor do Ensino Médio ou do Pré-Vestibular, por outro a clareza de ter frequentado um Ensino Médio fraco ou mesmo a falta de orientação profissional geram a sensação de indefinição, insegurança, medo, dúvida e confusão destes jovens estudantes, simbolizadas pela falta de perspectiva e baixa estima: “Medo de um mundo totalmente novo e ‘quase’ impenetrável para quem vem da classe popular”. Se para alguns entrar na UFRGS era algo que nunca havia passado pela cabeça, para outros a UFRGS era sua única alternativa para fazer um curso superior já que não tinha dinheiro para uma faculdade privada. Assim, mesmo que a maioria manifeste alegria de ver/saber que seu nome estava no listão de aprovados do vestibular, revelam que o referido mecanismo de seleção é para excluir e não para incluir.

Então, tanto a partir dos dados das pesquisas dos itens anteriores como dos depoimentos e das reflexões destacados, percebe-se a importância que tem a Universidade para inverter esta lógica e efetivamente “repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas”, conforme seu próprio estatuto. A UFRGS ainda tem muito o que fazer em relação às demandas sociais e, nessa perspectiva, procurar, a partir de iniciativas inovadoras, promover uma transformação significativa em sua organização. O Programa Conexões de Saberes pode significar uma nova forma de compreender e transformar as práticas da Universidade sustentada pelo respeito às diversidades e pela efetiva participação dos grupos populares no seu interior. Assim sendo, as Políticas de Ações Afirmativas se configuram enquanto ferramenta de transformação da vida e do espaço da Universidade, constituindo-se como lugar de diálogo e produção de conhecimentos ricos e diversificados.



Parte 3

DAS CONDIÇÕES  
E DAS POLÍTICAS DE  
PERMANÊNCIA DOS  
ESTUDANTES NA UFRGS



# O perfil sociocultural dos bolsistas do Programa Conexões de Saberes da UFRGS

*Letícia Gomes Farias*

*Lilhana Belardinelli*

*Thiago Ingrassia Pereira*

A entrada na UFRGS é apenas o início de um processo mais amplo, no qual as condições materiais desempenham importante papel para que o estudante, principalmente o de origem popular, possa efetivamente concluir o seu curso de graduação com aproveitamento adequado.

Assim, mesmo que não seja cobrada mensalidade, as despesas com a manutenção da vida universitária são expressivas e demandam recursos financeiros que, às vezes, inviabilizam os estudos de estudantes pobres. Além disso, a situação financeira precária obriga os estudantes a buscarem trabalho, o que, via de regra, cria constrangimentos ao seu desempenho na universidade.

Dessa forma, políticas de permanência são fundamentais para o prosseguimento das atividades acadêmicas, onde as bolsas nos setores de ensino, pesquisa e extensão, ao lado de políticas de assistência estudantil, como as casas do estudante, restaurantes universitários (RU), assistência médica e odontológica e os descontos e isenções para estudantes comprovadamente carentes, cumprem um papel estratégico para a conclusão do curso pelos estudantes pobres.

Nesse sentido, tendo por objetivo compreender a situação atual da UFRGS em relação à manutenção da vida acadêmica de seus estudantes, particularmente dos de origem popular, serão analisados alguns dados extraídos da pesquisa do *Perfil sociocultural dos bolsistas do Programa Conexões de Saberes/UFRGS*, realizada em outubro de 2006, com 25 estudantes, que

neste período representavam a totalidade de bolsistas do Programa. Esta pesquisa fez parte de um levantamento em nível nacional acerca do perfil dos bolsistas do *Programa Conexões de Saberes*, contemplando 32 IFES participantes (1.142 bolsistas).

## Análise dos dados

Importante para a caracterização do perfil do estudante e de suas condições de permanência na universidade é a informação sobre o curso realizado. A tabela I apresenta essa distribuição entre os bolsistas do *Programa Conexões de Saberes/UFRRGS*.

Tabela I – Qual o seu Curso?

	N	%
Ciências Biológicas	2	8,0
Ciências Sociais	4	16,0
Direito	1	4,0
Enfermagem	3	12,0
Engenharia Elétrica	2	8,0
Filosofia	2	8,0
Física	1	4,0
História	3	12,0
Jornalismo	1	4,0
Letras	2	8,0
Pedagogia	3	12,0
Psicologia	1	4,0
Total	25	100,0

A área de Ciências Humanas destaca-se na composição dos cursos em que se encontravam os bolsistas: Ciências Sociais, História e Filosofia concentravam 36% dos estudantes. O curso de Enfermagem também merece destaque, já que contava com três estudantes, todas mulheres e negras. De qualquer forma, a presença de estudantes de doze diferentes cursos aponta a diversidade do grupo de bolsistas, dando visibilidade para a presença de segmentos populares em cursos como Direito, Engenharia Elétrica, Psicologia e

Ciências Biológicas, tradicionalmente redutos de estudantes mais aquinhoados. A presença, ainda que tímida, de estudantes de origem popular pelos mais diferentes cursos, até nos de maior concorrência, aponta para a necessidade do incremento de bolsas de estudo e de aulas noturnas.

Nesse sentido, são relevantes mais algumas informações que ajudem na caracterização do grupo de bolsistas do *Programa Conexões de Saberes/UFRGS*:

- A média de idade é de 24,04 anos (mínimo: 18 anos; máximo: 32 anos).
- Estado Civil: 100% se declararam solteiros; uma bolsista tem uma filha.
- Cor/Raça: 56% (quatorze) dos bolsistas se identificaram brancos e 44% (quatro pardos e sete negros) se identificaram não-brancos.
- Turno das aulas: 40% (dez) dos bolsistas cursam disciplinas somente pela manhã e/ou tarde; 52% (treze) possui alguma disciplina durante o dia; 20% (cinco) estuda nos três turnos e outros 20% estuda somente à noite.
- Renda Familiar: R\$ 1.305,12 é a média; R\$ 300,00 é a moda (valor da bolsa do *Programa Conexões de Saberes* – múltiplas modas); a renda familiar mínima foi de R\$ 300,00 e a máxima chegou a R\$ 2.850,00.
- Quantidade de moradores do domicílio: 3,80 moradores é a média; 3 moradores é a moda; no mínimo 1 morador e no máximo 8.
- Local de Moradia: 88% (vinte e dois) dos bolsistas declarou ter como local de moradia predominante em sua trajetória de vida bairro/ loteamento popular ou vila.

É ilustrativo, no que tange à situação de permanência na Universidade dos estudantes de origem popular, que 52% dos bolsistas cursem alguma disciplina durante o dia, ou seja, no denominado “horário comercial”, fato que sugere a dificuldade em se conciliar trabalho e estudo. Além disso, em relação à renda, temos uma média de um salário mínimo nacional<sup>1</sup> *per capita*, o que ratifica a dura situação financeira do conjunto dos bolsistas do *Programa Conexões de Saberes*, sendo representativa do aluno de baixa renda no meio universitário.

<sup>1</sup> O valor do salário mínimo nacional em outubro de 2006 era de R\$ 350,00. Dividindo a média de renda familiar pela média de moradores no domicílio, temos algo em torno de R\$ 355,29 per capita.

Dessa forma, serão examinados os dados referentes ao acompanhamento do curso e das rotinas acadêmicas por parte dos bolsistas, objetivando a compreensão do cenário no qual se desenvolvem (e de que forma) suas vidas universitárias.

## A permanência na universidade: um desafio para os setores populares

Um dos aspectos a ser destacado é o tempo de deslocamento do estudante até a universidade e da universidade para o seu local de moradia. A permanência no curso requer a *presença* do estudante, ou seja, que ele chegue para a aula e para as demais atividades universitárias, voltando para a casa para descansar.

Tabela 2 – Qual o tempo gasto no deslocamento de ida e volta da residência para a universidade?

	N	%
30min	4	16,0
1h	5	20,0
1h 30min	9	36,0
2h	3	12,0
2h 30min	2	8,0
3h	2	8,0
Total	25	100,0

Os dados da tabela 2 indicam que apenas 36% (nove) dos bolsistas gasta até uma hora para ir e voltar da residência para a universidade, sendo que os demais dezesseis (64%) levam entre uma hora e meia e três horas para percorrer este trajeto. Esse dado complementa aquele que mostra ser em bairros populares ou vilas o local de moradia da maioria dos bolsistas do *Programa Conexões de Saberes*, pois, via de regra, são locais periféricos em relação ao centro da cidade.

Além disso, vale destacar que a UFRGS possui campi universitários em diferentes locais de Porto Alegre (Campus Central, Campus Saúde, Campus

Olímpico, Campus do Vale) e que diversos cursos exigem deslocamento dos estudantes para as aulas, muitas vezes, no mesmo dia. Como observado, cinco estudantes declararam ter aula nos três turnos e, como no caso da Engenharia Elétrica (dois bolsistas), as aulas se desenvolvem no campus Centro e do Vale, muitas vezes, alternando os turnos em cada local.

O deslocamento é, junto com outros fatores como alimentação, livros e cursos de aperfeiçoamento (línguas, informática, etc), responsável pelas despesas que recaem sobre os estudantes. A tabela 3 apresenta a estimativa de gastos mensais dos estudantes de origem popular na universidade.

Tabela 3 – Qual seu gasto mensal com xerox, transporte, alimentação, material escolar?

	N	%
Cerca de R\$ 50,00	1	4,0
Cerca de R\$ 100,00	4	16,0
Cerca de R\$ 150,00	9	36,0
Cerca de R\$ 200,00	4	16,0
Cerca de R\$ 250,00	4	16,0
Cerca de R\$ 300,00	2	8,0
Cerca de R\$ 400,00	1	4,0
Total	25	100,0

A faixa entre R\$ 100,00 e R\$ 250,00 concentra a maior parte das respostas dos estudantes, representando em relação à bolsa do *Conexões de Saberes* (R\$ 300,00) um valor expressivo. Assim, constata-se que a ausência de mensalidade na universidade pública não é por si só uma garantia de permanência do estudante, pois os gastos<sup>2</sup> com a vida universitária demandam um investimento, às vezes, fora dos padrões econômicos de muitos alunos e de suas famílias.

Contudo, o investimento em educação para a realização de um curso superior e até para a continuidade dos estudos apresenta-se como um aspecto

<sup>2</sup> Dezoito estudantes (72%) responderam que a maior parte do dinheiro que recebe, incluindo a bolsa, é destinado às despesas com estudo. Vale ressaltar que vinte e três estudantes (92%), com exceção da bolsa do *Conexões de Saberes*, declararam não exercer outra atividade remunerada, apesar de que, entre esses, onze alunos admitiram estar procurando trabalho remunerado.

relevante na vida dos bolsistas do *Conexões de Saberes*. Um número representativo de estudantes (72%), apesar das dificuldades<sup>3</sup>, demonstrou levar a sério a possibilidade de carreira universitária, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 4 – O que pretende fazer após a conclusão do curso universitário?

	N	%
Ampliar a formação universitária com especialização	18	72,0
Trabalhar na área de formação	3	12,0
Ingressar no mercado de trabalho em qualquer área	4	16,0
Total	25	100,0

Para a consecução da carreira universitária, chama a atenção alguns itens presentes nas respostas dos estudantes de origem popular da UFRGS. A utilização de fotocópias (xerox) como principal fonte de estudo está presente nas respostas de 76% dos estudantes, sendo que o restante apontou os livros/artigos da biblioteca universitária como principal fonte de estudo. Assim, as respostas sugerem que a falta de livros nas bibliotecas da Universidade está na raiz do grande gasto com fotocópias para o acompanhamento das disciplinas.

Além disso, alguns cursos demandam um grande investimento em materiais para a formação dos estudantes. Para citar alguns exemplos bem conhecidos, tem-se os cursos de Medicina e Odontologia, que requerem materiais de alto valor para as aulas práticas, sem falar nas bibliografias indicadas, que também possuem um valor alto para os padrões financeiros de um aluno de origem popular e são, muitas vezes, escritas em outro idioma que não o materno - o que demanda o aprendizado de língua(s) estrangeira(s). Outros exemplos podem ser encontrados nos cursos na área de Artes, pois os exercícios curriculares exigem materiais, roupas e adereços para a sua execução.

Dessa forma, os estudantes, ao serem questionados sobre as dificuldades materiais que possuem ao longo da formação acadêmica, declararam que os maiores empecilhos estão ligados às dificuldades financeiras para se manterem estudando, e às horas gastas no trabalho (que é uma consequência da dificuldade financeira), que dificultam a dedicação aos estudos. Porém, ao responderem sobre seu desempenho no curso, levando em consideração o

<sup>3</sup> Nesse ponto, não nos referimos apenas às dificuldades de ordem econômica, mas, também, ao acompanhamento curricular do curso, pois 60% dos estudantes consideraram difícil ou muito difícil o grau de dificuldade dos conteúdos trabalhados nas disciplinas.

ensino, a extensão e a pesquisa, a maioria (44%) acredita que é regular, onde aspectos positivos e negativos anulam-se. Todavia, o mais interessante é perceber que 40%, por mais que tenham todas as dificuldades que foram apresentadas anteriormente, acham seus rendimentos acadêmicos bons, dentro do esperado, tendo em vista os recursos oferecidos pela Universidade.

Outro ponto relevante na vivência universitária apontado pelos estudantes de origem popular é a utilização do Restaurante Universitário (RU). Os vinte e cinco estudantes (100%) afirmaram utilizar o RU frequentemente, indicando a função estratégica que a alimentação assume na manutenção da vida do estudante, pois os valores acessíveis<sup>4</sup> fazem do RU, talvez, a mais incisiva política de permanência da UFRGS.

A permanência na universidade pública, como estamos discutindo, não é algo simples para os estudantes de origem popular. Parece interessante observar que, quando indagados acerca da realização, integral ou parcial, de outro curso universitário, vinte alunos (80%) responderam que não tinham começado/realizado outro curso universitário. Entre os demais estudantes, dois responderam “sim” em universidades públicas e três “sim” em instituições privadas, chamando a atenção que dois entre estes apontaram como principal motivo para não continuarem o curso a falta de condições financeiras. Percebe-se a importância que a universidade pública e gratuita possui na vida das pessoas procedentes de regiões populares, que não têm condições de sustentar sua formação acadêmica em universidades privadas e necessitam de universidades gratuitas para expandir seus estudos.

Ainda em relação à permanência dos estudantes na universidade, é importante destacar que uma maior oferta de disciplinas apareceu com força nas questões que perguntavam quais os recursos que a universidade mais deveria investir para atender as demandas dos alunos de espaços populares. Outra resposta bastante considerável foi a necessidade de maior número de bolsas para os estudantes permanecerem na universidade. Soma-se a isso o pedido da oferta de cursos de língua estrangeira, já que a falta de conhecimento em uma língua estrangeira foi apontada como um dos fatores que incidem na dificuldade de acompanhar o curso de graduação.

A publicização da presença de estudantes de origem popular na UFRGS

<sup>4</sup> Os valores vigentes (para almoço e janta) no segundo semestre de 2007 apontam R\$ 0,50 (para estudantes carentes com benefício concedido pela Secretaria de Assuntos Estudantis – SAE) e R\$ 1,30, sendo 0,30 o valor do suco (opcional).

e a necessidade de pensar em estratégias para a expansão do número desses estudantes, bem como de políticas para a permanência desse segmento na estrutura universitária pública, é um dos principais objetivos deste estudo. Por isso, mais do que destacar os aspectos de ordem material e financeira que se constituem como verdadeiras *barreiras sociais* para o acesso e permanência de estudantes pobres na universidade é preciso destacar a relevância do recorte étnico/racial é relevante, principalmente neste momento em que a UFRGS aprovou a adoção de cotas para estudantes oriundos de escola pública e auto-declarados negros.

Como será destacado a seguir, pesquisas indicam a pouca presença de estudantes não-brancos na UFRGS, o que contrasta com os dados obtidos junto ao grupo de bolsistas do *Conexões de Saberes*. Ainda que ocorresse a preponderância de estudantes brancos (quatorze – 56%), o número de estudantes negros (sete – 28%) e pardos (quatro – 16%) alcança uma representação muito superior à verificada no âmbito geral da Universidade. Nesse sentido, a pesquisa teve a preocupação de aferir situações de discriminação na vida universitária dos bolsistas. As tabelas a seguir apresentam as respostas.

Tabela 5 – Você já se sentiu discriminado em algum espaço ou rede universitário?

	N	%
Não	7	28,0
Sim	18	72,0
Total	25	100,0

Tabela 6 – Se sim, qual a principal motivação da discriminação sofrida?

	N	%
NSA*	7	28,0
Forma de vestir	2	8,0
Cor/raça	5	20,0
Religião	1	4,0
Gênero	2	8,0
Morador popular	5	20,0
Outro Motivo	3	12,0
Total	25	100,0

\* Não soube avaliar

É relevante e preocupante o número de estudantes que declararam já terem se sentido discriminados no meio universitário (dezoito – 72%), ainda mais que se pode observar na tabela 6 que as duas principais motivações para a discriminação sofrida estão relacionadas ao local de moradia e à cor/raça. Assim, políticas de esclarecimento e acolhimento dos estudantes cotistas em 2008 devem constar na agenda da UFRGS, ainda mais que a Universidade pode ocupar um papel central na difusão de uma educação anti-racista.

Por fim, a pesquisa também questionou os estudantes acerca de qual palavra melhor exprimiria a primeira impressão que tiveram ao entrar na universidade.

Tabela 7 – Qual palavra melhor exprime a primeira impressão que você teve ao começar a cursar a universidade?

	N	%
ALÍVIO	1	4,0
ANSIEDADE	1	4,0
CHOQUE	1	4,0
COMEÇOU	1	4,0
DESLUMBRAMENTO	1	4,0
DESPERTENCIMENTO	1	4,0
DIFERENÇAS	2	8,0
DIFERENTE	2	8,0
DIFICULDADE	1	4,0
DÚVIDAS	1	4,0
EMOÇÃO	1	4,0
ENFIM	1	4,0
EXPECTATIVA	1	4,0
FRUSTRAÇÃO	1	4,0
INCREDULIDADE	1	4,0
MEDO	1	4,0
MUDANÇA	1	4,0
PLURALIDADE	1	4,0
POSSIBILIDADES	1	4,0
SONHO	1	4,0
SUSTO	1	4,0
TEMPO	1	4,0
TRANSFORMAÇÃO	1	4,0
Total	25	100,0

Apenas duas palavras foram repetidas pelos respondentes: diferenças e diferente, ambas com o mesmo significado. Ainda se pode agrupar, por significância, outro conjunto de palavras que demonstram despertencimento<sup>5</sup>, ou seja, cerca de 20% dos alunos de origem popular tiveram como primeira impressão da vida acadêmica o fato de não terem como encaixar suas vivências e experiências pessoais, visto que encontram uma realidade diferente e nem sempre hospitaleira e acolhedora na UFRGS.

Palavras como “medo” e outras que demonstram sentimentos negativos contrastam com a possível e esperada alegria pela conquista de uma vaga na universidade. Assim, é importante que o espaço universitário consiga ser um local de realizações para o estudante, que considere as diferenças como importantes para a diversidade e possibilite o equilíbrio de condições entre os membros da comunidade acadêmica. Isso não significa o *favorecimento* fácil e paternalista, mas sim uma espécie de “concorrência justa”, base da política de Ações Afirmativas.

---

<sup>5</sup> Na mesma linha do que Silva (2003) observou no processo de entrada de jovens pobres em universidades cariocas.

# As políticas de apoio à permanência dos estudantes da UFRGS

*Nair Silveira  
Rafael Arenhaldt*

Garantir a permanência qualificada dos estudantes na Universidade é um desafio para a instituição que se pretende cumpridora de sua função social, política, educativa e acadêmica. Constituir e criar mecanismos institucionais de apoio à permanência dos estudantes é tarefa necessária da universidade pública educadora que se quer. O permanecer ligado e vinculado a uma instituição pode ser expresso em suas dimensões simbólica e concreta.

A dimensão simbólica é compreendida na perspectiva de que a instituição cria laços de pertencimento, diálogo, respeito, cuidado, sentido e significado para com seus membros, ou seja, que o permanecer dos estudantes seja qualificado pelo sentido e significado de estar conectado e ser acolhido pela instituição. Esta dimensão simbólica pode ser expressa por relações de respeito aos saberes dos alunos no diálogo com o conhecimento científico, pela aprendizagem significativa, pelo respeito à diversidade cultural e étnica, pelo acolhimento e cuidado do *outro como legítimo outro na convivência* (MATURANA, 1999), pela visibilidade e reconhecimento das diferenças, da possibilidade da convivência entre visões de mundo, paradigmas, ideologias, epistemologias, pensamentos e cosmologias que compartilham o espaço acadêmico, caracterizado, portanto, pela perspectiva da pluralidade de pensamento e pela universalidade de idéias.

Já a dimensão concreta pressupõe uma opção de política institucional e de gestão administrativa que garanta as condições objetivas de permanên-

cia dos estudantes no seu cotidiano institucional. Esta dimensão concreta pode ser expressa através das Bolsas de Monitoria, Iniciação Científica, Treinamento/Permanência e Extensão, assim como dos Estágios com instituições conveniadas, da Moradia Estudantil, do Restaurante Universitário e do Auxílio Alimentação, do Atendimento médico, psicológico e odontológico, e também das condições de acesso às Bibliotecas e seus acervos, dos Laboratórios de Informática, da qualificação dos espaços de convivência, entre outras ações.

Optou-se aqui por destacar alguns dos mecanismos institucionais de apoio à permanência já consolidados no âmbito da UFRGS. Sem dúvida, do ponto de vista da permanência, as políticas de Bolsas são instrumentos centrais de apoio e manutenção financeira e acadêmica qualificada ao estudante universitário. Neste quesito, embora ainda prevaleça a forma meritocrática de distribuição e seleção de bolsistas, a UFRGS disponibiliza aos seus estudantes uma diversidade de opções de Bolsas<sup>1</sup> como Monitoria (remunerada e voluntária), Iniciação Científica (Integrada, Recursos Próprios, FAPERGS e PIBIC/CNPq), Treinamento/Permanência, Extensão (remunerada e voluntária), PET, CAPES (Mestrado e Doutorado), CNPq (Mestrado e Doutorado), que em várias situações se constituem como fator de permanência.

Cabe à Universidade a sistemática análise e a permanente avaliação para diagnosticar se a quantidade e a qualidade de bolsas concedidas respondem às demandas e às necessidades do número de estudantes com vistas à sua permanência na vida da universidade. Cabe à Universidade avaliar os resultados e a evolução da oferta de bolsas no que se refere a valores, critérios de seleção e função educativa.

Ainda, no que se refere a gestão institucional, destaca-se aqui o caso de dois Setores da UFRGS que apresentam projetos, ações e políticas concretas de apoio à permanência de estudantes. São eles a Secretaria de Assuntos Estudantis – SAE e a Pró-Reitoria de Extensão, mais especialmente em seu Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – DEDES.

---

<sup>1</sup> Informações obtidas no site da UFRGS. Fonte: A UFRGS em números. Disponível em: <http://www.ufrgs.br>. Acesso: 15out2007.

# Ações da Secretaria de Assuntos Estudantis – SAE

*Angelo Ronaldo Pereira da Silva  
Luciane Bello*

## Histórico e objetivos da SAE

A Secretaria de Assuntos Estudantis (SAE) foi criada em junho de 2001 com o objetivo de tratar dos aspectos relativos à política de atendimento à comunidade discente da UFRGS.

O que move as ações da SAE é o desenvolvimento de programas e projetos voltados a integrar a comunidade estudantil à vida universitária, contribuindo, através de suas ações, para maior bem-estar dos estudantes e para a melhoria de seu desempenho acadêmico, com especial atenção aos de situação financeira insuficiente.

A ausência de recursos financeiros cria dificuldades da manutenção desse estudante na Universidade, sendo que, em determinados casos, a desistência ou o retardo da conclusão do curso são fatos comuns no meio acadêmico.

Portanto, conjuntamente com a qualidade de ensino ministrada em nossas Universidades Federais, a demanda de uma política de assistência estudantil, englobando o acolhimento desses estudantes, moradia estudantil, alimentação, saúde, cultura e lazer, compõe as metas principais da Secretaria.

Parte do trabalho desenvolvido na SAE é o de dialogar com as diversas lideranças estudantis, como o Diretório Central de Estudantes - DCE, os Diretórios e Centros Acadêmicos e as representações nos diversos níveis, participando dos debates das questões que envolvem as demandas estudantis e os diversos temas políticos e sociais.

As principais atividades desenvolvidas pela SAE são:

- Coordenação dos estágios não-obrigatórios e gerenciamento dos estágios obrigatórios;
- Concessão de benefícios aos estudantes carentes de recursos socioeconômicos, tais como Bolsa Permanência, Bolsa Treinamento, Moradia Estudantil e Auxílio Alimentação;
- Atendimento ao aluno deficiente visual;
- Administração dos Restaurantes Universitários, das Casas de Estudantes e da Colônia de Férias de Tramandaí e do Centro de Lazer de Capão Novo;
- Apoio financeiro e logístico a Diretórios e Centros Acadêmicos para a realização de projetos sociais e eventos desenvolvidos pelos estudantes.

Do ponto de vista da Equipe, a SAE tem no Núcleo de Relações Estudantis duas Pedagogas e três Assistentes Sociais. Nas Casas de Estudantes atuam duas Assistentes Sociais, um Psiquiatra, uma Psicóloga e uma Socióloga.

## As políticas e os projetos de permanência do Setor: andamento e abrangência

As ações de permanência vigentes na SAE envolvem o Programa de Benefícios e a Moradia Estudantil. O Programa de Benefícios contempla:

- RU (Restaurante Universitário) - Os Restaurantes Universitários têm por finalidade o preparo e a distribuição de refeições ao corpo discente, docente e técnico administrativo da Universidade, oferecendo uma alimentação de qualidade, sob a supervisão de Nutricionistas. A UFRGS mantém quatro Restaurantes Universitários (RUs) localizados nos campi: Centro (RU1), Saúde (RU2), Vale (RU3) e Agronomia (RU4)<sup>1</sup>, encontrando-se em fase de conclusão o Restaurante Universitário 5, que atenderá a população do Campus Olímpico. Os alunos pagam o valor da refeição conforme sua categoria: aluno com benefícios R\$ 0,50 e sem benefícios R\$ 1,30.

---

<sup>1</sup> Os restaurantes do Centro, do Vale e da Saúde oferecem almoço e janta.

- BP (Bolsa Permanência) - Oportunidade de desenvolver atividades com carga horária de 20 horas semanais, em setores da Universidade, como complemento de seu processo de aprendizagem e, em contrapartida, receber uma ajuda de custo financeira no valor de R\$300,00. O programa de Bolsa Permanência visa propiciar ao estudante condições básicas para a continuidade do custeio da vida acadêmica. Tem como pressuposto proporcionar experiência profissional, em nível técnico e administrativo, complementando a formação acadêmica e procurando, sempre que possível, compatibilizar a natureza da atividade com a área de formação do aluno. Destina-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação e na Escola Técnica. O critério de concessão da bolsa é análise da situação socioeconômica e de desempenho escolar do aluno.
- BT (Bolsa Treinamento) – são bolsas para oportunidades semelhantes às bolsas de permanência, porém estas são pagas pelas Unidades.
- PS (Programa Saúde) - Atendimento médico (em algumas especialidades) e odontológico, através da Divisão de Saúde da UFRGS.

A concessão de benefícios é realizada a partir da análise de critérios socioeconômicos, considerando dados específicos como moradia, número de integrantes da família em uma mesma moradia, doenças entre os familiares, trabalho, entre outros. É prevista a realização de uma renovação dos benefícios a cada semestre letivo.

No que tange a Moradia Estudantil, a UFRGS mantém em funcionamento três Casas de Estudantes<sup>2</sup> destinadas à moradia de estudantes com situação financeira insuficiente, oriundos de cidades do interior do Estado ou do país. Todas as casas dispõem de vagas masculinas e femininas, sendo que para candidatar-se a uma vaga o aluno da UFRGS deve atender aos critérios determinados pelo processo seletivo. Cada casa tem seu regimento próprio e processo de seleção específico, cujas datas são divulgadas por meio de Edital de Seleção.

O atendimento ao morador na Casa do Estudante Universitário asse-

<sup>2</sup> Casa do Estudante Universitário - CEU - Campus Centro; Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - CEUFRGS - Campus da Saúde e Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária – CEFAV junto à Faculdade de Agronomia e Veterinária. Cabe destacar ainda que a CEFAV e a CEUFRGS são Casas de Estudantes administradas por cogestão, ou seja, são os próprios moradores (estudantes) os responsáveis pela seleção, sendo a manutenção das casas de responsabilidade da SAE.

gura a moradia não apenas sob o ponto de vista material, mas quanto à inserção do aluno contemplado com a vaga no novo meio em que passa a conviver. Os serviços prestados estendem-se aos familiares e à comunidade.

O acompanhamento do aluno é realizado desde a fase anterior à obtenção da vaga, quando os interessados são informados sobre a Moradia Estudantil e orientados sobre os procedimentos de seleção. Em fase posterior, as ações da SAE envolvem recepção, acolhimento e acompanhamento durante o processo de adaptação dos moradores. Além disso, a SAE apóia a permanência dos estudantes nas Casas através de ações articuladas com os Setores co-responsáveis pela gestão das Moradias incluindo questões relacionadas ao convívio entre estudantes e encaminhamentos a outros serviços conforme necessidades identificadas nas diversas formas de escuta.

No ano de 2007, 2042 estudantes obtiveram benefícios. Foram registradas 250 Bolsas Permanência e 214 Bolsas Treinamento pagas pelas próprias Unidades acadêmicas, sendo que nem sempre todas as vagas são ocupadas pela falta de disponibilidade de horários compatíveis do aluno com a Unidade solicitante. Existem ainda possibilidades de Bolsas de Monitoria, Pesquisa (BIC, PIBIC, Extensão) e Estágios (obrigatórios e não-obrigatórios), porém, a forma de acesso a essas bolsas é predominantemente meritocrática.

Dados empíricos demonstram que o perfil dos estudantes atendidos pela SAE está mudando, visualizando-se alguns casos de estudantes sem possibilidades de pagar a taxa mínima do RU. Ao mesmo tempo observa-se que entre os estudantes vinculados ao Programa de Benefícios uma parcela significativa usa parcialmente os benefícios disponíveis, como, por exemplo, o estudante utiliza diariamente o RU, mas não se candidata a Bolsa Permanência e/ou não solicita o Programa de Saúde. Além disso, percebe-se também uma diferença de perfil entre os estudantes que se inscrevem no Vestibular através da isenção da taxa daqueles que solicitam os referidos benefícios na SAE. Supõe-se que muitos estudantes trabalhadores tenham necessidade do Programa de Benefícios, mas não conseguem nem solicitam já que têm contrato de trabalho ou já recebem benefícios na própria empresa.

A SAE tem viabilizado um conjunto de ações na perspectiva de diagnosticar o perfil dos estudantes com benefício e dos estudantes solicitantes de isenção da taxa do vestibular: qualificação do acompanhamento de estágios

através do controle informatizado dos contratos em andamento; processos informatizados de comunicação com os estudantes e aumento progressivo do número de bolsas.

Sobre as atividades voltadas diretamente às Ações Afirmativas, há possibilidades a partir do REUNI<sup>3</sup>, que prevê:

- Auxílio Transporte para alunos do Programa Benefícios.
- Construção de uma Casa de Estudantes no campus do Vale (onde parte das vagas serão destinadas a estudantes de mobilidade, professores convidados, etc) e a reforma dos atuais espaços.
- Aumento do número de vagas de Bolsas Permanência.

A implementação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, através da Portaria Normativa nº39, de 12/12/2007, deverá incrementar ainda mais as ações de inclusão social das universidades públicas brasileiras. No Plano estão reconhecidas as ações de assistência estudantil que devem *considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.*

---

<sup>3</sup> Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (DEC 6.096/2007, de 24/04/2007)

# Ações da Pró-Reitora de Extensão - PROREXT

*Sara Viola Rodrigues  
Susana Cardoso*

## Histórico e objetivo da PROREXT

Em 1971, a UFRGS implementou o Programa de Extensão Universitária e, após cinco anos, foi instituída a Pró-Reitoria de Extensão. Desde então, a PROREXT estabeleceu como objetivo primeiro, ao longo desses 37 anos, a interação com a comunidade, através de programas e projetos de natureza acadêmica, desenvolvidos através de cursos, eventos, publicações, prestação de serviços e quaisquer outras atividades que permitam estabelecer com a comunidade uma relação de troca de saberes, pois se entende que, nesse processo de interação, o trabalho acadêmico é enriquecido com aspectos próprios de cada comunidade. Desse modo, é possível detectar quais são as demandas, os reais desejos e necessidades de diferentes grupos sociais. Entretanto, é necessário destacar que, além da comunidade externa, as ações de extensão podem ser direcionadas para a comunidade interna da Universidade.

A Extensão na UFRGS é compreendida a partir da conceituação estabelecida na Resolução 6/2003 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, que traz em seu artigo 1º:

A extensão, como atividade fim da Universidade, é o processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade. Este contato com a sociedade, que visa o desenvolvimento mútuo, estabelece a troca de saberes e tem como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto

com a realidade nacional e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria e prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

À PROREXT cabe propor e promover a política de extensão da Universidade, através do apoio às unidades acadêmicas, do registro de todas as atividades e da articulação de programas de extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão conta com três Departamentos que também desenvolvem atividades acadêmicas de extensão, como programas e projetos sociais articulados pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social - DEDES; atividades culturais realizadas pelo Departamento de Difusão Cultural - DDC; ações de fomento a projetos através do Departamento Administrativo e de Registro da Extensão - DARE e atividades específicas através de seus órgãos suplementares: o Museu Universitário e o Planetário Professor José Baptista Pereira.

A política e o trabalho extensionista da UFRGS são desenvolvidos em consonância com o projeto acadêmico da própria Universidade e com o Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o qual estabelece oito áreas temáticas, que ainda são categorizadas em níveis. Assim, o registro das ações adotam nomenclaturas concordantes com a proposta de avaliação da extensão, no sentido de favorecer a integração das ações dentro da UFRGS, bem como com outras instituições de ensino superior do país.

Atualmente, seguindo orientações constantes no Plano Nacional de Extensão, a PROREXT tem como áreas temáticas Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Saúde e Trabalho, a partir das quais são desenvolvidas as ações de extensão.

## O Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS)

O DEDS articula ações educacionais, culturais e científicas em parceria com diferentes setores da sociedade comprometidos com as políticas de inclusão social e cidadania, buscando o desenvolvimento preferencial de ações coletivas, interdisciplinares e interinstitucionais que reflitam os problemas identificados e reforcem a excelência acadêmica da Universidade. Possui,

junto à Editora da UFRGS, uma Linha Editorial composta pelas Séries “Comunidades Tradicionais” e “Diversidade”.

Ainda no sentido de reafirmar o princípio da indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão, o DEDS realiza um trabalho voltado exclusivamente para as comunidades. Todas as atividades programadas têm como condição primeira o fortalecimento da relação entre comunidade universitária e comunidades rurais e urbanas, de modo a garantir a participação da sociedade na construção permanente da Universidade e fomentar uma relação com a comunidade que seja caracterizada pela parceria e na qual as vozes de ambas as instâncias tenham a mesma importância.

Vinculados diretamente à PROEXT, sob coordenação do DEDS, há três programas em andamento: o *Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares/UFRGS*, o *Programa Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar*<sup>1</sup> e o *Programa Convivência*<sup>2</sup>. Desse, apenas o *Conexões de Saberes* tem como principal objetivo garantir a permanência de estudantes de origem popular na Universidade.

## O Departamento de Difusão Cultural (DDC)

O DDC desenvolve programações permanentes, voltadas para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, com o objetivo de vitalizar culturalmente a Universidade, valorizando a dimensão pública da Instituição. As ações propostas assumem um caráter educativo, que tem como ponto de partida a convicção de que o acesso à arte e à cultura, em suas mais variadas manifestações, é sinônimo de abertura para o mundo, processo de conhecimento, fonte de reflexão e informação.

---

<sup>1</sup> Programa de Extensão originalmente criado com fomento da Secretaria de Educação Superior – SESU/ Ministério da Educação – MEC, com vistas a dar continuidade à reflexão e ação para cumprimento dos dispositivos referentes à Lei Federal 10.639/2003, a qual estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

<sup>2</sup> Este Programa desenvolve ações educativas, culturais e científicas, através do convívio de estudantes, professores e técnicos administrativos de diferentes áreas do conhecimento, junto às comunidades rurais e urbanas da região da Grande Porto Alegre e interior do estado, durante o recesso escolar. O objetivo é propiciar a troca de experiências mediadas por realidades e saberes populares e acadêmicos.

## Programa Unicultura

O Programa Unicultura foi criado em 1992 pela PROEXT, a partir de uma sondagem realizada junto à comunidade acadêmica, que apontava como modelo de ação cultural os Projetos Unimúsica, Unifilme, Unidança e Unicena, lançados na década de 80. Ao longo dos anos, o Unicultura confirmou-se como um espaço aberto a pessoas de diferentes classes sociais, faixas etárias e círculos culturais. O Unicultura vem, através da renovação constante, formando platéias, revelando artistas e afirmando a importância da cultura no dia-a-dia da universidade e a importância da universidade para a vitalização da cultura.

## Cinema Universitário

O Cinema Universitário Sala Redenção tem como proposta de atuação a integração do ensino, pesquisa e extensão, proporcionando projeções de filmes aliados a debates com professores das mais variadas áreas, com entrada franca. Desta forma, busca valorizar a linguagem cinematográfica aliando-a à formação acadêmica. Reforçando a potencialidade do cinema não só como entretenimento, mas também como fonte de conhecimento, essa iniciativa, além de ampliar a participação do público pela gratuidade, contribui para aproximar estudantes e professores ligados à UFRGS, cujo trabalho está relacionado de alguma forma ao tema da obra cinematográfica em exibição.

A disponibilização do Cinema para alunos que não têm acesso a salas comerciais é importante para muitos, por ser sua primeira, e quem sabe única, experiência cinematográfica. As sessões são também dirigidas ao público externo, inclusive o da Educação Básica, mediante agendamento prévio.

Outra característica da política de ação do Cinema é a realização de atividades em parceria com Unidades Acadêmicas (departamentos e núcleos) da UFRGS, nas quais a programação é um campo aberto para a atuação discente, ou seja, mais um espaço de aprendizagem para além da sala de aula.

## O Departamento Administrativo e de Registro da Extensão - DARE

O apoio e fomento a projetos de extensão é gerido pelo DARE, que busca apoiar quantitativa e qualitativamente as demandas das Unidades Aca-

dêmicas, bem como assessorar a Universidade no que diz respeito a informações atualizadas acerca das ações extensionistas. Este apoio acontece de diferentes formas através de:

- a) oficialização das atividades de extensão pelo registro, divulgação e inscrição das mesmas; emissão de certificados e apoio financeiro pela liberação de recursos; bolsas-evento e cedência de espaços físicos;
- b) assessoramento e orientação a coordenadores, executores, participantes de projetos de extensão e Comissões de Extensão quanto à elaboração, abertura, tramitação e finalização de projetos/processos/convênios (média de 2.640 atendimentos/ano);
- c) gestão da rotina administrativa da Pró-Reitoria, referente a recursos financeiros, humanos e tarefas operacionais;
- d) assessoramento à própria Universidade, centralizando e atualizando todas as informações referente aos Departamentos/Setores da PROEXT e dos projetos extensionistas (Unidades Acadêmicas e PROEXT), elaborando relatórios quantitativos e qualitativos no intuito de subsidiar o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações de extensão.

O número total de certificados emitidos, responsabilidade também do DARE, fornece uma dimensão do número de pessoas participantes em atividades extensionistas. Em 2007, foram emitidos um total de 25.757 certificados, sendo 8.696 para as equipes executoras dos projetos extensionistas e 17.061 para os participantes destes projetos.

## Programa de Bolsas de Extensão

O Programa de Bolsas de Extensão é mantido com recursos da PROEXT e busca proporcionar ao aluno de graduação uma participação efetiva em projetos de extensão, contribuindo para o desenvolvimento de sua competência profissional e de sua consciência político-social, através da atuação em atividades junto à comunidade externa e interna. Os requisitos básicos para seleção de bolsistas são:

- ser estudante de graduação da UFRGS (entre o 2º e o penúltimo semestre);

- estar matriculado em, no mínimo, 12 créditos;
- não possuir qualquer outro tipo de bolsa ou vínculo empregatício.

São concedidas em média 214 bolsas/ano, com uma duração máxima de 9 meses e um valor de R\$ 300,00 (trezentos reais)/mês por 20(vinte) horas semanais. O Programa de Bolsas é também composto de bolsas voluntárias (166 bolsistas voluntários em 2007), que abriga alunos de graduação em caráter voluntário, nas atividades extensionistas, os quais firmam com a Universidade um termo de compromisso e recebem certificado como bolsistas.

## Os Salões de Extensão

O Salão de Extensão é uma iniciativa relativamente recente da UFRGS, tendo como motivação básica a reafirmação de princípios da extensão universitária, como o seu papel enquanto produtora de conhecimento, o compromisso com os demais setores da sociedade e a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Tem por objetivo principal criar um ambiente de publicização, reflexão e avaliação da extensão. Ao longo de nove edições realizadas até 2008, o Salão discutiu conceitos, concepções, política, transcendência, sustentabilidade e inserção da extensão que realiza, gerando novas diretrizes, processos e procedimentos na gestão dessa componente acadêmica, além de demonstrar a sua presença no cotidiano da Universidade.

## Demais estruturas vinculadas à Pró-Reitoria

### O Museu da UFRGS

O Museu da UFRGS atua como articulador entre as diferentes áreas do saber da Universidade, através de exposições e projetos especiais de difusão científica, tecnológica, artística e cultural, tendo como pressupostos básicos a investigação, a preservação e a comunicação. Nos espaços do Museu, o público entra em contato com os diferentes acervos e com a produção acadêmica da Universidade, aliando lazer, conhecimento, prazer, pesquisa e/ou contemplação.

Sua sede está localizada no Campus Central em um prédio construído em 1910, que foi restaurado dentro de uma política de preservação de prédios históricos adotada pela UFRGS.

Como museu de uma universidade pública e gratuita, voltado para ações educacionais e culturais, o Museu da UFRGS planeja e executa projetos de aproximação do público com a universidade. A cada exposição corresponde um projeto educativo/cultural, composto por oficinas, seminários e palestras.

## O Planetário Professor José Baptista Pereira

O Planetário Professor José Baptista Pereira é um centro de divulgação da astronomia e de ciências afins. Através de seu equipamento, um projetor *Zeiss-Spacemaster*, o público pode acompanhar a projeção de milhares de estrelas e o movimento dos planetas, tendo a sensação de contemplar a própria esfera celeste. Seus recursos visuais proporcionam a estudantes uma atividade educacional complementar, além de oferecer cultura e lazer a todos os visitantes. Os programas apresentados aliam informações científicas, história, música e poesia, fazendo do Planetário um espaço aberto ao conhecimento e à imaginação.

Em suas atividades de extensão, desenvolve projetos de divulgação científica voltados à comunidade: Projeto Selene, Ciência no Planetário e Planetário vai à Escola.

## Os Espaços Culturais

Os Espaços Culturais da UFRGS, Salão de Atos, Sala II do Salão de Atos e Plenarinho, todos localizados no prédio da Reitoria, são espaços equipados, com capacidade para 1.309, 266 e 50 pessoas, respectivamente, são de uso da Universidade e também da comunidade externa, bem como mantém a Sala Qorpo Santo - teatro universitário - compartilhado com o Instituto de Artes da UFRGS.

No ano de 2007, os Espaços Culturais abrigaram 263 atividades diversas, totalizando um público de 157.842.

Todos esses espaços com as atividades neles desenvolvidas, oferecem um panorama da extensão da UFRGS que, em sua diversidade e abrangência, possibilita à comunidade como um todo e especialmente à comunidade universitária vivenciar academicamente situações de qualificação profissional e cidadã.

Parte 4

DO ANÚNCIO DE UMA AGENDA  
DE AÇÕES AFIRMATIVAS  
NA UFRGS



# O processo de implementação das Ações Afirmativas na UFRGS

Luanda Rejane Soares Sito  
Junara Nascimento Ferreira  
Tatiana do Prado Rodrigues

O processo de implementação de Ações Afirmativas no Ensino Superior intensificou-se no ano de 2001, com a participação dos Movimentos Sociais na *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada entre 29 de agosto e 08 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul. O Brasil foi signatário do Plano de Ação de Durban, responsabilizando-se, assim, na realização de ações que diminuíssem a desigualdade racial no país. Desde essa Conferência, houve uma grande mobilização para que as universidades brasileiras discutissem seu papel diante das desigualdades sociais e étnico-raciais na sociedade. Em meio a essas discussões, questões como esta foram apontadas: *pode continuar a universidade a questionar e criticar a sociedade quando ela mesma está assentada em números alarmantes de exclusão social e étnico-racial?*

Foi nesse contexto no qual se reorganizaram grupos orientados para a implementação de Ações Afirmativas na UFRGS como o Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (doravante GTAA)<sup>1</sup>. Esse Grupo de Trabalho constituiu-se no intuito de compreender e difundir as razões da necessária implantação das Ações Afirmativas, buscando promover o diálogo entre a universidade e a sociedade mais ampla. Suas ações priorizaram a articulação

<sup>1</sup> Iniciou em 2005, como um Grupo de Trabalho articulado por estudantes de diferentes cursos de graduação. Em 2006, tornou-se um Projeto de Extensão, que foi orientado pelo Prof. Dr. José Carlos dos Anjos, do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS.

junto a outros grupos que também lutavam pela implantação de Ações Afirmativas na UFRGS, bem como a realização de encontros e seminários para dialogar sobre o tema. Além disso, o GTAA encarregou-se de realizar o levantamento das necessidades específicas dos grupos que mais sofriam com a desigualdade estrutural da sociedade no acesso ao ensino superior, de formular de novas propostas para implementação de Ações Afirmativas, tanto no espaço universitário (seu foco principal), quanto em campos como a educação básica e a saúde, e de promover um círculo de palestras sobre Ações Afirmativas, especificamente sobre cotas.

No final de 2005, o GTAA articulou-se com os programas *Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico*<sup>2</sup> e *Conexões de Saberes: Diálogos entre a Universidade e as Comunidades Populares* para viabilizar uma agenda interna de discussões. Além disso, buscou o diálogo com as comunidades a partir da realização de oficinas sobre Ações Afirmativas e cotas étnico-raciais e sociais em escolas, cursinhos populares e centros acadêmicos/DCE da UFRGS. O Grupo iniciou o ano de 2006 bastante ampliado, com a participação de entidades dos Movimentos Sociais, como o Movimento Negro Unificado (MNU), a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), o Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombo (IACOREQ), o Afrosul/Odomodê, a Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, o ENJUNE-RS e o Levante Popular da Juventude, bem como de alunos, docentes e técnicos da universidade. Encontros com lideranças indígenas Guarani e Kaingang também compuseram os diálogos.

Entre as ações do grupo, destacaram-se o conhecimento de outros projetos de Ações Afirmativas, o estudo das relações raciais e do racismo no Brasil, a realização de oficinas em escolas, cursinhos populares e centros acadêmicos/DCE da UFRGS e a participação em manifestações junto aos Movimentos Sociais, todas fundamentais na elaboração de uma proposta relevante para a Universidade. Dentre esse rol de atividades, ao longo de 2006 e 2007, destacam-se as manifestações realizadas em 21 de março de 2006 (Dia Internacional contra o Racismo), 08 de junho de 2006 (Levante da Juventude), 18 de agosto de 2006 (Dia Nacional pelas Cotas nas Univer-

<sup>2</sup> Programa de Extensão que desde 2004 propõe ações de reflexão-ação para o cumprimento dos dispositivos referentes à Lei Federal 10.639/2003, a qual estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

sidades) e 20 de novembro de 2006 e 2007 (Dia da Consciência Negra). Foi fundamental também o acompanhamento das reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade durante esses dois anos – o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE e o Conselho Universitário – CONSUN, quando a pauta incluía discussões relacionadas à política de Ações Afirmativas.

Esse conjunto de ações desenvolvidas pelos agentes envolvidos na implementação de Ações Afirmativas contribuiu na produção de uma proposta inicial, que foi apresentada à *Comissão Especial Ações Afirmativas CEPE-CONSUN*. Essa proposta inicial apresentava reserva de 20% das vagas em todos os cursos técnicos e de graduação para estudantes negros e 20% para egressos de escolas públicas com baixa renda, além de garantir um número de vagas extras destinadas para indígenas. A duração seria de 10 anos, com avaliações contínuas ao longo do período. Previa também uma *Comissão de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas*, que seria composta por integrantes do Movimento Negro e outros Movimentos Sociais e pelos três segmentos da Universidade (docentes, discentes e técnicos).

A partir desse contexto de reivindicações, a Reitoria desencadeou um processo institucional e constituiu a *Comissão Especial de Ações Afirmativas CEPE-CONSUN*<sup>3</sup>, que tinha como meta a elaboração de uma proposta de Ações Afirmativas para a Universidade. Também organizou um ciclo de seminários sobre Ações Afirmativas, Ingresso e Vestibular. Durante os nove meses de trabalho, de outubro de 2006 a junho de 2007, muitas tensões foram vivenciadas no interior da Comissão, o que refletia os conflitos no interior da própria Instituição. No entanto, para a elaboração da Proposta, foram realizados estudos e diálogos com outras experiências institucionais e também com diferentes vozes que chegaram até a Comissão, como discentes, professores e técnicos-administrativos ligados à temática, conselheiros e representantes de movimentos sociais.

Para sintetizar as disputas emergentes na negociação da proposta no interior da Comissão, são levantados três pontos. O primeiro impasse da Comissão foi a questão da reserva de vagas, ou seja, alguns membros eram a favor das Ações Afirmativas, mas não nessa modalidade. O segundo impasse foi a relevância e a legitimidade do perfil étnico-racial da proposta, na perspectiva do recorte racial direto. O terceiro impasse foi o item a ser eleito

<sup>3</sup> Portaria nº 3222 de 03 de novembro de 2006.

como caracterizador do critério social. Diante deste último impasse havia boas justificativas para se ter o critério étnico-racial como o critério definidor, principalmente considerando a ausência de estudantes negros nos cursos mais disputados da UFRGS e sua inexpressiva representação mesmo em cursos nos quais havia uma presença maior de estudantes oriundos de escolas públicas. A proposta dos movimentos sociais que defendiam as cotas sociais, assim como de alguns membros da Comissão, orientou-se para que se aliasse escola pública e renda, considerando que seria essa a combinação a garantir que a política atingiria os grupos mais vulneráveis e excluídos. No entanto, os frágeis dados sobre a definição da renda mínima e/ou máxima exigida, a falta de praticidade na comprovação da renda, a facilidade em omitir informações de renda e a compreensão de que as diferenças de classe não seriam necessariamente tão grandes dentro da escola pública culminaram na escolha de um único critério social: *ser estudante da escola pública todo o Ensino Fundamental e Médio*. Este critério acabou subsumindo o critério racial.

A proposta final da referida Comissão foi votada em 29 de junho de 2007 e resultou na Decisão 134/07 do CONSUN que instituiu, por um período de 5 (cinco) anos, o *Programa de Ações Afirmativas* na modalidade de ingresso por reserva de vagas para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos indígenas. Os objetivos do Programa foram de: i) ampliar o acesso em todos os cursos de graduação para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos autodeclarados negros também egressos desse sistema; ii) promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário; iii) apoiar a educação das relações étnico-raciais na comunidade acadêmica; e iv) desenvolver ações de apoio à permanência dos estudantes, mediante condições de manutenção e de orientação acadêmico-pedagógica. Sobre os percentuais de ingresso, os artigos 5º, 6º e 7º versam que:

Art. 5º - Do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação da UFRGS serão garantidas, no mínimo 30% (trinta por cento) para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio.

§1º - Entende-se por egresso do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio o candidato que cursou com aprovação em escola pública pelo menos a metade do Ensino Fundamental e a totalidade do Ensino Médio.

§2º - O candidato que desejar concorrer às vagas destinadas a candidatos egres-

dos do ensino público, previstas no caput deste Artigo, concomitantemente às vagas de acesso universal, deverá assinalar esta opção no ato da inscrição no Concurso Vestibular. No momento da matrícula, o candidato aprovado deverá apresentar à Comissão de Graduação - COMGRAD do Curso em que foi aprovado, certificado de conclusão e histórico escolar de todo o Ensino Fundamental e Médio, reconhecido pelo órgão público competente, que comprovem as condições expressas neste Artigo.

Art. 6º - Do total das vagas oferecidas aos candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, conforme estabelecido no caput do Art. 5º, no mínimo a metade será garantida aos estudantes autodeclarados negros, sem prejuízo ao disposto no §3º do Art. 10 .

Parágrafo único - O candidato que desejar concorrer às vagas destinadas a candidatos negros, previstas no caput deste Artigo, concomitantemente às vagas de acesso universal, deverá assinalar esta opção no ato da inscrição no Concurso Vestibular e registrar a autodeclaração étnico-racial no espaço previsto para tal no formulário. Caso aprovado, no momento da matrícula, o candidato deverá, além de apresentar os documentos exigidos no §2º do Art. 5º, assinar junto à COMGRAD a autodeclaração étnico-racial feita por ocasião da inscrição no Concurso Vestibular.

Art. 7º - Serão respeitadas as mesmas proporções designadas nos Artigos 5º e 6º para as vagas oferecidas nos processos seletivos dos cursos técnicos.

Parágrafo único – Os procedimentos serão objeto de regulamentação específica.

Para o acompanhamento dessa política, foram instituídas duas Comissões: a *Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas* e a *Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena*. No que se refere às atribuições de ambas comissões, conforme a Decisão I34/2007:

Art. II - Caberá ao Reitor nomear Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas, ouvidos o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE e o Conselho Universitário - CONSUN, que terá como atribuição propor medidas a serem implementadas, a partir do primeiro semestre de 2008, no sentido de apoiar e dar assistência a esses alunos.

Parágrafo único - A COMGRAD de cada curso deverá acompanhar os alunos do Programa de Ações Afirmativas, propondo medidas à Comissão de Acompanhamento.

§1º (do artigo 12º) - Institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, que terá sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico.

Com a aprovação da Decisão 134/07, um grande número de procedimentos por parte da Universidade foi exigido, como: a elaboração do Edital do Vestibular (agosto de 2007) pela Comissão Permanente de Seleção – COPERSE/UFRGS, a nomeação da *Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena* (setembro de 2007), a nomeação da *Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas* (dezembro de 2007) e a realização do Concurso Vestibular 2008. No caso do vestibular para os estudantes indígenas, realizado em fevereiro de 2008, a *Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena* iniciou seu trabalho no início do segundo semestre de 2007 para elaborar o processo seletivo para os estudantes.

O Concurso Vestibular da UFRGS de 2008 não se igualou a nenhum outro, ou pelo menos não para os participantes da implementação das Ações Afirmativas: foi o primeiro vestibular afirmativo da Universidade. O Concurso Vestibular foi realizado de 6 a 9 de janeiro de 2008, em cinco cidades do estado: Porto Alegre (capital), Bento Gonçalves, Imbé/Tramandaí e Cruz Alta. Houve cerca de 35 mil candidatos em todo o Estado. Destes, 23.505 disputaram somente pelas vagas universais, 10.178 disputaram concomitantemente às vagas universais as vagas destinadas para estudantes oriundos de escolas públicas, e 1.357 disputaram as vagas para candidatos que se autodeclararam negros, juntamente às vagas universais<sup>4</sup>. Ou seja, do total dos 35 mil candidatos, cerca de 32% concorreram também pela reserva de vaga, percentual que se aproxima muito da própria proposta, com 30% de reserva. O percentual entre os estudantes negros foi menor, o que já era esperado, dado, entre outros fatores, à história de enfrentamento do racismo ao longo da trajetória dos alunos negros, seja em escolas públicas, seja em escolas privadas.

A *Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas* foi composta por três representantes da Administração Central, três representantes indicados pelo CONSUN e três representantes do CEPE.

---

<sup>4</sup> Informações disponibilizadas pela Comissão Permanente de Seleção (COPERSE), e publicadas em jornais locais.

Desde a posse, a Comissão vem realizando encontros semanais com o objetivo de preparar a Universidade para o início do período letivo, de acompanhar as matrículas e a entrada dos primeiros cotistas.

Além disso, no contexto da UFRGS, após a aprovação do Programa de Ações Afirmativas, muitos outros agentes têm se mobilizado para participar do processo de implementação do referido Programa. No final de novembro de 2007, ocorreu um Seminário dentro da programação da *Semana da Consciência Negra da UFRGS 2007*, que resultou na criação do *Fórum de Ações Afirmativas*, que se define como um coletivo, com perfil político, formado por diferentes segmentos sociais engajados na luta pela aprovação e implementação das políticas de Ações Afirmativas na UFRGS, com o objetivo de discutir, pressionar pela implementação e propor melhorias para o aperfeiçoamento do Programa. Neste evento, foi produzida uma Carta Aberta com demandas centrais propostas para o Programa, como a criação de uma *Ouvedoria* e de uma *Secretaria de Ações Afirmativas* na UFRGS com *status* da Secretaria de Assuntos Estudantis. Também em novembro do mesmo ano foi construída, socializada e debatida com a comunidade acadêmica a *Agenda de Ações Afirmativas do Programa Conexões de Saberes/UFRGS*, que resultou nesta publicação. Além disso, logo após, em março de 2008, ocorreu o *III Seminário Local do Programa Conexões de Saberes/UFRGS*, com o tema *Universidade Popular: Práticas e Desafios*, integrando a totalidade de bolsistas do *Programa Conexões de Saberes – UFRGS*, atingindo um público aproximado de 300 pessoas e contribuindo na reflexão sobre a relevância das Ações Afirmativas na Universidade.

Os próximos capítulos ajudarão a entender melhor o contexto de implementação do Programa, a partir das ações realizadas pelas Comissões instituídas para acompanhar o Programa e definir políticas e ações a serem constituídas na Universidade.

# A Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS

*Rita de Cássia dos Santos Camisolão  
Ruth Francini Ramos Sabat  
Tatiana do Prado Rodrigues*

A partir da implementação do *Programa de Ações Afirmativas* na UFRGS, de acordo com a *Decisão 134/2007* do Conselho Universitário, se impõe para esta Universidade um conjunto de ações que permitam aos alunos da reserva de vagas o ingresso e a permanência qualificados na Instituição.

Neste sentido, seguindo orientação da própria *Decisão* em seu artigo II, o Reitor da UFRGS nomeou em dezembro de 2007 a *Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas*, cuja atribuição é propor medidas a serem implementadas, a partir do primeiro semestre de 2008, no sentido de apoiar e dar assistência a esses alunos.

Como ponto de partida para desempenhar seu trabalho, a Comissão ocupou-se em discutir exaustivamente seu papel e limites no processo de fortalecimento da política adotada pela Instituição. Percebe-se que a Comissão se constitui como o fundamental espaço de escuta de qualquer depoimento que os calouros cotistas queiram manifestar e destaca-se como articuladora e facilitadora, para solucionar possíveis problemas durante o processo de entrosamento entre o aluno, professores, colegas e universidade.

Em encontros semanais, a Comissão esforça-se para fazer a leitura do novo contexto da Universidade e projetar ações que tornem o ingresso dos estudantes o mais qualificado possível, transmitindo-lhes o apoio institucional que se fizer necessário.

Assim, nestes oito meses de trabalho, a Comissão investiu em questões que lhe pareceram urgentes e fundamentais. Ao estabelecer um contato via *email* com

os estudantes percebeu-se o clima de insegurança que lhes envolvia com relação às notícias que são veiculadas na mídia sobre processos que, segundo uma avaliação superficial, poderiam prejudicar os ingressantes na Universidade pela reserva de vagas. A realização de um encontro entre estudantes, familiares e Procuradoria da UFRGS foi fundamental para devolver-lhes a tranquilidade.

Nos semestres 2008/I e 2008/2 esta Comissão fez a visita a todas as Comissões de Graduação durante as matrículas dos calouros. Percebemos o impacto da visita tanto nessas Comissões quanto nos estudantes que encontravam uma referência positiva no grupo.

Outro evento que provocou uma atenção especial não só da Comissão, mas também da Secretaria de Assuntos Estudantis, é o TROTE. No semestre 2008/I, por estímulo da Comissão, as unidades de ensino receberam correspondência do Reitor solicitando atenção especial a este momento. Já para o semestre 2008/2, quando o número de cotistas ingressantes deve ser mais expressivo, houve uma intensa mobilização da SAE para estimular as Unidades acadêmicas a uma proposta de trote solidário.

No entanto, apesar de todo o empenho realizado, a Comissão ainda encontra algumas dificuldades de atuação. Portanto, nesse momento e desde a sua nomeação, a Comissão tem direcionado todos os seus esforços e tentativas para uma maior visibilidade da Política na Universidade, através de criação de página própria no portal da Universidade e também de uma agenda de formação e discussão sobre Ações Afirmativas na comunidade acadêmica; para a busca de um espaço físico de referência para os alunos, com estruturas mínimas de trabalho, já que tem usado provisoriamente a sala de reuniões da Secretaria de Assuntos Estudantis; para a construção de um banco de dados que envolva vida escolar, ingresso, desempenho e permanência dos estudantes, e que fomente a elaboração de publicações de divulgação do andamento do Programa e do cumprimento de seus objetivos; para o acompanhamento dos processos institucionais e judiciais relacionados ao *Programa de Ações Afirmativas*; para um maior e mais direto contato com os estudantes, apoiando-os em eventuais dificuldades por eles enfrentadas.

Assim, em meio a essas atividades, a Comissão tem almejado maior autonomia de trabalho para que possa, pouco a pouco, ver realizadas as suas propostas, independentemente das resistências internas à política de Ações Afirmativas, e levantar os pontos em que o Programa precisa ser aperfeiçoado para o cumprimento efetivo, responsável e qualificado de seus objetivos, de acordo com a excelência da UFRGS e seus compromissos com a sociedade.

# A Comissão de Ingresso Indígena: a implantação da Comissão na UFRGS, seus impasses e desafios

*Juliana Matosinho de Oliveira  
Maria Aparecida Bergamaschi*

Os índios Guarani, do tronco lingüístico Tupi-Guarani, e os Kaingang, do tronco lingüístico Jê, atualmente são os principais grupos indígenas presentes no sul do Brasil. Ambas as etnias estão entre as mais populosas do país: a etnia Kaingang soma ao todo 26.000 pessoas espalhadas por quatro diferentes estados; por seu turno, os Guarani chegam a mais de 36.000 pessoas. Lideranças tradicionais e professores Kaingang e Guarani, parceiros da UFRGS em projetos de ensino, pesquisa e extensão, cultivavam o sonho de a universidade abrir suas portas para estudantes indígenas, visto considerarem intronponível a barreira do vestibular. Em Incontáveis oportunidades estiveram na Universidade discutindo a forma de ingresso, o modo de funcionamento dos cursos e forçando a universidade discutir um sistema de cotas para indígenas. “Afiml, quando a UFRGS abrirá suas portas para nosso povo?”, foi a pergunta que deixou ecoando, desde setembro de 2004, Andila Inácio Belfort, professora e liderança kaingang da Terra indígena da Serrinha, RS, por ocasião da Semana Acadêmica da Educação.

Art. 12 - No ano de 2008, serão disponibilizadas 10 vagas para estudantes indígenas cuja forma de distribuição será definida pelo CEPE, ouvidas as comunidades indígenas e a COMGRAD dos cursos demandados . A partir do ano de 2009 este número de vagas poderá ser alterado.

§1º - Institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, que terá sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico. §2º - As vagas para indígenas serão criadas, anualmente, especificamente para este fim. Aquelas que não forem ocupadas serão extintas.

Com esse artigo da Decisão I34/2007 – CONSUN, a UFRGS abre uma pequena fresta que permite o ingresso de indígenas na universidade. É um marco significativo na história da educação escolar indígena no Brasil e, especialmente no Rio Grande do Sul, pois até o presente momento apenas algumas universidades abriram suas portas para estudantes indígenas.

A primeira universidade a colocar essa inclusão em prática foi a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ): desde 1992 estudantes indígenas fazem parte do grupo discente desta universidade, número que se mostrou crescente, chegando a 55 estudantes em 2002. Segundo o diagnóstico do programa de bolsas de manutenção da *Diakonisches Werk* (FREITAS; ROSA, 2003), a quase totalidade desses estudantes são kaingang e apenas três são de fora do estado. O ingresso é através de vestibular e os cursos mais procurados encontram-se na área da Educação, sendo que 33 desses estudantes ficam distribuídos em diversas Licenciaturas. Em seguida a procura se atém ao curso Agronomia (7), seguido pelos de Enfermagem (5), de Nutrição (5), de Direito (3), de Comunicação Social e de Informática, com um aluno em cada curso. Em 2002, dez destes estudantes já haviam concluído o curso, com desempenho equivalente ao do estudante não-indígena. Sabe-se, por relato dos estudantes que freqüentam aquela universidade, que no atual momento são 45 indígenas na UNIJUÍ.

A Universidade de Passo Fundo (UPF) também oferece vagas para estudantes indígenas, assim como o Centro Universitário Metodista (IPA) e a Pontifia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), oferece, pela primeira vez, possibilidades para estudantes indígenas em Universidade Públicas Federais, a exemplo de outras tantas no Brasil: Universidade de Brasília; Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Universidade Federal de Tocantins, Universidade Federal do Paraná, entre outras, também públicas, federais e estaduais.

Além das vagas em diversos Cursos Superiores, estão sendo implementados no Brasil alguns cursos específicos para os povos indígenas. Segundo informações do Ministério da Educação, existem hoje no Brasil

200 professores indígenas graduados em cursos de licenciatura intercultural e 870, de 49 povos, fazendo formação em universidades públicas federais e estaduais de oito estados do Norte, Centro-Oeste e Sudeste. São licenciaturas para professores indígenas, inseridas no *Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas - PROLIND*.

A discussão do acesso e permanência, do modelo de ensino superior praticado no país e da responsabilidade pública com o financiamento desse nível de ensino, ganha visibilidade cada vez maior. Em relação aos indígenas, a discussão do tema é muito recente e inicialmente dá-se no contexto da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Em 1983, foi editada a Portaria 887 do presidente da FUNAI, que normatizou a concessão de Bolsas de Estudo para estudantes índios.

Um levantamento do Departamento de Educação da FUNAI realizado em 2002 identificou 1.150 estudantes indígenas em Cursos Superiores no Brasil, sendo 82 na região norte; 292 na região nordeste; 85 na região sudeste; 583 na centro-oeste e 153 na região sul. Esses dados revelam que os índices de acesso ao ensino superior da população indígena são ínfimos e não superam 0,6% da população.

A necessidade de Ensino Superior vem sendo colocada pelos povos indígenas que lutam por seus direitos, vilipendiados por séculos de colonização. Ainda hoje, muitos indígenas, desapossados de suas terras, vivem numa condição degradante, sem espaço para a reprodução plena do seu modo de ser. Para garantirem a sobrevivência das futuras gerações, está colocado a estas populações o desafio de aprender como lidar com saberes que não são próprios de sua tradição – jurídicos, lingüísticos, técnicos, etc. – e que poderão auxiliá-los em suas lutas por uma vida mais digna e plena da forma como estes compreendem esta amplitude e dignidade. A fala de uma pessoa que vive em aldeia colabora para compreendermos o sentido do Ensino Superior para os povos indígenas:

Eu vejo da seguinte forma, por exemplo, você sendo domador de uma onça, de uma pantera, você exercendo na prática é uma outra coisa, agora eu lidar, você lidar com uma pantera exercendo na prática o domínio a domesticação dela você se torna uma domadora excelente, prática, eficiente; agora se eu chego e falo pra você, eu chego e coloco as técnicas de amansar a pantera são essas daqui, você tem que ter essa postura diante do animal, você vai lá, a pantera vai te comer. Então eu vejo a relação dos conhecimentos dos índios em relação a sociedade envolvente dessa forma, uma coisa é eu chegar fazer reunião com uma comunidade e falar, os brancos são assim, assim assado, nós temos que nos comportar assim dessa forma...

Os índios eles buscam conhecer o mundo dos brancos, mas só que arraigados, presos na vida da aldeia, dificilmente eles irão dominar as ferramentas que poderão conduzi-los em algumas mudanças estruturais dentro do grupo que podem solidificar, que possam fortalecer o grupo como um povo específico. Porque hoje a relação é cotidiana, ela é direta, a sociedade indígena, a sociedade do povo Paresí e a sociedade branca, o convívio é cotidiano, os índios desconhecem o comportamento dessa fera, desse animal aqui fora, desconhecem quase por completo como domar esse animal aqui fora que é a sociedade envolvente. Há a necessidade de haver uma convivência mais intensa, uma convivência no sentido de aprendizagem, não de ser absorvido nem de assimilar os vícios que são prejudiciais ao grupo (Daniel M. Cabixi, 37 anos, Tangará da Serra).

Para dar conta do encaminhamento da decisão I34/CONSUN na UFRGS, foi nomeada uma *Comissão de Ingresso e permanência do Estudante Indígena* que tem sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico. A primeira reunião ocorreu no dia 05/09/2007, às 9h, ocasião em que o Senhor Reitor, José Carlos Ferraz Hennemann, instalou a Comissão, composta por representantes da Pró-Reitoria de Graduação, da Comissão Permanente de Seleção, da Secretaria de Assuntos Estudantis, do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, além de dois professores pesquisadores da temática indígena. Desde então foram realizadas treze reuniões de trabalho para aprofundar o entendimento dessa questão, com estudos e conversas com diferentes pessoas e instituições, como: o Setor de Educação da FUNAI; a Procuradoria Geral da UFRGS; CEPI; antropólogos e indígenas.

Assim sendo, as primeiras questões colocadas à Comissão foram:

· Como ocorreu a seleção?

Através da abertura de edital para a inscrição no processo seletivo destinado a candidatos indígenas pertencentes às etnias residentes no território nacional.

Quem é indígena?

A pessoa que comprovar laços de pertencimento a uma das aldeias Indígenas do território nacional.

· Como são identificados os estudantes indígenas?

Através da carteira de identidade, cartão administrativo de nascimento da FUNAI e/ou documento fornecido pelas lideranças da comunidade indígena, avalizado pela FUNAI ou CEPI, que comprove se originário da comunidade indígena.

## Os impasses

Uma instituição acostumada a lidar com o “mesmo”, quando se depara com o “diverso”, não encontra procedimentos adequados. Há impasses difíceis de resolver, como a seleção: em que medida um vestibular, mesmo que diferenciado, é o melhor instrumento para escolher quem vai ingressar na Universidade? As leis prevêm uma generalidade que não contempla os povos Kaingang e Guarani do RS. No entanto, há uma disposição positiva em ouvir as comunidades, num encontro que ocorreu nos dias 12 e 13 de novembro e, a partir desse diálogo, foram elaboradas alternativas para os impasses colocados até então. Nesse encontro foi apresentada a proposta da UFRGS, com as definições já estabelecidas e, a partir daí, foram ouvidas as comunidades indígenas frente aos desafios que apontam para o ingresso e permanência do estudante indígena na UFRGS, bem como em relação aos cursos de interesse para 2008.

Com uma presença forte e propositiva, as comunidades Kaingang e Guarani do RS apontaram as áreas da Educação (licenciaturas em História, Matemática, Pedagogia e Letras), Saúde (cursos de Medicina, Odontologia e Enfermagem), Comunicação (curso de Jornalismo), Ciências da Terra (curso de Agronomia) e Direito (curso de Ciências Jurídicas) como de maior interesse para o primeiro ano de ingresso. Também ratificaram a necessidade de um documento do cacique de cada aldeia, com anuência da FUNAI ou CEPI, afirmando o pertencimento do estudante indígena para fins de identificação na inscrição.

Quanto à permanência, foram enfáticos ao apontar para a necessidade de bolsas e de um espaço específico de moradia comunitária dos estudantes indígenas em Porto Alegre e propuseram também uma monitoria em cada curso para acompanhar os estudantes nas suas possíveis dificuldades. As lideranças reforçaram a idéia de que o curso universitário não deverá afastar o estudante de suas origens, por isso a aposta no seu retorno à aldeia para contribuir com as necessidades dos povos indígenas. Por fim, ressaltaram a necessidade de um curso de Formação de Professores (Licenciatura) específico e diferenciado e, nesse sentido, comprometeram-se em formular a proposta para a Reitoria da UFRGS.

A Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena ouviu as COMGRADs de cada curso e se preparou para receber os nove estudantes

indígenas<sup>1</sup> que ingressaram em março de 2008, sendo oito pertencentes à etnia kaingang e um à etnia Guarani. As principais providências deram conta da moradia, na Casa do Estudante Universitário – CEU, de um auxílio financeiro que equivale a uma bolsa mensal e da instituição de monitoria e tutoria, constituída por um estudante e um professor.

“Constituir um monitor específico em cada curso para acompanhar e auxiliar os acadêmicos indígenas nas suas dificuldades em relação ao curso escolhido” foi uma das sugestões registradas, acolhidas e colocadas em prática no início do semestre 2008/2. Nesse sentido, em cada curso freqüentado por estudante indígena, há um professor indicado pela sua COMGRAD, que é uma referência para o estudante indígena e, ao mesmo tempo, orientador de um estudante não-indígena, o referido monitor. É evidente que a instituição está diante de novas situações e que, portanto, não tem respostas prontas diante do inusitado de cada dia, bem como na definição do papel desse professor e desse aluno, tutor e monitor, respectivamente. Mas a presença dos estudantes indígenas tem suscitado reflexões bastante interessantes em relação às diferenças, constituindo situações de muitas aprendizagens.

---

<sup>1</sup> Foram oferecidas dez vagas. No entanto, no decorrer do processo seletivo, o estudante inscrito no curso de matemática não compareceu.

## Por uma agenda propositiva de ações afirmativas no Ensino Superior público

Este trabalho começou em 2007, a partir de uma solicitação da Coordenação Nacional do *Programa Conexões de Saberes*, visando à elaboração de um Documento Nacional propositivo de uma agenda de Ações Afirmativas para o ensino superior público. Na experiência do Programa local este desafio foi ampliado, para o mapeamento e registro do contexto das ações na UFRGS.

As considerações apresentadas nesta obra mostram uma mudança no perfil da população que busca o acesso a esta Universidade e também da população dos que nela ingressam. Não é diferente em outras partes do Brasil, uma vez que as políticas de Ações Afirmativas já fazem parte de quase a totalidade das IES Públicas do país. Há que se destacar que em 2008, praticamente a metade dos alunos que se classificaram no vestibular da UFRGS são oriundos de escolas públicas ou de baixa renda familiar, possibilitando também a presença de aproximadamente um quinto de estudantes autodeclarados negros e de um número importante de estudantes indígenas indicados por suas comunidades. Estes são apenas alguns dados quantitativos que, no entanto, apontam para a crescente diversidade dos alunos da UFRGS dos próximos anos.

Talvez essas mudanças estejam ocorrendo mais rapidamente fora da UFRGS, que vem reformulando suas políticas de permanência dos alunos de origem popular. Ao mesmo tempo, a diversidade que se estabelece na Universidade exige uma adaptação desta, não basta apenas os que chegam a ela moldarem-se; a Universidade deve, consciente e propositivamente, avaliar e investigar sobre estas mudanças em seu interior e nas formas de relação com a sociedade. Vislumbra-se, diante deste quadro, a necessidade de um olhar no âmbito institucional, acadêmico e científico sobre a diversidade dentro da

Universidade e sobre a Universidade e a relação com esta diversidade, dentro e fora de seus muros.

Acreditamos que a UFRGS, havendo conquistado uma excelência acadêmica inquestionável no âmbito nacional e internacional, é hoje plenamente capaz de abrir suas portas e acolher uma parcela mais significativa e representativa da diversidade da população, população esta cuja maioria jamais logrou atravessar estas portas ou sequer ousou tentar.

A excelência e qualidade de uma Universidade Pública em nosso país também pode ser considerada através de sua capacidade de atender às mudanças e demandas dos diferentes setores da sociedade que dela necessitam, que com ela constroem saberes e que ao mesmo tempo a sustentam.

Com este espírito, o *Programa Conexões de Saberes* da UFRGS anuncia uma agenda propositiva de ações afirmativas para a Universidade, com a perspectiva de que esta também possa subsidiar as discussões do Programa no âmbito nacional. São propostas construídas em vários encontros no ano de 2007, com diversos grupos: estudantes e professores do *Programa Conexões*, comunidades parceiras que compõem os territórios de atuação do Programa, movimentos sociais e outros grupos que estudam a temática na Universidade.

## EIXO 1 – Acesso ao Ensino Superior:

- Diversificação das modalidades de acesso, ampliando o sistema de cotas étnicas e sociais, problematizando o próprio mecanismo do vestibular e sua legitimidade e considerando outras formas de acesso.
- Isenção da taxa de inscrição do Vestibular UFRGS para estudantes oriundos de escolas públicas, bem como para os oriundos de Cursos Pré-Vestibulares Populares e para estudantes bolsistas de instituições privadas, ampliando o processo de divulgação dos critérios para isenção da taxa.
- Garantia da possibilidade de inscrição no vestibular através da reserva de vagas para alunos que tiveram a maior parte da sua trajetória escolar em instituição pública e concluíram o Ensino Médio em Escolas de Educação de Jovens e Adultos (antigo Supletivo) privado.
- Revisão da resolução que trata da reserva de vagas, no item que diz respeito à forma de classificação dos estudantes que optarem pelo sistema de cotas, pois conforme a resolução atual, os estudantes cotistas serão classificados sempre para a segunda turma nos cursos que têm duas entradas.
- Aperfeiçoamento permanente e longitudinal das pesquisas de perfil dos vestibulandos e calouros da UFRGS, bem como realização de um estudo qualita-

tivo e aprofundado para identificar de quais escolas públicas originam-se os alunos cotistas.

- Realização de estudos sobre as condições de inserção e permanência do estudante trabalhador na Universidade.
- Garantia de uma maior articulação da Universidade com as escolas públicas na perspectiva da divulgação das Ações Afirmativas e do novo modelo de acesso com reserva de vagas para estudantes oriundos das escolas públicas (cotas sociais e étnico-raciais).
- Fomento de projetos de pesquisa e extensão que tenham como temática a democratização do acesso ao Ensino Superior.
- Apoio a núcleos de estudos e pesquisa, grupos de trabalho, projetos e políticas sobre Ações Afirmativas, História da África e História Ameríndia.
- Estímulo a políticas de publicação nas áreas de Ações Afirmativas, Cultura da África, Ameríndia e Diversidade.
- Criação de espaços de discussão sobre a lógica meritocrática e política de cotas.
- Promoção de calouradas, acolhimentos, recepções, “troles” educativos e formativos na perspectiva das Ações Afirmativas no âmbito e no espaço acadêmico.
- Constituição de comissões de estudantes para integração e acolhimento dos cotistas.
- Criação do Portal de Ações Afirmativas da UFRGS possibilitando a ampla divulgação e o esclarecimento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

## EIXO 2 – Condições de permanência

- Unificação dos programas e políticas de permanência articulando-os com um programa nacional de Ações Afirmativas no Ensino Superior, considerando:
  - a revisão das atuais modalidades de apoio à permanência. Exemplo: permanência via Assistência Estudantil; a necessidade da expansão do número de bolsas permanência; a vinculação obrigatória das atividades de bolsas na área de formação dos estudantes, dotando o trabalho de sentido pedagógico e evitando a substituição do servidor pelo estudante, o que precariza as relações de trabalho; destaque para o enfoque pedagógico das bolsas permanência, no sentido de serem vinculadas com a extensão e pesquisa.
  - a consolidação do *Programa Conexões de Saberes* como Ação Afirmativa no Ensino Superior, garantindo a bolsa para estudante de origem popular durante o tempo de duração do curso.
  - a unificação dos valores das bolsas de permanência, de acordo com a modalidades da CAPES e do CNPq.
  - a necessidade da expansão do número de bolsas permanência, nas modalidades de extensão, iniciação científica e Pós-Graduação.
  - a revisão dos critérios de seleção para bolsas de ensino, pesquisa, extensão e PET (Programa de Educação Tutorial), estabelecendo percentuais para cotistas e alunos de origem popular.

- Ampliação do número de vagas nas Casas de Estudantes e Restaurantes Universitários.
- Criação de uma Ouvidoria para denúncia de casos de discriminação, preconceito e racismo na Universidade.
- Acompanhamento e implementação de uma política de permanência para os cotistas na UFRGS. Necessidade de acompanhar o desempenho acadêmico dos cotistas, buscando parâmetros e termos comparativos com o não cotistas (avaliação e intervenção permanente acompanhado por uma equipe multidisciplinar).
- Implementação da lei Nº 10.639-2003 (História e cultura afro-brasileira) no espaço acadêmico, na perspectiva de verificar, apoiar e tensionar a oferta do ensino da História e Cultura Africana e Afro Brasileira, principalmente nos cursos de Licenciaturas, buscando o reconhecimento desta cultura no âmbito da Universidade.
- Preparação, sensibilização e formação dos professores, técnicos administrativos e serviços terceirizados (segurança, limpeza, etc) no que tange ao acesso de estudantes cotistas e estudantes oriundos de territórios populares.
- Organização de discussões entre estudantes nos diversos cursos.
- Inserção do tema “Ações Afirmativas na Universidade” no plano do PAAP (Programa de Aperfeiçoamento e Apoio Pedagógico), para novos professores.
- Constituição de uma política de auxílio transporte e linha intercampus.
- Investimento em infra-estrutura e manutenção dos espaços de aprendizagem como: laboratórios de informática, salas de leitura, armários, ampliação do acervo das bibliotecas, bem como uma política de apoio aos estudantes que necessitam de materiais específicos aos cursos de graduação, como máquinas fotográficas, calculadoras, material de arquitetura, odontologia, etc.
- Garantia de Ações Afirmativas articuladas entre as COMGRADs dos Cursos, bem como entre Prograd, Diretórios Acadêmicos, Comissões e demais segmentos, setores e departamentos da Universidade.
- Reserva de vagas para bolsas na Pós-Graduação com critério socioeconômico.
- Valorização da Extensão como um dos pilares de sustentação da Universidade no sentido de potencializar o diálogo entre o saber científico e o saber popular, bem como potencialização dos laços de pertencimento do estudante de origem popular com sua comunidade.

### EIXO 3 - Agenda de ações afirmativas para o Programa Conexões de Saberes da UFRGS

- Promover discussões nos cursos de origem dos bolsistas do Programa, divulgando políticas de Ações Afirmativas, examinando a programação de trotes e articulando ações com as COMGRADs e Diretórios.

- Socializar e compartilhar a publicação *“Por uma Política de Ações Afirmativas na UFRGS: Problematizações do Programa Conexões de Saberes”* com a Comunidade Universitária através de eventos (fóruns, atividades, seminários).
- Ampliar o diálogo das Ações Afirmativas com as Comunidades Populares e os Territórios do *Programa Conexões de Saberes/UFRGS*.
- Manter a realização anual do *Seminário Local do Programa Conexões de Saberes*.
- Propor ações de intervenção, extensão e pesquisa sobre a temática “Ações Afirmativas na Universidade”.
- Realizar ações do *Território Conexões Afirmativas* junto às Escolas Públicas de Ensino Médio na perspectiva da informação das Ações Afirmativas e do novo modelo de acesso com reserva de vagas para estudantes oriundos das escolas públicas (cotas sociais e étnico-raciais).
- Criar metodologias de avaliação do impacto da participação do estudante no *Programa Conexões de Saberes*, considerando sua relação com o curso de origem, seu desempenho e condições de permanência na universidade.

## Referências

- AZEVEDO, C. P.; MORGADO, M. A.; PASSOS, L. A. Vestibular: ritual de passagem ou de exclusão e abandono da juventude? In: *Revista de Educação AEC*. Brasília: Ano 34, n. 137, out/dez 2005.
- BERNARDINO, J. *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BIANCHETTI, L. Vestibular. In: *Dois Pontos: teoria e prática em educação*. Vol. 4, n. 34, out 1997.
- BUARQUE, C. *O Colapso da Modernidade Brasileira e uma Proposta Alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BUCHWEITZ, B. O Concurso Vestibular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). In: *Educação e Seleção*. N. 13, jan/jun 1986.
- CARVALHO, J. J. de. *Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a Questão das Cotas no Ensino Superior*. São Paulo: Attar, 2005.
- CARVALHO, J. M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, M. J. S. *As experiências emancipantes na escola: pedagogia feminista e dinâmicas de gênero,raça/etnia e classe social*. 1996. 148f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- CHAUÍ, M. A Universidade em Ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.). *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/CIPEDDES, 1999.
- FRANCO, M. A. C. O Vestibular e o Acesso à Universidade Pública – um problema de seleção ou de autonomia? In: *Educação Brasileira*. Brasília: Ano XI, n. 22, 1989.
- FREITAS, A. E. C.; ROSA, R. R. G. da. *Diagnóstico do programa de bolsas de manutenção da Diakonisches Werk para estudantes indígenas na UNIJUÍ*. Porto Alegre: Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais - NIT/PPGAS/UFRGS, 2003.
- GATTI, B. A. Vestibular e Ensino Superior nos Anos 70 e 80. In: *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, n. 80, fev 1992.
- GUIMARÃES, S. *Como se faz a Indústria do Vestibular*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- LIMA, H. I.; FRANÇA, F. A. S. O Acesso ao Ensino Superior no Brasil: resgatando a história do vestibular (1925-1961). In: *Educação Brasileira*. Brasília: Vol. 24, n. 48 e 49, jan/dez 2002.

- MAFFESOLI, M. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 37.
- MATURANA, H.  *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. 98p.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.  *Complemento do Termo de Referência do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares para o ano de 2007*. Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.  *Termo de Referência para execução no ano de 2007 do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares*. Brasília, 2007.
- PEREIRA, T. I.  *Pré-Vestibulares Populares em Porto Alegre: na fronteira entre o público e o privado*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado - PPGEDU, FAGED, UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- PIERUCCI, A. F. Ciladas da Diferença.  *Tempo Social*, v.2, n.2, p.7-37, 1990.
- ROCHA, F. J. P. Vestibular: cultura e tragédia. In:  *Educação e Sociedade*. Campinas: Papirus, Ano XVI, n. 50, abr 1995.
- SANTOS, N. I. S. dos; LAZZAROTTO, G. D. R. Educação e Cidadania: Desafios para a universidade na construção de diálogos com as comunidades populares. In:  *Revista de Estudos Universitários*. Universidade de Sorocaba, v. 33, n.I, junho de 2007.
- SANTOS, W.  *A Verdade Sobre o Vestibular*. São Paulo: Ática, 1988.
- SEMINÁRIO NACIONAL (2 : 2006: Brasília). Anais:  *Programa Conexões de Saberes: II Seminário Nacional*. – Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. 164p.
- SILVA, J. S.  *“Por Que Uns e Não Outros?”: caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; SOUSA, A. I. (Orgs.).  *Comunidades populares e universidades: olhares para o outro*. Rio de Janeiro : UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006a. 148p. (Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes).
- \_\_\_\_\_.  *Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares*. Rio de Janeiro : UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006b. 144p. (Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes).
- \_\_\_\_\_.  *Políticas públicas no território das juventudes*. Rio de Janeiro : UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006c. 144p. (Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes).
- \_\_\_\_\_.  *Práticas pedagógicas e a lógica meritória nas universidades*. Rio de Janeiro : UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006d. 144p. (Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes).
- SITO, L. R. S.  *O processo de implementação das cotas na UFRGS: uma reflexão*. Apresentação no III Simpósio de História e Cultura Negra. FACOS. 6 de Outubro de 2007 (no prelo)
- SOUZA, H. C. de.  *Educação Superior para Indígenas no Brasil (mapeamento provisório)*. Mato Grosso do Sul: Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, 2003.
- TINOCO, A. N. & SILVA, G. A.  *Programa Escola Aberta*. Brasília: Ministério da Educação: SECAD, 2007 46 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção e Orientação. Relatório Coperso 1985. Porto Alegre: UFRGS, 1985. V.1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção e Orientação. Relatório Coperso 1988. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção e Orientação. Relatório Coperso 1991. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção. Vestibular da UFRGS 2003: Provas Comentadas – Processo de Avaliação. Organização: Avani de Oliveira, Roberto Manoel J. Macedo e Deborah Scopel Silva. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção. Vestibular da UFRGS 2004: Provas Comentadas – Processo de Avaliação. Organização: Avani de Oliveira e Roberto Macedo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção. Vestibular da UFRGS 2005: Provas Comentadas – Processo de Avaliação. Organização: Avani de Oliveira e Roberto Macedo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção. Vestibular da UFRGS 2006: Provas Comentadas – Processo de Avaliação. Organização: Avani de Oliveira e Roberto Macedo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção. Vestibular da UFRGS 2007: Provas Comentadas – Processo de Avaliação. [Organização: Maria Adelia Pinhal de Carlos e Roberto Macedo.] Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção. Vestibular da UFRGS 2008: Provas Comentadas – Processo de Avaliação. [Organização: Maria Adelia Pinhal de Carlos, Maria Cristina Pastro Meira e Roberto Macedo.] Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção e Orientação; Fundação Carlos Chagas. Perfil Sócio-Econômico dos Candidatos ao Vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1973 a 1977. [Estudo realizado pelas professoras Beatriz Maria Azambuja B. Guimarães e Marília Costa Morosini, do Departamento de Ciências Sociais da UFRGS.] Porto Alegre: UFRGS, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Universitário. Resolução No. 134/2007. Porto Alegre: UFRGS/Consun, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Graduação. Relação do Desempenho no Concurso Vestibular da UFRGS com Diversas Variáveis. [Estudo realizado por Fernando Lang da Silveira, do Instituto de Física da UFRGS]. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Planejamento. *Série Estudos e Projetos: Vestibulandos UFRGS 1975/1983*. Porto Alegre: UFRGS, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Planejamento. *Série Estudos e Projetos: Vestibulandos UFRGS 1984/86*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Planejamento. *Série Estudos e Projetos: Vestibulandos UFRGS 1987/1989*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Ensino. Pró-Reitoria de Graduação. *Perfil e representações dos estudantes de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: relatório final*. José Carlos Ferraz Hennemann e Andrea Benites (Orgs.). Porto Alegre: Pró-Reitoria Adjunta de Graduação/UFRGS, 2003.

WEBBER, A. L. [et al.]. *Caminhadas de universitários de origem popular: UFRGS*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROEXT, 2006

## Documentos Eletrônicos

FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Escola Aberta (documento eletrônico) Disponível em: <[http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/escola\\_aberta/escola\\_aberta.html](http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/escola_aberta/escola_aberta.html)> Acesso em: 01 ago.2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. EDUDATABRASIL - Sistema de Estatísticas Educacionais (documento eletrônico) Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>> Acesso em: 08 fev. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas da Educação Básica (documento eletrônico) Disponível em: <[www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp](http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp)> Acesso em: 15 jun. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. A UFRGS em Números (documento eletrônico) Disponível em: <[www.ufrgs.br/anuario/index.htm](http://www.ufrgs.br/anuario/index.htm)> Acesso em: 12 mar. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção. Vestibular da UFRGS – Processos Seletivos Anteriores (documento eletrônico) Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/coperse/>> Acesso em: 12 mar. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção. Vestibular da UFRGS : anos anteriores (documento eletrônico) Disponível em: <[www.ufrgs.br/coperse](http://www.ufrgs.br/coperse)> Acesso em: 12 mar. 2008.

# Anexos

## ANEXO I

### DECISÃO N° 134/2007

CONSELHO UNIVERSITÁRIO, em sessão de 29/06/2007, de acordo com a proposta da Comissão Especial designada pelas Portarias n° 3222, de 3/11/2006, e 3480, de 17/11/2006, e as emendas aprovadas em plenário,

#### D E C I D E

Art. 1° - Fica instituído o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, de candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos indígenas.

Art. 2° - Este Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas tem por objetivos:

I – ampliar o acesso em todos os cursos de graduação e cursos técnicos oferecidos pela UFRGS para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e para candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, mediante habilitação no Concurso Vestibular e nos processos seletivos dos cursos técnicos;

II – promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário;

III – apoiar estudantes, docentes e técnico-administrativos para que promovam, nos diferentes âmbitos da vida universitária, a educação das relações étnico-raciais;

IV – desenvolver ações visando a apoiar a permanência, na Universidade, dos alunos referidos no Art. 1° mediante condições de manutenção e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico.

Art. 3° - A modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas é constituída pelo conjunto de critérios e de procedimentos estabelecidos nesta Decisão e que serão integrados àqueles

já adotados pela UFRGS, no Concurso Vestibular, para preenchimento de vagas dos cursos de graduação e nos processos seletivos dos cursos técnicos.

Art. 4º - A reserva de vagas ficará em vigor por um período de cinco anos, sendo avaliada anualmente, e poderá ser prorrogada, a partir da avaliação conclusiva, que será realizada no ano de 2012 .

Art. 5º - Do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação da UFRGS serão garantidas, no mínimo , 30% (trinta por cento) para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio.

§1º - Entende-se por egresso do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio o candidato que cursou com aprovação em escola pública pelo menos a metade do Ensino Fundamental e a totalidade do Ensino Médio.

§2º - O candidato que desejar concorrer às vagas destinadas a candidatos egressos do ensino público, previstas no caput deste Artigo, concomitantemente às vagas de acesso universal, deverá assinalar esta opção no ato da inscrição no Concurso Vestibular. No momento da matrícula, o candidato aprovado deverá apresentar à Comissão de Graduação - COMGRAD do Curso em que foi aprovado, certificado de conclusão e histórico escolar de todo o Ensino Fundamental e Médio, reconhecido pelo órgão público competente, que comprovem as condições expressas neste Artigo.

Art. 6º - Do total das vagas oferecidas aos candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, conforme estabelecido no caput do Art. 5º, no mínimo a metade será garantida aos estudantes autodeclarados negros, sem prejuízo ao disposto no §3º do Art. 10 .

Parágrafo único - O candidato que desejar concorrer às vagas destinadas a candidatos negros, previstas no caput deste Artigo, concomitantemente às vagas de acesso universal , deverá assinalar esta opção no ato da inscrição no Concurso Vestibular e registrar a autodeclaração étnico-racial no espaço previsto para tal no formulário. Caso aprovado, no momento da matrícula, o candidato deverá, além de apresentar os documentos exigidos no §2º do Art. 5º, assinar junto à COMGRAD a autodeclaração étnico-racial feita por ocasião da inscrição no Concurso Vestibular.

Art. 7º - Serão respeitadas as mesmas proporções designadas nos Artigos 5º e 6º para as vagas oferecidas nos processos seletivos dos cursos técnicos.

Parágrafo único – Os procedimentos serão objeto de regulamentação específica.

Art. 8º - O candidato que prestar informações falsas relativas às exigências da presente Decisão estará sujeito, além da penalização pelos crimes previstos em lei, à desclassificação do Concurso Vestibular ou dos processos seletivos dos cursos técnicos e ter, em consequência, sua matrícula recusada no curso, o que poderá acontecer a qualquer tempo.

Art. 9º - Todos os candidatos habilitados no Concurso Vestibular para os cursos de graduação serão ordenados em uma classificação geral por curso , conforme pontuação

obtida, independentemente de sua habilitação quanto ao disposto no Art. 1º desta Decisão.

Art. 10 - Os candidatos habilitados no Concurso Vestibular egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, que não forem classificados nas vagas universais, serão ordenados seqüencialmente em cada curso.

§1º - Da relação assim obtida, serão classificados os candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio até perfazerem o percentual de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) estabelecido no caput do Art. 6º.

§2º - O percentual de vagas restante será destinado aos candidatos que se autodeclararem negros.

§3º - No caso de não haver candidatos em condições de preencher as vagas garantidas a negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, estas serão preenchidas por candidatos não negros oriundos de escolas públicas. Se ainda restarem vagas as mesmas voltarão ao sistema universal por curso.

Art. 11 - Caberá ao Reitor nomear Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas, ouvidos o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE e o Conselho Universitário - CONSUN, que terá como atribuição propor medidas a serem implementadas, a partir do primeiro semestre de 2008, no sentido de apoiar e dar assistência a esses alunos.

Parágrafo único - A COMGRAD de cada curso deverá acompanhar os alunos do Programa de Ações Afirmativas, propondo medidas à Comissão de Acompanhamento.

Art. 12 - No ano de 2008, serão disponibilizadas 10 vagas para estudantes indígenas cuja forma de distribuição será definida pelo CEPE, ouvidas as comunidades indígenas e a COMGRAD dos cursos demandados. A partir do ano de 2009 este número de vagas poderá ser alterado.

§1º - Institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, que terá sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico.

§2º - As vagas para indígenas serão criadas, anualmente, especificamente para este fim. Aquelas que não forem ocupadas serão extintas.

Porto Alegre, 29 de Junho de 2007.  
JOSÉ CARLOS FERRAZ HENNEMANN  
Reitor

## ANEXO II



### CONEXÕES DE SABERES: DIÁLOGOS ENTRE A UNI- VERSIDADE E AS COMUNI- DADES POPULARES/UFRGS



#### DEFINIÇÃO DO PROGRAMA:

O “Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares” é um programa nacional do qual fazem parte 32 Universidades Federais brasileiras. O Programa busca localizar e acompanhar universitários de origem popular na Universidade, bem como incidir na qualificação de suas trajetórias acadêmicas, e na valorização de seus saberes, contribuindo para a reflexão acerca do ingresso e permanência qualificada de setores populares no Ensino Superior. Foi idealizado e é financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC). Na UFRGS iniciou suas atividades em setembro de 2005.

#### OBJETIVO:

Selecionar bolsistas que deverão participar de atividades de formação continuada, atuar em comunidades populares e/ou atuar em oficinas em escolas cadastradas junto ao Programa Escola Aberta (MEC/UNESCO). Esses estudantes terão apoio financeiro e metodológico para atuarem no Programa e receberão a Bolsa Estudante, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que será concedida durante o período de execução do Programa (até 6 meses).

## PÚBLICO ALVO:

Alunos de graduação da UFRGS, de origem popular.

## PERÍODO E ENDEREÇO DE INSCRIÇÃO:

Período: 04 a 22 de julho de 2007. Endereço: [www.prorext.ufrgs.br/DedsMaiores](http://www.prorext.ufrgs.br/DedsMaiores) informações: 3308 3044 ou 3308 3455

## CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

- a) Ser estudante da UFRGS, matriculado em qualquer curso de graduação, preferencialmente em etapas anteriores aos três semestres finais de curso;
- b) Atender aos critérios nacionais estabelecidos pelo Programa Conexões de Saberes/MEC/SECAD: I. soma da renda mensal dos pais (ou responsáveis pela criação) não superior a seis salários mínimos mensais; II. escolaridade dos pais ou responsáveis pela criação não superior ao ensino fundamental; III. morar ou ser oriundo de espaços populares; IV. proveniência de escola pública; V. ter histórico de engajamento em atividades coletivas cidadãs em suas comunidades de origem; VI. ser negro ou indígena. (Observação: O critério I deverá obrigatoriamente ser contemplado; os critérios II e III são fortemente recomendados; e, ao todo, pelo menos quatro critérios devem estar contemplados no processo de seleção dos bolsistas).
- c) Ter disponibilidade para atuar 20h semanais (inclusive sábado e/ou domingo)

## ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO:

I - Inscrição (de 04/07/2007 a 22/07/2007) na página [www.prorext.ufrgs.br/Deds](http://www.prorext.ufrgs.br/Deds)

II - Análise dos dados constantes na ficha de inscrição (de 23/07/2007 a 30/07/2007)

III - Entrevista: somente os alunos inscritos que atenderam aos critérios deste edital serão chamados para uma entrevista que será agendada pelo e-mail informado na inscrição (de 31/07/2007 a 03/08/2007)

IV - Divulgação do Resultado: na página [www.prorext.ufrgs.br/Deds](http://www.prorext.ufrgs.br/Deds) em 07 de agosto de 2007.

## DOCUMENTAÇÃO

Original e cópia deverão ser apresentados na entrevista:a) Carteira de Identidadeb) CPFc) Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil, Banrisul, Santander ou Unibanco (cópia do cartão do banco ou cheque)d) Comprovante de matrículae) Histórico escolarf) Conta de Luz da moradia onde reside o aluno (cópia: frente e verso)g) Carteira Profissional dos pais e do aluno (mesmo que estejam desempregados)h) Comprovação dos rendimentos mensais dos pais e do alunoObs.: se os documentos solicitados não forem entregues no momento da entrevista a inscrição será indeferida

## Os autores

Ana Lúcia Liberato Tettamanzy é professora do Instituto de Letras/UFRGS, integrante da Equipe de Coordenação do Programa Conexões de Saberes/UFRGS e Coordenadora Pedagógica do Programa Conexões de Saberes Território Escola Aberta.

Angelo Ronaldo Pereira da Silva é Secretário de Assuntos Estudantis/UFRGS (2004-2008).

João Vicente Silva Souza é professor do Colégio de Aplicação/UFRGS, integrante da Equipe de Coordenação do Programa Conexões de Saberes/UFRGS.

Juliana Matosinho de Oliveira é estudante de História/UFRGS e bolsista do Programa Conexões de Saberes/UFRGS (2006-2007).

Junara Nascimento Ferreira é estudante de Enfermagem/UFRGS e bolsista do Programa Conexões de Saberes/UFRGS (2005-2006).

Letícia Gomes Farias é estudante do Instituto de Artes/UFRGS e bolsista do Programa Conexões de Saberes/UFRGS.

Lilhana Belardinelli é estudante de História/UFRGS e bolsista do Programa Conexões de Saberes/UFRGS.

Luanda Rejane Soares Sito é integrante do GT Ações Afirmativas da UFRGS.

Luciane Bello é Assistente Social do Núcleo de Relações Estudantis da Secretaria de Assuntos Estudantis/UFRGS.

Maria Aparecida Bergamaschi é professora da FACED/UFRGS, foi Coordenadora Geral e hoje é integrante da Equipe de Coordenação do Programa Conexões de Saberes/UFRGS.

Marilis Lemos de Almeida é professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS e Coordenadora Pedagógica do Programa Conexões de Saberes Território Escola Aberta.

Nair Iracema Silveira dos Santos é professora do Instituto de Psicologia/UFRGS, é Coordenadora Pedagógica do Programa Conexões de Saberes/UFRGS.

Rafael Arenhaldt é Doutorando em Educação pela UFRGS e integrante da Equipe de Coordenação do Programa Conexões de Saberes/UFRGS.

Rita de Cássia dos Santos Camisolão é Técnica-Administrativa do DEDS/PROEXT, com graduação em Letras e Especialização em Projetos Sociais e Culturais na Escola pela UFRGS.

Ruth Francini Ramos Sabat é professora do FACED/UFRGS e integrante da Equipe de Coordenação do Programa Conexões de Saberes/UFRGS.

Sara Viola Rodrigues é professora do Instituto de Letras/UFRGS, Vice Pró-Reitora de Extensão e Diretora do DEDS/PROEXT (2004-2005) e Pró-Reitora de Extensão da UFRGS (2005-2008).

Susana Cardoso é professora da Faculdade de Veterinária/UFRGS, Vice Pró-Reitora de Extensão e Diretora do DEDS/PROEXT (2005-2008) e Coordenadora do Programa Conexões de Saberes/UFRGS.

Tatiana do Prado Rodrigues é estudante de Ciências Sociais/UFRGS e bolsista do Programa Conexões de Saberes/UFRGS (2005-2006).

Thiago Ingrassia Pereira é Mestre em Educação pela UFRGS e integrante da Equipe de Coordenação do Programa Conexões de Saberes/UFRGS.

## Série Diversidades

A série Diversidades apresenta estudos e experiências no campo da educação na diversidade sociocultural que articulam a extensão universitária ao ensino e à pesquisa, fortalecendo o compromisso institucional com as políticas de promoção social e possibilitando o acesso a obras relevantes para os diferentes segmentos sociais.

### "Etnicidade, Identidade e Territorialidade"

A linha editorial constitui-se num espaço para a edição, publicação e divulgação da produção de estudos e pesquisas com os temas etnicidade, identidade e territorialidade, consolidando resultados de ações que articulam a extensão ao ensino e à pesquisa, fortalecendo o compromisso interinstitucional e com as políticas de promoção social, possibilitando o acesso a obras relevantes para os diferentes segmentos da sociedade. Ao propor e organizar esta Linha Editorial, a Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, através do seu Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, consolida suas parcerias com a Editora da UFRGS, com o poder público e com a sociedade civil organizada.

### Comissão Editorial

Sara Viola Rodrigues (Pró-Reitora de Extensão - PROREXT/UFRGS), Susana Cardoso (Vice-Pró-Reitora de Extensão e Diretora do DEDS/PROREXT/UFRGS), Ana Lúcia Liberato Tettamanzy (Coordenadora Pedagógica do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares/UFRGS), Rita de Cássia dos Santos Camisolão (DEDS/PROREXT/UFRGS, Coordenadora do Programa Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico).

### Títulos Publicados

**Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar**

*José Antônio dos Santos*

*Véra Neusa Lopes*

*Rita de Cássia dos Santos Camisolão (Orgs.)*

**Desvendando a história da África**

*José Rivair Macedo (Org.)*

**Por uma política de ações afirmativas: problematizações do programa conexões de saberes – UFRGS**

*Ana Lúcia Liberato Tettamanzy*

*Maria Aparecida Bergamaschi*

*Nair Silveira*

*Rafael Arenhaldt*

*Susana Cardoso (Orgs.)*



**UFRGS**

**PROREXT**

Departamento de Educação e  
Desenvolvimento Social

*Pré-impressão, impressão e acabamento:*

**Editora Evangraf**

Rua Waldomiro Schapke, 77 - Porto Alegre, RS

Fone (51) 3336-0422 e 3336-2466

evangraf@terra.com.br

---

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • *Direção:* Jusamara Vieira Souza • *Editoração:* Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Fernanda Kautzmann, Luciane Delani, Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosângela de Mello; *suporte editorial:* Fabiana Ferracini (bolsista), Gabriela Carvalho Pinto, Priscila dos Santos Novak (bolsista) e Tales Gubes (bolsista) • *Administração:* Najára Machado (coordenadora), Angela Bittencourt e Laerte Balbinot Dias; *suporte administrativo:* Janer Bittencourt • *Apoio:* Idalina Louzada e Laércio Fontoura.

**RESERVA TÉCNICA**  
Editora da UFRGS

Ana Lúcia Liberato Tettamanzy  
Maria Aparecida Bergamaschi  
Nair Iracema Silveira dos Santos  
Rafael Arenhaldt  
Susana Cardoso  
Organizadores

Ana Lúcia Liberato Tettamanzy  
Angelo Ronaldo Pereira da Silva  
João Vicente Silva Souza  
Juliana Matosinho de Oliveira  
Junara Nascimento Ferreira  
Letícia Gomes Farias  
Lilhana Belardinelli  
Luanda Rejane Soares Sito  
Luciane Bello  
Maria Aparecida Bergamaschi  
Marilis Lemos de Almeida  
Nair Iracema Silveira dos Santos  
Rafael Arenhaldt  
Rita de Cássia dos Santos Camisolão  
Ruth Francini Ramos Sabat  
Sara Viola Rodrigues  
Susana Cardoso  
Tatiana do Prado Rodrigues  
Thiago Ingrassia Pereira  
Autores

**MEC  
SECAD**

  
**UFRGS**  
EDITORA

ISBN 978-85-386-0005-3



9 788538 600053